

JOSÉ GUILHERME SILVA VIEIRA

A ESTRUTURA DAS REVOLUÇÕES CIENTÍFICAS E A RETÓRICA NA  
ECONOMIA KEYNESIANA: QUATRO ENSAIOS SOBRE O MÉTODO NA  
ECONOMIA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná como requisito para a obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Econômico.

Orientador: Prof. Dr. Huáscar Fialho Pessali

CURITIBA  
2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A ESTRUTURA DAS REVOLUÇÕES CIENTÍFICAS E A RETÓRICA NA  
REVOLUÇÃO KEYNESIANA: QUATRO ENSAIOS SOBRE O MÉTODO NA  
ECONOMIA

JOSÉ GUILHERME SILVA VIEIRA

CURITIBA  
2007

*“Descarta-te do siso e da ciência,  
máximas forças do homem! Crê somente  
nas ficções dos espíritos falazes,  
e és meu sem redenção! Deu-te o destino  
alma que, desdenhando os bens do mundo,  
só aspira vaidosa a bens sem termo.  
Com estes posso eu bem”.*

*Mefistófeles in: Fausto (Goethe)*

## AGRADECIMENTOS

Seria praxe aqui agradecer a um sem número de pessoas que de uma forma ou de outra tiveram um papel importante para a minha vida pessoal, afetiva e para a minha carreira. Da parte familiar, profissional e pessoal, acho que o último lugar em que deveria registrar tais agradecimentos seria aqui. Pouparei meus laços pessoais da enfadonha tarefa de ler uma tese acadêmica. Reservo esse espaço, portanto, para aqueles que participaram da minha trajetória dentro da academia.

A começar pela professora Silvinha Pinto Vasconcelos (FURG) que me deu a primeira oportunidade de explorar caminhos extra-classe, indicando-me como bolsista do Centro Integrado de Pesquisas (CIP/FURG) na Universidade Federal do Rio Grande. De alguma forma, sua simpatia para comigo, enquanto seu aluno, foi o que me permitiu tomar contato com a pesquisa acadêmica. Seu marido, também meu professor, Cláudio Roberto Fóffano Vasconcelos foi meu primeiro tutor (lembro-me das suas aulas de reforço de matemática aos sábados na Universidade), obrigado pela aposta. Ao meu orientador de monografia, Sérgio Marley Modesto Monteiro, agora na UFRGS, devo ainda mais. Com ele aprendi lições importantes sobre a relevância e a necessidade do pluralismo de opiniões na economia e foi ele também o responsável direto na minha escolha pela academia, quando do fim de minha graduação.

Agradeço também à professora Ana Maria Ferreira Afonso Bianchi (USP) pelas suas considerações na ocasião da defesa de minha dissertação de mestrado - que muito me ajudaram em outros vôos - inclusive nessa tese que agora apresento. Não poderia deixar de agradecer ao professor Paulo Gala (FGV/SP) por ter aceitado o convite para participar dessa banca de avaliação. Ao programa de pós da UFPR, reservo também esse espaço para reconhecer o importante papel desempenhado na minha formação.

Ao professor Marcelo Curado (meu orientador de estágio de docência) devo a primeira referência, agradeço também ao professor Huáscar Pessali pelas valiosas considerações a respeito de minha primeira versão desse trabalho e aos dois castelhanos (Ramón Fernández e Gabriel Porcile) aos quais devo minha formação eclética, meu apreço por essa instituição - que permitiu minha ascensão profissional e a realização pessoal.

Ao Ramón, particularmente, não tenho palavras para descrever o quanto estou agradecido. É meu irmão mais velho. Suas idiossincráticas aulas de metodologia da economia ministradas em conjunto com a professora Lara, regadas aos mais excêntricos exemplos (como o “*gato de cinco olhos*” do Friedman) me permitiram encontrar um “porto seguro” dentro da economia. Sempre mantendo uma aura de rigor acadêmico, “*pero sin perder la ternura jamás*”.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Nunca vou me esquecer da ocasião em que querendo me esquivar de ser o primeiro a apresentar um seminário, sugeri que a ordem de apresentação seguisse a do alfabeto, jogando no fogo minha colega Adriana. Ao que ele respondeu, segundos depois, concordando: muito bem senhores, acatando a sugestão do senhor Guilherme, seguiremos a ‘ordem alfabética dos sobrenomes ao contrário’, começando por: **Vieira!!!**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>1. A RETÓRICA COMO A ARTE DA PERSUASÃO PELO DISCURSO: NOTAS INTRODUTÓRIAS DE UM DEBATE</b> .....	8
1.1. AS ORIGENS DA <i>TRADIÇÃO</i> DO DISCURSO ARGUMENTATIVO .....	9
1.2 . A RETÓRICA RECOBRA O SEU PAPEL: .....	25
1.2.1. A nova retórica: perelman e o resgate da <i>tradição</i> aristotélica .....	25
1.3. BREVES REFERÊNCIAS SOBRE O PAPEL DA RETÓRICA NA ECONOMIA .....	28
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	30
<b>2. A ESTRUTURA DAS REVOLUÇÕES CIENTÍFICAS NA ECONOMIA E A REVOLUÇÃO KEYNESIANA</b> .....	34
2.1. INTRODUÇÃO .....	35
2.2. A ESTRUTURA DAS REVOLUÇÕES CIENTÍFICAS .....	36
2.2.1 A ciência evolui e progride .....	37
2. 2.1.1. Do caos à luz: o surgimento dos paradigmas.....	38
2. 2.1.2. A importância dos “manuais” .....	43
2.2.1.3. Os manuais na economia: a difusão do conhecimento.....	45
2. 2.2. A mensuração da força de um paradigma .....	48
2.2.2.1 Da quantificação da força; .....	48
2.2.3. Anomalias, crises e revolução científica: .....	50
2.2.4. Thomas kuhn e a economia .....	56
2.3. CONSIDERAÇÕES SOBRE A REVOLUÇÃO KEYNESIANA .....	58
2.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	60
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	61
<b>3. A ESTRUTURA DAS REVOLUÇÕES CIENTÍFICAS E AS PORTAS ABERTAS PARA A ANÁLISE RETÓRICA NA ECONOMIA</b> .....	63
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	64
3.1. A ESTRUTURA DAS REVOLUÇÕES CIENTÍFICAS E AS “PORTAS ABERTAS” PARA UMA ANÁLISE RETÓRICA .....	68
3.2. A RETÓRICA NOS PARADIGMAS .....	73
3.2.1. A retórica nos paradigmas: um olhar para a economia .....	80
3.2.2. “Evidências” do uso da retórica na teoria geral.....	86
<b>CONCLUSÕES</b> .....	96
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	98
<b>4. A RETÓRICA DE KEYNES NA RUPTURA DO PARADIGMA CLÁSSICO NOS ANOS 1930s</b> .....	101
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	102
4.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	102

4.2. PRIMEIRAS EVIDÊNCIAS DA UTILIZAÇÃO DA RETÓRICA POR KEYNES.....	105
4.2.1. A ABORDAGEM AO PÚBLICO.....	106
4.3. O DISCURSO DE KEYNES: A TEORIA GERAL.....	110
4.3.1. keynes reinventa uma tradição .....	112
4.3.2. A “cidadela” sitiada: os principais argumentos da Teoria Geral.....	117
4.3.3. A discussão dos “pressupostos da economia clássica” e a abordagem da deficiência de demanda: considerações específicas .....	119
4.3. AS PRINCIPAIS “EVIDÊNCIAS” DA UTILIDADE DA CONFUSÃO NA <i>TEORIA GERAL</i> .....	134
4.4. AFINAL, É TUDO RETÓRICA? .....	141
4.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	146
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	148
<b>SÍNTESE DAS CONCLUSÕES</b> .....	150

## INTRODUÇÃO

Analisar a maneira como se faz “ciência”, como esta progride e evolui ao longo do tempo, não se constitui numa tarefa simples. Muitas são as questões e dificuldades que surgem no decorrer desse processo. Esclarecer as bases em que se fundam as crenças sobre as quais se erguem ramos de estudos específicos, as comunidades de cientistas que partilham de uma mesma visão de mundo e que, em conjunto, determinam os rumos dos empreendimentos acadêmicos e práticos, numa determinada época, exige determinados cuidados.

Há, por outro lado, quem acredite que esse esforço seja desnecessário ou mesmo perda de tempo. Para esses últimos, o que o pesquisador e/ou estudioso de uma determinada “ciência” deveria fazer é estudar e aprender a forma “correta” de se pensar e proceder, diante dos problemas centrais do campo de estudos aos quais se dedicam os membros da comunidade daquela “ciência”, a fim de desenvolver estudos e aplicações que venham a contribuir para o seu “progresso”.

Nos mais diversos ramos do conhecimento, discute-se, por vezes, o alcance do saber científico. Debates vigorosos empreendidos pelos membros de uma *comunidade científica* abrem espaço para indagações do tipo: estamos realmente certos do que sabemos? Como podemos ter *certeza* desse saber? Esse saber nos fornece realmente ferramentas para pensar e agir sobre o nosso mundo?

Na economia, predomina hoje uma certeza sobre a forma “correta” de se pensar e proceder. Segue-se no caminho da “purificação” – onde *purificar* significa, invariavelmente, *excluir* das análises econômicas quaisquer elementos estranhos ao mundo dos fatos matemática ou estatisticamente demonstráveis, tais como algumas das características das organizações sociais, estruturais, históricas e culturais que fizeram parte de vários dos principais estudos da velha economia política.

Via-de-regra, não se discutem os fundamentos e, tampouco, os métodos utilizados pelos economistas para chegarem às suas proposições teóricas. É comum ouvir-se dizer, quando muito, que alguns foram apresentados a essas questões metodológicas por meio de um ou outro *paper* [**as if** um ou outro trabalho pudesse dar conta de explicar a maneira como se fez e se faz a “ciência” econômica].

De alguma forma, os pesquisadores que se dedicam ao estudo da economia nos dias de hoje, assim como a maioria dos estudantes dessa “ciência”, percebem que a melhor forma de se obter “sucesso” nas suas carreiras, atingirem a notoriedade acadêmica, serem respeitados enquanto *cientistas* e pesquisadores, é seguir as regras vigentes, mais ou menos explícitas, da abstração da realidade em favor de mundos idealizados a partir de certos axiomas centrais (marcadamente a-históricos). São, aliás, esses axiomas que servem de base para um vasto número de aplicações ora factíveis ora questionáveis na “ciência”. Dentre essas regras, a formalização matemática e o uso e *abuso* da econometria são apresentados como ferramentas indispensáveis para se chegar à Verdade sobre alguma questão, pela corrente que agora domina a economia.

Alguns pesquisadores como Blaug (1998), Woo (1986), Mayer (1993) e McCloskey (1991) questionam as ferramentas utilizadas pela economia “pura” para chegar aos seus resultados. Mas,

em geral, dentre os que rejeitam esses métodos, a crítica se dá mais no sentido da forma como essas ferramentas são utilizadas - ao estarem, cada vez mais, constituindo-se num fim nelas mesmas, desprendendo-se do universo das preocupações “do mundo real” - do que uma crítica às próprias ferramentas. É, portanto, acerca da forma como os economistas as utilizam que são realizadas a maior parte dessas críticas. Na realidade, são poucos os que contestam o fato de que elas [as ferramentas] fazem e devem fazer parte da conversa dos economistas, embora não devam ser colocadas no primeiro plano.

É curioso o fato de que parte dessa discussão – e suas implicações - tenha se perdido ao longo do tempo. Numa citação que remete à Marshall percebe-se que essa discussão sempre esteve presente.<sup>2</sup>

Nos últimos anos, tive um sentimento cada vez maior em relação ao meu trabalho de que um bom teorema matemático que trata de hipóteses econômicas dificilmente se transformaria em uma boa economia: e fui muito além das regras – (1) Use a matemática como um idioma taquigráfico, em vez de um mecanismo de investigação. (2) Guarde-os até que você termine. (3) Traduza para o Inglês. (4) Depois, ilustre com exemplos que sejam importantes para a vida real. (5) Queime a matemática. (6) Se você não conseguir o item (4), queime o (3). Esse último eu fiz com frequência.

Nesse caminho em direção a uma “ciência” cada vez mais pura, alguns elementos - e mesmo conjuntos todos de argumentos outrora relevantes – têm perdido espaço nas pesquisas econômicas. Discussões acerca da ética, dos valores do ser humano e do seu comportamento - e dos acordos todos que definiram a sua evolução como um ser social produtor e disseminador do saber científico - desapareceram do elenco de objetos *legítimos*. Isso contribuiu para fazer com que, hoje, pertençam a outros ramos de estudos, a outras “ciências” que não a economia.

Os defensores da economia “pura”, ao se apropriarem do crescente prestígio de algumas de suas ferramentas, tomados das ciências naturais, parecem querer atribuir ao ramo de estudos a que se dedicam, a exclusividade do caráter *científico* que ostentam algumas dessas ciências naturais como a Física, por exemplo, uma ciência madura como diria Kuhn.

Assim, como critério de demarcação entre o que é “ciência” e o que não é “ciência” econômica, toda argumentação que não possa ser formalizada e “*provada*” se torna indigna de merecer algum crédito (não podendo ser considerada como pertencente a esse ramo da Ciência). Tratar-se-ia, por assim dizer, de Metafísica.

Na análise metodológica do “progresso” científico (seja da *Ciência* em geral ou de algum ramo específico da mesma, como aquele em que este trabalho se concentra: a economia) poucos assuntos são tão interessantes quanto os possíveis critérios de demarcação dos limites entre o que é e o que não é aceito como *científico*.

---

<sup>2</sup> Extraída de: PIGOU, A. C. *Memorials of Alfred Marshall*. Londres: Macmillan, 1925, p. 475. In: BRUE, S. L. **História do Pensamento Econômico**. Trad. Luciana Penteadó Miquelino. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005



Se, como disse Chalmers (1994, p. 27), a visão recebida atesta que “Conhecimento científico é conhecimento provado” e “teorias científicas são derivadas de maneira vigorosa da obtenção dos dados da experiência, adquiridos por observação e experimento” onde “a ciência é baseada no que podemos ver, ouvir, tocar etc” e que “opiniões ou preferências pessoais e suposições especulativas não têm lugar na ciência”, então não há o que discutir. Resta pouco espaço para aquilo que não pudesse ser convertido, de imediato, em dados *concretos*, observáveis aos olhos de todos. Resta pouco espaço também para a evolução de qualquer “ciência”. Que não haja dúvida: Não existem tais fatos *concretos*, seja no sentido que pretende o autor e dos que partilham de sua visão de mundo, seja em qualquer circunstância.

Mas, não é essa a maneira única de se pensar e demarcar os limites do que se entende por “ciência”. Experimentos e provas não estão também isentos de influências da *metafísica* como parecem querer os “puristas”. Um fato concreto é uma observação à luz de uma teoria que o precede e, por isso, não é outra coisa senão uma manifestação desta em algum grau.

Felizmente, cresce o número de estudiosos que observam que o pensamento único – característico das ciências *duras* – não é nem o começo, nem o fim da história. Trata-se, por assim dizer, da cristalização de uma forma de ver o mundo que determina os rumos da prática científica numa determinada época. Deve ser entendido, pois, como uma fase do desenvolvimento científico, derivado de inúmeras interações entre o grupo de cientistas que predomina em dada “ciência” com a natureza e os seus mecanismos de explicação e disseminação das suas idéias, a partir das práticas dessa comunidade.

No século XX, em especial, existiram várias ocasiões em que se discutiu a influência das idéias estabelecidas para o entrave ao desenvolvimento de vertentes teóricas que desafiavam a prática da pesquisa desenvolvida pelas comunidades científicas então estabelecidas (Kuhn e Lakatos como exemplo). Em muitos estudos, promoveu-se uma tentativa de verificar o quanto essa postura deixava ou não de ser importante para o “progresso” da “ciência” (se assumir a hipótese de haver o tal “progresso” científico).

Falou-se da necessidade de se verificar a validade do desenvolvimento desse ou daquele método para o trato das coisas. Houver também quem advogasse em favor de um determinado método de se fazer “ciência”, em particular. Alguns ainda argumentaram em favor do pluralismo metodológico, outros do ecletismo ou mesmo em favor de não se defender qualquer método. Em todos esses casos, existiu também a preocupação de compreender melhor a maneira de se pensar a “ciência” social e, no caso da economia em particular, houve ainda quem questionasse inclusive o fato de esta vir mesmo a ser considerada uma “ciência”.<sup>3</sup>

Diante da necessidade de corrigir as distorções, conscientes ou não, embalsamadas naquilo que se chama de *história contada pelos vencedores* (nas salas de aulas, nos congressos e revistas especializadas e nos *manuais*) surge a necessidade de se apontar para o equívoco do tratamento que vem sendo dispensado para a história do pensamento econômico, pela corrente dominante.

---

<sup>3</sup> Ver: Caldwell (1984), Bianchi (1992) e Fernández (1999).

Ao colocar no segundo plano a análise dos trabalhos clássicos que apresentam a maioria dos conjuntos de *fundamentos* que constituem a base da evolução da “ciência”, perde-se uma parcela da riqueza da mesma. Parte dos empreendimentos científicos, da criatividade dos fundadores e mesmo do esforço de pesquisa empregados é perdida, pouco a pouco, ou sobrevive desgastada, agonizando em pequenos grupos de “excêntricos”, relegados a guetos específicos com pouca expressão.

Como, de fato, empreender um trabalho que se proponha a recontar a história da economia, por uma outra perspectiva, seria uma tarefa bastante ambiciosa (para não dizer impossível) para um só pesquisador, pretende-se investigar, nesse trabalho, um episódio específico da evolução da “ciência” econômica à luz de duas linhas de pesquisas metodológicas, cuja plena compatibilidade se defende aqui.

Trata-se, por assim dizer, de um esforço analítico que busca na Retórica uma possível explicação para a constituição e expansão da *comunidade científica* que domina no campo de estudo e que dirige a prática do que Kuhn denominou como “a ciência normal”. Poder-se-ia dizer, de outra forma, que tentaremos apresentar duas maneiras que se complementam de se contar uma “Revolução Científica”.

Tratar a Retórica como um elemento relevante para o progresso de um “paradigma” não é conflitante com a exposição kuhniana da “evolução” da ciência. Bresser-Pereira (1996, p. 178), por exemplo, sustenta que “a importância atual da Retórica é apenas uma decorrência das conclusões de Kuhn”. Isso porque, em sua opinião, mesmo que se atente para o rigor específico na condução de pesquisas, nos testes de hipóteses e na análise da adequação do paradigma a natureza e vice-versa, a chave do sucesso se resumiria no *convencimento* de uma *comunidade científica*.

Bianchi e Nunes (2003, p. 154) parecem sustentar algo semelhante quando afirmam que “Graças à leitura dos dois mais importantes livros de Kuhn, a saber: *The Structure of Scientific Revolutions* (1970) e *The Essential Tension* (1977), aprendemos a completar uma reconstrução puramente intelectual das idéias econômicas com elementos de história econômica, política econômica, instituições que organizam a profissão, bem como **redes de comunicação entre especialistas** e entre especialistas e leigos”. [Sem grifos no original]

Se, por um lado, a técnica já tenha sido utilizada (ou ao menos sugerida) por esses autores como sendo válida para contar a história do pensamento econômico, por outro, acredita-se que não tenha sido esgotada na análise de episódios específicos a ponto de por em risco alguma nova contribuição como a que se pretende dar no presente trabalho.

Assim é que, a partir das contribuições de Arida (1984) e McCloskey (1983) que demonstram haver um papel para a Retórica também na economia, acredita-se aqui ter sido encontrada uma nova oportunidade de se explicar o “sucesso” dos empreendimentos científicos nesse ramo de estudos.

Entende-se por *sucesso* a conquista do público acadêmico por parte de uma teoria que venha a reger a prática da “ciência” por meio de uma *comunidade acadêmica* específica bastante coesa em torno de um paradigma. Assim sendo, um caso que imediatamente vem a nossas mentes,

enquanto economistas, é a ascensão do paradigma keynesiano ao *status* de corrente dominante na “ciência” econômica até fins dos anos 1960.

Acredita-se que as contribuições e realizações científicas não estejam livres das regras de conversação e do discurso, presentes em outras atitudes do ser humano. Assim, compreender e aprender em que medida elas interferem no processo de pesquisa e na evolução da ciência, passa a ser fundamental para o entendimento das diversas *realidades* que se apresentam.

Dessa forma, o presente trabalho propõe-se a investigar o papel da Retórica para o sucesso daquela que a evidência aponta ser a maior Revolução Científica já experimentada na economia: a queda do assim chamado “modelo Clássico” e sua substituição pelo paradigma keynesiano. Acredita-se que, embora haja elementos claros de uma “revolução”, a partir de negações dos axiomas e pressupostos básicos da visão de mundo dos que vieram antes (numa forma típica de derrubada de paradigmas científicos) exista ainda espaço para explorar outros elementos causais menos discutidos, entre os quais, a Retórica.

## REFERÊNCIAS

- ARIDA, P. (1991). **A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica**. IN: REGO
- BIANCHI, A. M (1992). Muitos métodos é o método: a respeito do pluralismo. **Revista de Economia Política**. 12(2): 135-142.
- BIANCHI, A. M; NUNES, R. (2003). Ainda sobre os conceitos de paradigma e cânon como instrumentos de reconstrução da História do Pensamento Econômico. **Econômica**, v. 4. n.2. p. 153-176.
- BLAUG, M. (1998). *Disturbing Currents in Modern Economics*. **Challenge**, Vol. 41, No. 3, p.11-34,
- CALDWELL, B. J. (1984) **Beyond Positivism – economic methodology in the twentieth century**. Londres: George Allen & Unwin
- CHALMERS, A. F. **O que é ciência afinal?** Trad. Raul Fiker. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- FERNÁNDEZ, R. G.(1999) Retórica y Economía: Argumentos a favor del pluralismo y de la Conversación Civilizada. In: SCARANO, E. (ed.) **Metodología de las ciencias sociales**: Lógica, Language y Racionalidad. Buenos Aires: Macchi, p. 283-301.
- KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. 3.<sup>a</sup> edição. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- MAYER, T. (1993). **Truth versus Precision in Economics**. Aldershot: Edward Elgar.
- McCLOSKEY, D. (1983) **The Rhetoric of Economics**. Journal of Economic Literature, 21.
- McCLOSKEY, D. (1991). **Economics Science**: a Search Through the Hyperspace of Assumptions?. *Methodus*, 3 (1): 6-16.
- PEREIRA, L. C. B. (1996). Entrevista com Luiz Carlos Bresser Pereira. In: BIDERMAN, C; COZAC, L. F. L; REGO, J. M. **Conversas com economistas brasileiros**. São Paulo: Editora 34.
- REGO, J. M. (org) (1991) **Revisão da crise**: Metodologia e Retórica na História do Pensamento Econômico. São Paulo: Editora Bial.
- WOO, H. K. H. (1986) **What's Wrong with Formalization in Economics? An Epistemological Critique**. Neward: Victoria Press.

## 1. A RETÓRICA COMO A ARTE DA PERSUASÃO PELO DISCURSO: NOTAS INTRODUTÓRIAS DE UM DEBATE:

As reflexões contidas nesse pequeno ensaio têm por objetivo demonstrar a relevância do estudo da retórica no processo de aquisição do conhecimento. Trata-se, pois, de um resgate, a partir das tradições mais antigas, daqueles pontos que servem de base para os desenvolvimentos de uma vertente mais recente da teoria da argumentação (que tem na figura de Chaïm Perelman um de seus principais representantes).

Assim sendo, busca-se aqui delimitar o conceito de retórica como aquele estudado por Aristóteles e suas reflexões sistemáticas do discurso persuasivo e continuados por Perelman no Século XX. É, pois, com esse único propósito que se desenvolvem as páginas seguintes para, só a partir do capítulo segundo, principiar-se a discussão sobre as duas formas de se analisar os motivos que conduziram levaram ao sucesso da “Revolução Keynesiana”.

Essa tarefa [explicitar como se pretende tratar a retórica, no presente trabalho] assume relevância, na medida em que a literatura na área da Filosofia da Ciência tem apresentado uma multiplicidade de opiniões com relação ao que se pretende por retórica. A fim de evitar desvios indesejados, opta-se por demonstrar a origem da tradição a qual o presente trabalho está filiado: a aristotélica, bem entendida.

Apenas como exemplo da “multiplicidade de opiniões”, veja-se a síntese das principais definições de retórica elaborada por Gill (1994, pp. 38-39)<sup>4</sup>:

[*Aristóteles*] A habilidade de avaliar, em cada caso particular, os meios particulares de se persuadir alguém de algo.

[*Bacon*] O papel da retórica é aplicar e recomendar os ditados da razão à imaginação com o objetivo de excitar e o apetite e o desejo [do saber]

[*George Campbell*] A retórica [eloquência] é aquela arte ou talento para o qual o discurso é adaptado para o seu fim. Os possíveis fins, por sua vez, consistem em iluminar o entendimento e ajudar a imaginação, mover paixões e influenciar o desejo.

---

<sup>4</sup> [Traduções livres]. A síntese apresentada por Gill (1994) tem por base as seguintes obras:

- Aristotle. *On Rhetoric: A Theory of Civic Discourse*, trans. George A. Kennedy. [New York: Oxford UP, 1991] I 1355 36-37.
- Francis Bacon. “*Of the Dignity and Advancement of Learning*” *The Works of Francis Bacon*, ed. James Spedding, Robert Leslie Ellis, and Douglas Denon Heath, vol. 4. [1870; rpt. New York: Garrett, 1968] VI 3 455.
- George Campbell. *The Philosophy of Rhetoric*, ed. Lloyd F. Bitzer [Carbondale: Southern Illinois UP, 1963] 1.
- Richard Whately. *Elements of Rhetoric*, ed. Douglas Ehninger [1828; rpt. Carbondale: Southern Illinois UP, 1963] 39 [capital letters omitted].
- Douglas Ehninger. “*On Systems of Rhetoric.*” *Contemporary Rhetoric: A Reader’s Coursebook*, ed. Douglas Ehninger [Glenview, IL: Scott, Foresman, 1972] 18, 26.
- Donald C. Bryant. “*Rhetoric: Its Function and Its Scope.*” *Contemporary Rhetoric: A Reader’s Coursebook*, ed. Douglas Ehninger. [Glenview, IL: Scott, Foresman, 1972] 18, 26.
- I. A. Richards. *The Philosophy of Rhetoric* [1936; rpt. Oxford: Oxford UP. 1981] 3.
- Kenneth Burke. *A Rhetoric of Motives* [1950; rpt. Berkeley: University of California P. 1969] 43.
- Richard M. Weaver. *The Ethics of Rhetoric*. [South Bend. In: Regnery, 1953] 15.
- Sonja K. Foss, Karen A. Foss and Robert Trapp. *Contemporary Perspectives on Rhetoric*. 2<sup>nd</sup> ed. [Prospect Heights, IL: Waveland, 1991] 14-18.

[Richard Whately] A procura de argumentos sustentáveis para provar um ponto de vista, e um arranjo hábil deles pode ser considerado como uma providência própria e imediata da retórica.

[Douglass Ehninger] Um modo organizado, consistente e coerente de falar sobre os discursos práticos.

[Donald Bryant] Diz que a função da retórica é ajustar as idéias às pessoas e as pessoas às idéias.

[I.A. Richards] Um estudo dos mal-entendidos e de seus remédios.

[Kenneth Burke] Diz que a retórica está arraigada numa função essencial do idioma, trata-se de uma função que é completamente realística, e nasce novamente; o uso do idioma como um meio simbólico de induzir a cooperação entre os seres [humanos] que, por natureza, respondem a símbolos.

[Richard Weaver] A retórica é a verdade somada a sua apresentação astuta.

[Sonja Foss, Karen Foss e Robert Trapp] Sugerem que a retórica é uma ação humana simbólica, propositiva, bem como uma perspectiva que envolve o foco no processo de simbolismo.

## 1.1. AS ORIGENS DA TRADIÇÃO DO DISCURSO ARGUMENTATIVO

*“Oh tempos, oh costumes!”*

M. T. Cícero

Dos gregos antigos aos dias atuais, o estudo da retórica encerra uma gama de controvérsias e conceitos. Da *arte de persuadir* ensinada aos nobres - ora confundida com a própria oratória - à técnica de refletir sobre os fenômenos da natureza, a retórica já foi encarada como mero conjunto de figuras de linguagem destinadas a embelezar a argumentação (seja ela escrita ou falada, ou mesmo puramente visual). Também já foi apresentada como mero recurso de charlatães, enganadores, que buscavam através da técnica, persuadir o ouvinte sobre a veracidade de seus argumentos, seja para o “bem” ou para o “mal”.

Sem sombra de dúvida, a retórica se constituiu numa ferramenta bastante útil na política e no direito, ramos em que jamais perderam a sua relevância, dadas as necessidades bastante evidentes de converter o público a alguma causa específica nas referidas áreas. A incompreensão do seu alcance em outros usos, porém, parece ter passado despercebida por séculos. É provável também que se deva justamente à afinidade da retórica com a política que, para muitos, essa técnica tenha sido encarada como algo pejorativo no que tange ao alcance do saber e se distanciado substancialmente da esfera de interesse dos cientistas em geral.

Dentre as diversas formas de conhecimento da humanidade, a busca pela *objetividade* - que caracteriza a prática da Ciência - varreu toda a sorte de argumentos não observáveis, priorizando aqueles que fossem passíveis de maior controle, que pudessem exibir algum padrão mais ou menos invariável, a fim de se prestarem à construção de axiomas teóricos estáveis que versassem sobre os fenômenos da natureza.

Nesse sentido, é até mesmo compreensível que a arte retórica encontrasse certa dificuldade de aceitação entre os cientistas, pois o discurso retórico nunca se encaixou em nenhuma dessas condições. Mesmo que, em si, sua finalidade extrapole, para muitos dos estudiosos desse ramo, definições sintéticas que associem a retórica à persuasão pura e simplesmente, não há nada que

possa se objetar ao fato de que não existe um discurso padrão na retórica. As técnicas utilizadas nos *discurso persuasivo* dependem de um conjunto de argumentos e estratégias variáveis que devem ser escolhidas caso a caso, dependendo do propósito do orador, do público que pretende atingir e do contexto em que se insere o discurso.

No clássico diálogo entre Górgias e Sócrates, que leva o nome do primeiro personagem, escrito por Platão (2005), tem-se a oportunidade de extrair lições importantes acerca do debate sobre o alcance da retórica. A arte de persuadir os auditórios é anterior a Platão, é bem verdade, mas em sua época, havia alcançado notável sucesso após longa difusão promovida pelos *Sofistas* (professores particulares de retórica).

A história aponta vários motivos para a censura de Platão à retórica. Poder-se-ia enumerar desde os argumentos que se centravam na índole dos Sofistas e seu pouco caso com as suas “virtudes” e juízos de valor interesseiro, ao alcance do método em si. Para esse primeiro momento, buscar-se-á dirigir a discussão para o próprio método de argumentação.

Nesse diálogo [*Górgias*], a personagem de Sócrates pergunta a Górgias acerca do que consistiria a sua ocupação [a retórica]. Como ponto de partida do diálogo, Sócrates indaga acerca da definição da retórica ao que Górgias, prontamente, lhe devolve afirmando ser a retórica a *arte que se ocupa dos discursos que interessam aos negócios humanos*. Num exercício “socrático”, lançando mão de uma falsa dúvida, as indagações de Sócrates prosseguem no sentido de tentar delimitar o alcance dessa *arte*. Sócrates então questiona Górgias se outras artes (ou ciências) como a medicina e a economia, por exemplo, não seriam, igualmente, retóricas, uma vez que também se ocupariam de alguma espécie de discurso. A esse respeito Górgias concordou com Sócrates, dizendo que ele interpretava bem o seu pensamento.

As personagens escolhidas por Platão não são nada acidentais. O verdadeiro Górgias, nascido na Sicília em 427 a. C é tido por muitos como o “fundador da retórica” ainda que o amadurecimento da mesma seja atingido por Aristóteles. A personagem de Sócrates, no diálogo escrito por Platão (2005, pp. 6-7), conduz assim o discurso de forma a tentar extrair de Górgias uma melhor delimitação do alcance da retórica, objetivando estabelecer os limites dessa *arte* e tornar menos ambígua a resposta que Górgias deu, diante da sua indagação anterior. Numa das primeiras passagens do texto, cuja relevância exige aqui a transcrição integral, o ultimato de Sócrates:

**Sócrates** — Então, diz a respeito de quê. A que classe de coisas se referem os discursos de que se vale a retórica?

**Górgias** — Aos negócios humanos, Sócrates, e os mais importantes.

**Sócrates** — Mas isso, Górgias, também é ambíguo e nada preciso. Creio que já ouviste os comensais entoar nos banquetes aquela cantilena em que fazem a enumeração dos bens e dizer que o melhor bem é a saúde; o segundo, ser belo; e o terceiro, conforme se exprime o poeta da cantilena, enriquecer sem fraude.

**Górgias** — Já ouvi; mas, a que vem isso?

**Sócrates** — E que poderias ser assaltado agora mesmo pelos profissionais dessas coisas elogiadas pelo autor da cantilena, a saber, o médico, o pedótriba e o economista, e falasse em primeiro lugar o médico: Sócrates, Górgias te engana; não é sua arte que se ocupa com o melhor bem para os homens, porém a minha. E se eu lhe perguntasse: Quem és, para falares dessa maneira? Sem dúvida responderia que era médico. Queres dizer com isso que o produto de tua arte é o melhor dos bens? Como poderia, Sócrates, deixar de sê-lo,

se se trata da saúde? Haverá maior bem para os homens do que a saúde? E se, depois dele, por sua vez, falasse o pedótriba: Muito me admiraria, também, Sócrates, se Górgias pudesse mostrar algum bem da sua arte maior do que eu da minha. A esse, do meu lado, eu perguntara: Quem és, homem, e com que te ocupas? Sou professor de ginástica, me diria, e minha atividade consiste em deixar os homens com o corpo belo e robusto. Depois do pedótriba, falaria o economista, quero crer, num tom depreciativo para os dois primeiros: Considera bem, Sócrates, se podes encontrar algum bem maior do que a riqueza, tanto na atividade de Górgias como na de quem quer que seja. Como! Decerto lhe perguntáramos: és fabricante de riqueza? Responderia que sim. Quem és, então? Sou economista. E achas que para os homens o maior bem seja a riqueza? Voltaríamos a falar-lhe. Como não! me responderia. No entanto, lhe diríamos, o nosso Górgias sustenta que a arte dele produz um bem muito mais importante do que a tua. E fora de dúvida que, a seguir, ele me perguntaria: Que espécie de bem é esse? Górgias que o diga. Ora bem, Górgias; imagina que tanto ele como eu te formulamos essa pergunta, e responde-nos em que consiste o que dizes ser para os homens o maior bem de que sejas o autor.

**Górgias** — Que é, de fato, o maior bem, Sócrates, e a causa não apenas de deixar livres os homens em suas próprias pessoas, como também de torná-los aptos para dominar os outros em suas respectivas cidades.

**Sócrates** — Que queres dizer com isso?

**Górgias** — O fato de, por meio da palavra, poder convencer os juízes no tribunal, os senadores no conselho e os cidadãos nas assembléias ou em toda e qualquer reunião política. Com semelhante poder, farás do médico teu escravo, e do pedótriba teu escravo, tornando-se manifesto que o tal economista não acumula riqueza para si próprio, mas para ti, que sabes. (PLATÃO, 2005, pp. 6-7)

Mas esse mesmo Sócrates, do diálogo, ainda não se deu por satisfeito e continuou a indagar Górgias, em busca de algo mais preciso. Argumentando, por sua vez, que tanto o conhecimento como as crenças (que seriam coisas completamente diferentes, sendo o primeiro uma expressão mais “correta” da natureza dos fenômenos) apresentavam em suas origens alguma espécie de processo de *persuasão*, a personagem de Sócrates inquiriu Górgias sobre a natureza dos discursos persuasivos. Isto é, Sócrates desejava saber se estariam eles baseados na difusão do conhecimento ou se nas crenças difundidas. A isso Górgias respondeu categoricamente: *nas crenças*.

O diálogo prosseguiu ainda em direção a questões de natureza mais controvertida, explorando a finalidade do discurso (visivelmente, a persuasão do público) e seu uso para *questões justas e injustas*. Mas a última resposta de Górgias, apresentada no parágrafo anterior, serve bem para demonstrar a intenção de Platão, colocando nas palavras de sua personagem algo que o próprio autor intencionava dizer, diretamente: que a retórica não provinha do conhecimento verdadeiro. Esse ponto é que vale ser destacado.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> É no mesmo sentido no qual Platão colocou de um lado o *conhecimento difundido* e, de outro, as *crenças* que Kant, vários séculos depois, mais especificamente, no século XVIII, estabeleceu também um paralelo entre a convicção e a persuasão: “If a judgement is valid for every rational being, then its ground is objectively sufficient, and it is termed a conviction. If, on the other hand, it has its ground in the particular character of the subject, it is termed a persuasion. Persuasion is a mere illusion, the ground of the judgement, which lies solely in the subject, being regarded as objective. Hence a judgement of this kind has only private validity- is only valid for the individual who judges, and the holding of a thing to be true in this way cannot be communicated. But truth depends upon agreement with the object, and consequently the judgements of all understandings, if true, must be in agreement with each other (*consentientia uniterio consentiunt inter se*). Conviction may, therefore, be distinguished, from an external point of view, from persuasion, by the possibility of communicating it and by showing its validity for the reason of every man; for in this case the presumption, at

A partir do reconhecimento de que a retórica está associada à persuasão – deixando outras questões de lado, por agora - e que esta não precisa estar embasada no conhecimento e sim *na crença*, o diálogo travado entre as personagens de Górgias e Sócrates serve a muitos fins. Primeiramente, pode-se dizer, como o fez Platão, que através da retórica, indivíduos pouco versados sobre os mais variados campos de conhecimento podem superar os *entendidos* nesses assuntos, diante do público, e lograr convencê-lo de suas idéias. Assim, o conhecimento, que seria superior às crenças, poderia perder espaço para essas últimas dependendo da ocasião e da vitória de um discurso baseado nas mesmas. Em segundo lugar, não há erro em admitir também que isso abriria espaço para que oradores *mal intencionados* pudessem levar uma mensagem falsa adiante e, daí, a retórica ser uma *arma* a serviço da enganação.

Mas, se fosse encarada como uma *arma*, é bem verdade que a discussão devesse ainda ser dirigida no sentido de discutir se o triunfo do conhecimento estaria garantido com a extirpação desse instrumento do convívio dos filósofos. Armas podem ser bem ou mal utilizadas, é verdade, mas a responsabilidade pelo seu uso deve repousar no seu portador e não no instrumento!

Assim como observam Eire (2001) e Vallejo (2001), a retórica estava bastante associada com a política, com a arte de discursar com eloquência diante das multidões, na época em que Platão e Aristóteles escreviam seus clássicos trabalhos nesse campo da filosofia (*Górgias* e *Retórica*, respectivamente). Isso também fez com que, inclusive, retórica e oratória fossem considerados sinônimos, por muito tempo. O uso da retórica na Assembléia grega, com finalidade política (campo que, costumeiramente, se preocupa mais com a difusão da crença do que do conhecimento) provavelmente contribuiu para levar Platão a uma reflexão crítica do papel da retórica.

La crítica de Platón a la retórica se aparta, por consiguiente, del punto de vista realista de que el valor de una política haya de juzgarse por el criterio del poder y los logros alcanzados. Cuando enjuicia en el Gorgias la Atenas de Pericles y de los grandes estadistas que le habían precedido, Platón no la juzga, por consiguiente, desde la óptica de sus logros materiales: ellos fueron capaces como "criados y servidores de las pasiones" pero, independientemente de ello, desconocían, a su juicio, cualquier principio que fuera "noble y bueno" (518c3-4). Ese estado retórico hasta la médula, a pesar del poder conseguido, fracasó porque no se propuso la auténtica tarea del verdadero estadista que consiste en curar a un pueblo enfermo, "modificando sus pasiones y no confiándose a ellas" y "en persuadir y obligar a los ciudadanos a dirigirse por el camino que les permita hacerse mejores" (VALLEJO, 2001, p. 4)

Platão também se preocupou em demasia com a necessidade de uma definição acabada do que viria a ser a retórica e, não a encontrando clara (a não ser pela sua associação com a *persuasão*) alimentou alguns preconceitos.

---

*least, arises that the agreement of all judgements with each other, in spite of the different characters of individuals, rests upon the common ground of the agreement of each with the object, and thus the correctness of the judgement is established. (...) I can only maintain, that is, affirm as necessarily valid for every one, that which produces conviction. Persuasion I may keep for myself, if it is agreeable to me; but I cannot, and ought not, to attempt to impose it as binding upon others."* (KANT, 2006, p. 682)



Em Aristóteles, por outro lado, nota-se maior preocupação em demarcar os limites e o alcance da *Arte* retórica, na obra que leva esse mesmo nome, ao estabelecer as bases para o uso e a compreensão dessa *arte*. Associando a retórica a um saber prático, ou *técnica*, que se diferenciaria de muitas ciências e mesmo de outras *artes* por não se concentrar em algum objeto em si, diz que a retórica “*é a faculdade de ver teoricamente o que, em cada caso, pode ser capaz de gerar a persuasão (...) descobrir o que é próprio para persuadir. Por isso (...) ela não aplica suas regras a um gênero próprio e determinado*” (Aristóteles, 2005, p. 33). Para esse autor, a retórica se utiliza de figuras de linguagem como recurso para a conquista do público (o uso das metáforas, por exemplo, já é tratado formalmente nessa obra).

Apontando para todo esse conjunto de regras, explicitamente, Aristóteles demarcou os elementos principais do discurso persuasivo dividindo-os em três gêneros: o *deliberativo*, o *demonstrativo* e o *judiciário*, os quais teriam finalidades diferentes. Assim sendo, seriam variados os tipos de argumentos válidos para a conversação e também as reações esperadas dos ouvintes e os efeitos despertados nestes. Nessa clássica obra de Aristóteles sobre a retórica, o autor apresentou uma longa discussão destinada a demonstrar os meios de se provar uma tese, as ocasiões e os objetos que deveriam ser reunidos, a forma de apresentá-los ao público etc.

Esse esforço, em grande parte baseado nas experiências, deve ser associado à tentativa de erigir daí um método de investigação menos questionável – dir-se-ia mesmo, dotado de alguma *lógica* formal - na medida em que demonstrou, claramente, o desejo de estabelecer e/ou identificar um ou mais padrões de argumentação bem sucedido(s) destinado(s) a persuadir um determinado auditório.

A sistematização de regras do discurso, observando ao mesmo tempo as interações necessárias aos três elementos envolvidos: o *orador*, o *ouvinte* e o *objeto* do discurso, teve por finalidade dar consistência a essa técnica, inserindo-a no campo das *Artes*. Esse era, sem dúvida, o objetivo de Aristóteles no seu tratado sobre a arte retórica e a arte poética. Retirar das sombras essa parte da dialética - como o autor considerava a retórica - neutralizando, de certo modo, algumas acusações como as de Platão, sobre o alcance do discurso persuasivo, por exemplo. “*Poder-se-ia objetar que o uso injusto de semelhante faculdade da palavra é capaz de causar graves danos; mas este inconveniente, com exceção da virtude, é comum a todos os bens, e particularmente aos mais úteis, por exemplo, a força, a saúde, a riqueza, a arte militar. Um uso justo desses bens permite auferir deles grande proveito.*” (Aristóteles, 2005, p. 31).

Ainda assim, à maneira como a personagem Sócrates do diálogo com Górgias, escrito por Platão, essa demarcação realizada por Aristóteles impediria classificar a retórica como mera *rotina*.<sup>6</sup> Isso poderia ser verdadeiro se imaginássemos que, a partir do conjunto de regras abordadas por Aristóteles, qualquer indivíduo pudesse proceder mecanicamente, tomando-as como um guia para a realização de discursos destinados ao arrebatamento do público.

No entanto, fica claro que os conjuntos de variáveis circunscritas tanto na esfera do orador, quanto na do público e na do objeto do discurso – que se constituem no cerne da prática persuasiva -

---

<sup>6</sup> Como o fez Platão, em *Górgias*. Obs: “Rotina” como sendo mero conjunto de procedimentos mecânicos

são complexos e exigem habilidades que superam, em muito, as necessárias para a realização de outras tarefas, também classificadas como *rotinas* por Platão (como a irônica passagem em este iguala a retórica à *culinária*, em *Górgias*).

Não raro, pôde-se observar que a identificação com a *persuasão* tenha servido tanto para a aceitação como para a rejeição da retórica enquanto método. Isso porque, como observa Vallejo (2001), a persuasão foi vista por uns como uma iluminação dos espíritos enquanto que, para outros, não passava de mera falácia.

Por un lado, encontramos textos en los que la persuasión aparece revestida con la dignidad de una diosa.<sup>7</sup> Por otro lado, incluso en estos mismos textos no es extraño que se le califique abiertamente como “mentirosa”<sup>8</sup> y que se diga de ella que es “la hija del error” a cuya fuerza no podemos resistirnos.<sup>9</sup> ¿De dónde deriva esta ambigüedad que experimentaban los griegos ante la persuasión y, por tanto, también ante la retórica que aparece tan esencialmente ligada a ella? Hay que decir, en primer lugar, que la persuasión es obra del discurso y que éste, concebido como *lógos*, es la expresión verbal de la racionalidad humana. Esto explica la existencia de muchos textos en los que la persuasión aparece en contraposición a la violencia y a la coacción exterior características de aquellas acciones en las que el sujeto se ha visto obligado a hacer algo en contra de su voluntad. En la medida en que la persuasión va asociada al discurso racional es interpretada como aquel factor civilizador que consigue elevar al hombre por encima de un estado salvaje en el que imperan sólo la violencia y la barbarie.<sup>10</sup> (VALLEJO, 2001, p.1)

Mas a persuasão não pode, de modo algum, ser reduzida a um sinônimo de *enganação*. *Persuadir é convencer*.<sup>11</sup> Se, em campos como a política e a segurança, as teses que se pretende difundir podem, em muitos casos, buscar tirar vantagem do público ignorante, na ciência, não costuma ser essa a motivação do pesquisador individual ou mesmo de um grupo de pesquisadores. Ainda que não se possam excluir os desejos particulares de notoriedade na academia e, por vezes, de ganhos financeiros advindos do triunfo de uma pesquisa, em geral, podemos assumir [não nos isentando das críticas dos contrários] que as preocupações da pesquisa científica vão em *busca* de *uma verdade*.

Não se quer dizer aqui que isso *realmente* ocorra (isto é, que a pesquisa científica caminha em direção à verdade), mas que o pesquisador, na maioria das vezes, *acredita* nisso. Assim, sua tentativa de convencer o auditório de que seu trabalho *espelha a natureza* não pode ser encarada da mesma forma que os discursos políticos diante da Assembléia. As motivações desses dois tipos de oradores são diferentes.<sup>12</sup>

---

<sup>7</sup> Cf. por ex., Hesíodo, *Op.* 73; *Th.* 349; Esquilo, *Eum.* 885. IN: Vallejo (2001)

<sup>8</sup> Cf. Esquilo, *Coéforas*, 726. IN: Vallejo (2001)

<sup>9</sup> Cf. Esquilo, *Agamenón*, 385-6. IN: Vallejo (2001)

<sup>10</sup> Cf. Isócrates, *Antídosis*, 254. IN: Vallejo (2001)

<sup>11</sup> Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.31) sugerem sutis diferenças entre esses dois termos (persuasão e convencimento). No entanto, para o autor desse trabalho, essas diferenças não invalidam essa afirmação.

<sup>12</sup> As práticas científicas desonestas, quando desmascaradas, costumam ser severamente punidas pela Academia, com o desprezo de seus pares (o que nem sempre ocorre com a política, por exemplo). Mire-se nos

Havia-se deixado, até aqui, de lado um ponto importante sobre o escopo da *arte* retórica. Por vezes, a retórica foi e ainda é apresentada como *a arte de proferir discursos eloqüentes*. De fato, muitos são os que associam uma boa retórica a um discurso bem elaborado, destacado por diversos recursos de linguagem, enfim, ornamentado. Essa definição guarda correspondência com os primeiros discursos dos Sofistas – portanto, anteriores ao aparecimento do tratado de Aristóteles sobre a retórica – mas que atingiu destaque e refinamento com a obra de Isócrates (436-338 a.C), hábil e longevo retor, que se destacou pelo seu programa de ensino baseado nas artes humanas, predominantemente literárias (o *Paideia*).

Isócrates se destacou por atacar tanto os que praticavam e ensinavam a *dialética erística* (aqueles que se propunham às disputas, a partir de posições antagônicas de mundo, objetivando chegar a uma pretensão de descoberta, a qual refletiria as formas particulares da leitura da natureza e/ou que fossem capazes de chegar a uma verdade) quanto os *Sofistas*, que ensinavam a arte dos discursos políticos aos nobres.

Isócrates não acreditava que, da *dialética erística*, pudesse emergir um conhecimento diferente dos demais, ou que o simples fato de se arrebatar o maior número possível de seguidores fosse um medidor da correção de um dado conhecimento. Tampouco, poder-se-ia fazer qualquer juízo positivo da *arte* dos Sofistas de ensinar discursos políticos mecanicamente, já que as condições para a descoberta da *Verdade* jamais teriam ali algum papel a desempenhar. (GILL. 1994)<sup>13</sup>

---

exemplos, elencados por SCLIAR (2006), do médico alemão Phillipus Theophrastus Bombastus von Hohenheim, conhecido como Paracelso (1493-1541) que se dizia capaz de fabricar um ser humano em miniatura a partir do esperma; do imunologista William T. Summerlin, do Instituto Sloan-Kettering, que se dizia, já em 1974, capaz de transplantar vários órgãos – inclusive entre espécies diferentes – e que apresentava como prova um rato branco, com um fragmento da pele em outra cor (que depois se descobriu tratar de uma fraude grosseira, cuja pele de tonalidade negra houvera resultado da aplicação de tinta de caneta hidrográfica aplicada pelo próprio cientista. SCLIAR (2006) ainda aponta o caso do físico Alan Sokal, esse sim já bastante difundido, que por meio de uma linguagem complexa conseguiu enganar os pareceristas da prestigiada revista “*Social Text*” e emplacar a publicação do seu artigo “Transgredindo as Fronteiras: Para uma Hermenêutica Transformadora da Gravidade Quântica”, um artigo que consistia num emaranhado de idéias sem nexo que afrontavam a tradição da Física aceita, e que consistia numa espécie de escárnio para com o método das ciências sociais. SCLIAR (2006)

Recentemente, foi reportado na imprensa que o sociólogo Harry Collins, da Universidade de Cardiff (Reino Unido) numa atitude muito assemelhada a de Sokal, mas com intenção exatamente oposta, passou-se por um Físico, especialista em ondas gravitacionais e escreveu um artigo sobre o assunto. Quando submetido à análise de um grupo de físicos [então, pareceristas] o referido artigo passou pelo crivo desses últimos como se fosse fruto de um especialista na área. COLLINS (2006)

<sup>13</sup> Há quem atribua aos sofistas a origem da má reputação da Retórica. Alguns historiadores especulam que o fato de serem os sofistas professores itinerantes da arte de convencer, sustentar opiniões em público – conhecimento apreciado pelos gregos da antiguidade – servindo-se de técnicas de argumentação baseadas em figuras de linguagem e ornamentação do discurso, absolutamente despreocupadas com a questão da Verdade - cobrando por esses serviços [algo que não era bem visto por Sócrates, por exemplo] - está na origem das críticas que Platão e Isócrates desferiram contra esse grupo de estudiosos. Dobranszky (2005) afirma que a prática da cobrança pelo ensino da Retórica surge com o sofista Protágoras de Abdera (n. 486 a.C.). Um trecho da obra “*Contra os sofistas*” de Isócrates sustenta ainda essa impressão “*Se eles vendessem um ou outro objeto a um preço muito inferior ao seu valor, não contestariam; e quando eles vendem a virtude e a felicidade a tão baixos preços, pretendem ser inteligentes e tornar-se professores dos outros. Segundo eles, não precisam de bens materiais*”.

Em Aristóteles, parece bem claro, todavia, que o próprio método sofista de ensinar a arte da persuasão é que é atacado.

Tanto a virtude como a sabedoria não poderiam ser atingidas apenas com o ensino da retórica, para Isócrates. O ensino da *eloquência* poderia facilitar a apreensão desses valores, mas a conquista dos mesmos ainda dependeria de certas aptidões anteriores adquiridas pelo orador. É por isso que o programa de ensino desenvolvido por esse autor também englobava conhecimentos oriundos de outras áreas.

Por acreditar que a *eloquência* era fundamental para arrebatá-lo o público, ao fazer os argumentos parecerem melhores que de fato o eram, Isócrates desenvolveu técnicas que partiam do “*floreamento*” do discurso, com o uso de *figuras de linguagem* que o auxiliavam a confeccionar excelentes textos. Isócrates, muitas vezes, se valia também da técnica da *ampliação* – que consistia em aumentar as sentenças pelo uso de sinônimos e antônimos para dizer o mesmo que pudera ser dito com palavras mais simples, num texto mais enxuto, a fim de apresentar a mesma idéia duas ou mais vezes. (CONLEY, 1994, pp. 17-18)

Mas, a técnica da *ampliação* não era apenas um estilo puramente prolixo de escrita, ou de fala, quase que em tom de poesia; nem mesmo se constituía em subterfúgios desnecessários para se atingir a compreensão do objeto do discurso junto ao público que o prestigia. Tampouco tinha por objetivo desviar a atenção desses ouvintes daquilo que verdadeiramente importava. Mas, servia por meio da repetição para, entre outras coisas, fixar na memória do auditório uma certa idéia e mesmo que, repetida em demasia, não se apresentasse enfadonha. Devido à elocução do orador, ele conseguiria construir uma imagem crível de si. Assim sendo, muitas vezes, fazia parecer que um determinado argumento, muitas vezes singelo de princípio, assumisse um caráter mais robusto aos olhos da platéia. Guardadas as devidas proporções, o leitor já se apercebeu que a confecção do presente parágrafo se constituiu num exemplo dessa técnica.

Uma marca distintiva da retórica na visão de Isócrates, em *Contra os sofistas*, era que, ao mesmo tempo em que apresentava a retórica como um meio de se *vencer um debate*, independente da causa em questão ser *justa*, o autor também destacava ser mais fácil obter bons resultados se ela assim o fosse. Assim sendo, poder-se-ia concluir - sem nenhuma contradição - que, independente de se partir ou de objetivar a *Verdade*, de fato ter-se-ia um caminho menos árduo para a persuasão do público, com respeito a um determinado ponto de vista, caso o orador estivesse ao lado dela [da Verdade]. Hoje, certamente, essa visão seria considerada bastante ingênua.

Como observou GILL (1994, pp.48-50), Isócrates afirmava que os avanços da humanidade poderiam estar também associados à forma de expressão e a linguagem. GILL, *ibid*, estabeleceu um paralelo entre os pontos de vista de Isócrates e de Platão a respeito do potencial do uso da retórica como técnica de persuasão.

Para isso, GILL, *ibid*, argumentou que os ataques empreendidos por Platão à persuasão estariam baseados numa visão particular desse autor do “potencial para o mal” encerrado na prática da retórica. Paralelamente, a autora demonstrou que a defesa de Isócrates da *eloquência* (e do seu uso para persuadir e exprimir os desejos e os pensamentos do ser humano, positivamente) consistia

num outro tipo de percepção que via na retórica um “potencial para o bem”, baseando inclusive muitos dos feitos deste em sociedade.<sup>14</sup>

Mas, ao mesmo tempo, cabe notar, não deixa de ser ingênua a visão de Isócrates sobre alguns aspectos a que se poderia levar o ensino da *eloquência* – e também, do que se pode inferir a respeito do iniciado nessa arte - com respeito a alguns dos valores anteriormente mencionados. “*For this it is which has laid down laws concerning things just and unjust, and things honorable and base; and if it were not for these ordinances we should not be able to live with one another. It is by this also that we confute the bad and extol the good. Through this we educate the ignorant and appraise the wise; for the power to speak well is taken as the surest index of a sound understanding, and discourse which is true and lawful and just is the outward image of a good and faithful soul.*” ISÓCRATES (1954, p.57) In: GILL (1994, p. 50)

A *eloquência*, por fim, considerada como uma das partes da retórica ganhou grande visibilidade também devido a Marco Túlio Cícero (106 a. C – 43 a. C), através de seus habilidosos discursos no Senado Romano (onde as Catilinárias se inscrevem entre os melhores exemplos desses pronunciamentos) e também diante das multidões. Para o auditório universal, essa arte de convencer derivada da eloquência ganhou com este autor maior visibilidade. Para o público sempre foi difícil distinguir entre a forma e o conteúdo desses discursos e é surpreendente que, ainda hoje, no século XXI, seja essa parte da retórica tomada pela arte em si em muitas ocasiões.

Gill (1994, p. 41) e CONLEY (1994, pp. 29-30) atribuíram às conquistas de Alexandre [o Grande] e seus sucessores e a conseqüente difusão do modelo de educação e de sociedade gregas a extensos territórios conquistados (praticamente todo o mundo então conhecido) a causa da difusão da retórica pelo mundo.

Esse programa de educação grega, que acabou se adaptando aos conhecimentos das civilizações conquistadas e que mais tarde seria difundido também pelos romanos, contemplava estudos de Gramática, retórica, Lógica, Aritmética, Geometria, Música e Astronomia. A autora se inscreve ainda entre os que atribuem à cultura romana, de certa forma, a maior responsabilidade pela difusão da retórica pelo mundo, mas com algumas adaptações, onde a *arte* retórica era vista como um misto de invenção, disposição, elocução, descoberta e memória. Esse programa ampliado, conhecido como *Enkyklios Paideia*, influenciou gerações de estudantes europeus durante a Idade Média e o Renascimento.

Durante os séculos que se seguiram às contribuições dos gregos antigos e dos romanos, a retórica recebeu ainda outras contribuições. Mas, o que se assistiu ao longo desses anos, foram ciclos de afastamento e de renascimento da *arte da persuasão* para, por fim, esta arte de deliberar ser progressivamente esquecida, a partir do século XVII, em favor do *método cartesiano* e suas *longas cadeias de razão*.

---

<sup>14</sup> “(...) because there has been implanted in us the power to persuade each other and to make clear to each other whatever we desire, not only have we escaped cities and made laws and invented arts; and , generally speaking, there is no institution devised by man which the power of speech has not helped us to establish.” ISÓCRATES , *Antidosis*. Trans. George Norlin. Loeb Classical Library (Cambridge: Harvard, UP, 1954) pp. 253-57. In: GILL (1994, p. 50)

A epistemologia kantiana e seu primado pela busca da certeza procurou suprir a filosofia, a seu modo, das respostas há muito procuradas sobre como se apreende o conhecimento. Nossas mentes passaram a ser senhoras das decisões, fontes primárias do conhecimento. A partir de uma espécie de deus interior que, através de processos puramente *a priori*, sobre quase tudo era capaz de julgar, observar e entender a realidade e os objetos que a compunham, estabeleceu-se um método *racional* de desvendar as verdades objetivas do mundo. A filosofia moderna mudou para, ao invés de se perguntar a respeito de como era o mundo (objeto da filosofia antiga) passar a inquirir como o ser humano aprendia sobre ele. A filosofia se converteu numa teoria do conhecimento e, a partir daí, tratou-se de descobrir um modelo de aprendizado centrado nas interações do sujeito (e mais especificamente, da mente) com o mundo exterior. O que passou a ser relevante para a filosofia foi descobrir os passos que levavam à apreensão do conhecimento.

Mas, no século XX, as críticas a essa visão sobre a forma de se obter o conhecimento, *excentricidades* outrora, passaram a ser reavaliadas e a perda de espaço do projeto epistemológico kantiano se deu a partir de vários ataques e/ou reformulações dessas idéias, por filósofos contemporâneos.

O giro ou virada lingüística (*linguistic turn*) foi marcado por diversas contribuições em diferentes *fronts* e uma síntese elaborada por GHIRALDELLI (2007a, p. 1) e (2007b, p.1) pode ser bastante útil para estabelecer um paralelo com respeito a algumas importantes contribuições.

**Ludwig Wittgenstein (1889-1951):** Sugeriu que o núcleo da garantia da noção tradicional da consciência era algo como uma “linguagem privada”, mas esta, de fato, não poderia existir; pois uma linguagem privada não seria uma linguagem uma vez que a única linguagem possível é a social, e nosso próprio pensamento é a linguagem social ou uma estrutura muito semelhante a ela.

**Willard Van O. Quine (1908-2000):** Na trilha de John Dewey (1859-1952) e Wittgenstein, afirmou que a “mente” não seria capaz de ter o que atribuíam a ela como seu núcleo duro, os significados – os substitutos, na filosofia contemporânea, das “essências” aristotélicas.

**Martin Heidegger (1889-1976):** Afirmou que a acoplagem entre “homem” e “sujeito” não era legítima. “Sujeito” viria da noção de substrato, do que é que sustenta e/ou recebe e/ou põe o objeto. A doutrina do Humanismo, que teria imperado na modernidade, ao fazer do homem o substrato de tudo, fez tudo se transformar em objeto – o que é posto e, no limite, então, manipulado pelo homem.

**William James (1842-1910):** Argumentou que “‘o verdadeiro’ (...) é apenas o expediente no modo do nosso pensamento, exatamente como ‘o certo’ é apenas o expediente no modo de nosso comportamento”.<sup>15</sup> Ou seja, quando o comportamento de alguém merece aprovação, o expediente que usamos é “certo”, isto é, o que é conveniente dizer é “certo”; quando alguém pensa (ou diz) algo que merece concordância, o expediente que usamos é “verdadeiro”, isto é, o que é conveniente dizer é “verdadeiro”. O termo “verdadeiro” fica equivalente ao termo “certo”, e serve para que nossa comunicação se efetive.

**Os frankfurtianos (Início do século XX):** Evocaram Marx e Freud para dizerem que o sujeito em nossa sociedade moderna é em verdade o objeto; ou seja, por questões econômicas e libidinais, estaríamos em uma sociedade onde o que é vivo se transforma no que é morto e vice-versa.

**Rorty:** Em um estágio bastante desenvolvido do cruzamento americano entre pragmatismo e filosofia analítica, passou a pensar na linguagem como “instrumento” natural de seres naturais para lidar com o mundo. Rorty, a seu modo, reconheceu a contribuição de Adorno e Horkheimer [frankfurtianos] a respeito da idéia de que muito da filosofia iluminista “continha

---

<sup>15</sup> JAMES, W. *Pragmatist's conception of truth*. In: Lynch, M. P. *The nature of truth*. Cambridge: The MIT Press, 2001.

as sementes de sua própria destruição” e, inclusive, avalia que Dewey também teria concordado com tal *insight* frankfurtiano.<sup>16</sup> Todavia, programaticamente, Rorty se colocou no trabalho de retirar da maquinaria iluminista suas peças racionalistas, que ele tomou com os elementos causadores dos principais problemas denunciados por Adorno e Horkheimer, de modo a preservar o liberalismo interno ao Iluminismo.

Ao lado desses autores, GHIRALDELLI (2007a, p. 1) não se esquece ainda das contribuições de George Moore (1873-1958) e Bertrand Russell (1872-1970), bem como dos “positivistas lógicos” do chamado Círculo de Viena, que também pregavam o distanciamento de todo e qualquer “psicologismo”.

A síntese poderia abarcar ainda Dewey, Habermas e outros. Como esses últimos ainda serão chamados ao debate no decorrer desta tese, apresentou-se aqui apenas alguns extratos das críticas da teoria do conhecimento para atribuir-lhes a responsabilidade pela abertura de um espaço para a visão pragmática de mundo.

Gala, Fernández e Rego (2004, p.4), por exemplo, se debruçaram na obra de Quine afirmando que a mesma se constituiria no “*marco divisório entre o período do auge do empirismo lógico na tradição de Carnap e do “Círculo de Viena” e a recuperação do pragmatismo*” através de uma reformulação do empirismo, onde o papel da linguagem foi recobrando a sua importância.

Sem dúvida, os trabalhos “pioneiros” dos pragmátistas Charles Peirce e Willian James, o modelo lingüístico de Wittgenstein,<sup>16</sup> os escritos de Dewey, Heidegger, Habermas, e, posteriormente, Rorty, entre outros, contribuíram, cada um a seu modo, para a crítica da teoria do conhecimento tradicional e para o questionamento do sistema de verdades objetivas. Além disso, recuperaram o papel da linguagem no processo de busca e aquisição do conhecimento, bem como de sua justificação e difusão, num verdadeiro “giro” lingüístico.<sup>17</sup>

Dewey é apresentado por Rorty (1994) como um dos principais artífices dessa corrente que tomou força no século XX e, em conjunto com os trabalhos de Wittgenstein e Heidegger, o inspirou na difusão do *relativismo* - que tem em Rorty um de seus mais ativos expoentes. Como se defenderá aqui, as contribuições do pragmatismo foram fundamentais para o regate da retórica.<sup>18</sup>

Em *a filosofia e o espelho da natureza*, Rorty (1994) ataca a idéia de que a mente humana seja capaz de apreender e, ao mesmo tempo, ter certeza sobre os elementos do mundo real. De fato, essa preocupação para com a obtenção de certezas não se configura em objeto legítimo para os behavioristas – corrente com a qual Rorty se identifica no seu livro. Isso significa, entre outras coisas, que o raciocínio baseado na razão pura pode ser criticado na sua raiz.

As preocupações em relação com a forma como adquirimos o conhecimento, com o sentido dos empreendimentos humanos que caminham nessa direção, através da tentativa de descobrir as pontes que ligam a mente ao mundo exterior, não fariam sentido nesse programa de pesquisas e

---

<sup>16</sup> Wittgenstein, aliás, foi amigo pessoal de Keynes - cujo trabalho se constitui num dos objetos de estudo da nossa coletânea de ensaios.

<sup>17</sup> Como percebem Araújo (2003) e Gala, Fernandes e Rego (2004) entre outros.

<sup>18</sup> Conforme admitido pelo próprio Rorty(1994) no prefácio do seu livro “*A filosofia e o espelho da natureza*”

deveriam ser desviadas para o “verdadeiro” problema filosófico: investigar a maneira como o homem *acredita* possuir e justificar a aquisição do conhecimento.

Isto é, explorando um pouco esse raciocínio, pode-se declarar que o empirismo, tido por muitos como a base para o conhecimento, pode ser tão falho quanto qualquer outro método destinado a conhecer as leis que governam “o mundo real”. Nesse processo, a linguagem não poderia vir a ser de forma alguma uma representação desse mundo real. O conhecimento obtido da observação direta da natureza tem a mesma origem na interpretação particular de mundo do que aquilo que apreendemos de outras fontes - como aquele conhecimento obtido pela cultura dos povos, pelos livros, pela introspecção etc. Não vemos o “real”; simplesmente interpretamos os objetos.

Ao tornar relativa a noção de verdade, no sentido de “certeza” (tornando ilegítima a linha que separa o que é falso do que é verdadeiro) e de objetividade, Rorty (1994) também abriu espaço para uma série de outras questões importantes. Entre elas, podem-se citar as críticas quanto à certeza dos fatos e do sentido dos mesmos, bem como quanto a importância dos dados empíricos para que se verifiquem ou se falsifiquem teorias.

A importância da linguagem assumiu em Rorty grande magnitude, a partir do momento em que este disse que era através de elementos dela que o ser humano convencia os demais sobre a validade de uma teoria. Os elementos do mundo exterior à mente não são suficientes, pois, para esse fim.

Os estudos no campo da retórica avançaram desde os gregos e agora se pode dizer - com o testemunho do tempo - que, nem as conclusões das personagens de Sócrates e Górgias do diálogo de Platão, acerca das diferenças significativas entre o conhecimento e as crenças e, tampouco as considerações com respeito a limitação do uso da retórica encontram um porto seguro nos escritos atuais na área da filosofia da ciência. Mas há questões que permanecem nas sombras: a retórica leva à *Verdade*? Precisa dessa última para dar início ao discurso? Seria legítima como método científico? A ciência precisa da persuasão?

Schopenhauer (1997, pp.96-97), seguramente daria um “não” como resposta às duas primeiras perguntas, ao menos. Isso porque a “verdade objetiva” e a sua validade na aprovação dos litigantes e ouvintes são encaradas por este autor como “completamente distintas”.

O motivo dessa distinção seria, segundo Schopenhauer, *ibid*, derivado da “perversidade *natural* do ser humano” e da “ vaidade congênita” que o tornaria resistente à aceitação da negativa de uma tese inicialmente sustentada em favor de outra defendida por um oponente. Isso porque que tal fato poderia atestar a inferioridade intelectual do proponente de uma tese diante do triunfo de um “adversário”. Assim, concluía que “o interesse pela verdade, que na maior parte dos casos deveria ser o único motivo para sustentar o que foi afirmado como verdade, cede por completo o passo ao interesse da vaidade. O verdadeiro tem que parecer falso e o falso, verdadeiro.” (Schopenhauer, 1997, p. 97)

Por tudo isso, há que se esclarecer que, para o fim desejado no presente trabalho, recorta-se do passado apenas a *técnica* de Aristóteles (2005), ou o estudo detalhado e categorizado da *arte retórica* para uma única finalidade: *a de se obter a persuasão dos auditórios*. Isso porque, no conjunto



de artigos que se segue ao presente ensaio, as categorias de discursos orais proferidos junto à multidão, ou mesmo, as conferências ou defesas públicas de pontos de vista não se configurarão em nossos objetos de estudo.

Por outro lado, analisar-se-á uma obra *escrita*: “*A Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro*” de John Maynard Keynes, publicada em 1936. Tal tarefa se apoiará, no campo teórico, no conjunto de trabalhos que apresentam a “Nova retórica” de Perelman e os trabalhos alinhados a tal ponto de vista na área da economia (com Deirdre McCloskey em primeiro plano) como marco analítico. E, fica desde o princípio, evidente que, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p.5) resgatam Aristóteles quando apresentam a *Nova retórica*. “*Nossa análise concerne às provas que Aristóteles chama de dialéticas, examinadas por ele nos Tópicos, e cuja utilização mostra na retórica.*”

Notadamente, muitos pontos apresentados por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) convergem para a análise dos discursos retóricos de Aristóteles. Seja no reconhecimento dos tipos de discursos e da maneira como esses devem se adaptar aos auditórios diversos; sejam nas partes em que se subdividem esses discursos e, como eles devem ser estruturados para se obter a adesão dos ouvintes nas mais variadas circunstâncias, como também nos estratagemas adotados ao longo de cada uma dessas partes do discurso (e em um sem número de ocasiões quando se almejar obter uma pretensa prova da verdade de uma tese ) reconhecem-se pontos comuns entre a *Nova retórica* de Perelman e a *Arte retórica* de Aristóteles.

## 1.2. A RETÓRICA RECOBRA O SEU PAPEL:

### 1.2.1. A nova retórica: perelman e o resgate da *tradição* aristotélica

Ao prefaciá-la obra “*Tratado da Argumentação: a Nova retórica*”, de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2005), Michel Meyer ligou essa obra com a doutrina da *Escola de Bruxelas*, cujos principais representantes seriam, na sua opinião, Dupréel e Perelman.<sup>19</sup> Os seguidores dessa escola voltaram-se contra o que Meyer chamou de “essência do pensamento”, claramente simbolizada pelo racionalismo cartesiano. Clamando por um espaço a ser ocupado pela retórica “*onde a renúncia ao fundamento, tal como concebeu a tradição [cartesiana], não se identificará, forçosamente à desrazão*”; proclama-se, a seguir:

A Nova retórica é, então, o “discurso do método” de uma racionalidade que já não pode evitar os debates e deve, portanto, tratá-los e analisar os argumentos que governam as decisões. Já não se trata de privilegiar a univocidade da linguagem, a unicidade *a priori* da tese válida, mas sim de aceitar o pluralismo, tanto nos valores morais como nas opiniões. A abertura para o múltiplo e o não-coercitivo torna-se, então, a palavra-mestra da racionalidade. (MEYER In: PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 20)

A Nova retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca é um claro resgate da arte retórica de Aristóteles e uma ruptura com os ditames da razão pura. Nessa obra, encontra-se um verdadeiro tratado sobre a arte de persuadir e convencer através do discurso. Mas, além disso, centrando-se em muitas questões anteriormente levantadas por Aristóteles, pode-se vislumbrar também um esforço para a compreensão da problemática filosófica contemporânea e para rever o caminho traçado pela teoria do conhecimento desde Descartes.<sup>20</sup>

A mudança de foco do “certo” para o “verossímil” e a crítica do papel da “evidência” empírica como característica da *razão* – que data de Bacon, mas que atinge o **status** de “prova” da “verdade” a partir da difusão da filosofia de Descartes e Kant - abrem caminho para a Teoria da Argumentação que, assim como a retórica antiga, teria preocupação com o auditório e com a estrutura da argumentação perante este.

O *Tratado* de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) principia apresentando os “âmbitos da argumentação” e toda a relação necessária entre o orador e seu auditório no sentido de promover o “contato dos espíritos”. Nessa relação, o conhecimento do auditório é fundamental para o sucesso do discurso persuasivo. É nessa parte do trabalho, também, que os autores fixam as diferenças entre o seu conceito de *persuasão* (que estaria ligado a conquista de um auditório particular) do *convencimento* (que se refere a um auditório universal).

Logo a seguir, na segunda parte do *Tratado*, Perelman e Olbrechts-Tyteca, *ibid*, apresentam “O ponto de partida da argumentação”. Nesse momento, explicam que o objetivo fundamental e também o ponto de partida do discurso persuasivo é buscar o *acordo* do auditório com relação às teses apresentadas pelo orador. A discussão da importância das premissas no processo persuasivo, tão explorada na *Arte retórica* de Aristóteles é retomada.

No mesmo sentido em que é apresentada no clássico grego, a discussão acerca do processo de *escolha* das premissas é caracterizado como parte integrante do processo argumentativo “*uma preparação para o raciocínio que, mais do que uma introdução dos elementos, já constitui um primeiro passo para a sua utilização persuasiva*”. (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005, p.73)

Deriva-se, também, dessa noção de *acordo* a discussão sobre os “fatos e verdades” contida no *Tratado*. Para os seus autores, a noção de *fato* está ligada à magnitude do *acordo* sobre a forma de ver os objetos e, portanto, os objetos que se inserem nessa categoria não ostentam características próprias independentes de um julgamento. Assim sendo, algo se converte em um *fato* quando se tem

---

<sup>19</sup> Talvez por modéstia, Meyer, reconhecidamente outro dos grandes líderes desse grupo, não se auto-intitula como um membro de tal relevância, nesse prefácio. Todavia, é outro dos grandes nomes que encabeçam essa tradição.

<sup>20</sup> É bastante convidativa a leitura da introdução do *Tratado*, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005). Na forma de um típico *exórdio* aristotélico, apresenta-se a tese que será atacada ao mesmo tempo em que se elogia a utilidade metodológica da *lógica formal*, por um determinado período de tempo (não se deixando de observar que, embora tenha trazido avanços, ao mesmo tempo limitou o alcance da filosofia), clamando-se por uma revisão do método. *Exemplifica-se* por meio de referências à Igreja, a importância e a utilidade do conhecimento e condicionamento dos auditórios, como base para o sucesso de uma argumentação persuasiva; faz-se um apelo pela discussão/questionamento dos métodos baseados na filosofia de Descartes, não se furtando, inclusive, da utilização de argumentos de autoridades como Pascal e Whately etc.

um *acordo* do auditório a respeito da forma de se ver e entender tal objeto. Havendo objeções a esse respeito, o objeto deixa de ostentar o *status* de *fato*.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) afirmam ainda que o que se observa, com mais frequência na filosofia, talvez em virtude da possibilidade de haver desacordo sobre os *fatos*, é a utilização dos mesmos para a corroboração de uma argumentação, ao invés de se partir deles para construir teorias. Os *fatos* passam a estar, portanto, inteiramente ligados a alguma concepção anterior que pode (e, de fato, o fazem) condicionar a forma de se enxergar os objetos, estabelecer *acordos* sobre a forma de ver na natureza. Os autores aplicam ainda toda a sua discussão sobre os *fatos* também à noção do que viria a ser a *verdade*, tornando relativa a forma de se ver esse conceito.

A *Verdade*, na Nova retórica, não provém de um raciocínio *lógico* corroborado pelas “evidências” empíricas, mas da deliberação e da adesão do público, a partir da deliberação. Diferentemente do que pregou Descartes, observam os autores do *Tratado* que não há *erro* em se deliberar sobre algo.<sup>21</sup>

O *Tratado da Argumentação* inicia abordando elementos que poderiam ser classificados como pertencentes à esfera das estratégias. Dessa forma, prima-se ali por uma exposição de *escolhas* a serem tomadas pelo orador, envolvendo os fatos e a seleção dos dados, as premissas relevantes, os valores a serem observados, observando os lugares, a matéria e a forma do discurso, as figuras de retórica e argumentação etc.

Já, num segundo momento, a partir da terceira parte do *Tratado*, vê-se configuração de uma verdadeira taxonomia dos discursos argumentativos. É dessa parte que nos valeremos para analisar o discurso de Keynes na Teoria Geral [capítulo IV do presente trabalho], não nos restringindo, no entanto, ao “Tratado” como referência. As obras de Arida (1983) e McCloskey (1983), que inserem a discussão da retórica na economia, terão ainda grande valia para esse fim.

É assim que teremos a oportunidade de analisar o *ethos* de Keynes, aluno de Marshall e ilustre *cria* da *Cidadela Clássica*, os seus argumentos pragmáticos e seu recurso aos argumentos de autoridade, seu uso de analogias e metáforas para persuadir o público, a ordem do discurso e o condicionamento do auditório, dentre outras estratégias.

### 1.3. BREVES REFERÊNCIAS SOBRE O PAPEL DA RETÓRICA NA ECONOMIA

De início, cabe esclarecer aquilo que não se pretende empreender aqui. Nessa seção, o leitor não encontrará a maior parte do vasto número de trabalhos de economistas acerca da importância do estudo e da análise retórica na economia. Concorre para isso, também, o fato de que o reduzido espaço desse ensaio e o seu propósito último não comportariam e não necessitariam de uma discussão dessa magnitude.

Pretende-se, por outro lado, abordar inicialmente como apareceu a discussão do papel da retórica na economia. Para isso, apresentar-se-ão, em linhas gerais, as contribuições seminais de D.

---

<sup>21</sup> Nunca esquecendo que as “evidências” não são tratadas como sinônimos de “manifestações do real, observado” na Nova Retórica (e nem na Antiga).

McCloskey e Pécros Arida, ambas datando de 1983, haja vista que os seus desdobramentos para a consolidação do *projeto retórico*, acredita-se, estejam já, de alguma maneira, contemplados, por diversas outras referências, na última parte do trabalho que está-se por apresentar (especificamente, ao longo dos capítulos três e quatro).

A discussão acerca do papel da retórica na economia ganhou destaque no meio acadêmico com a publicação de *The rhetoric of economics*, artigo publicado por D. McCloskey em 1983 no *Journal of Economic Literature*. Nessa obra, assim como em outras subseqüentes, McCloskey afirmou que a economia (os trabalhos e teorias pertencentes a esse ramo do conhecimento) não diferia muito da literatura, pois esta se utilizaria de muitos de seus recursos como método de validação de teorias.

Dentre esses recursos, as metáforas, por exemplo, são destacadas como estando presentes em um grande número de trabalhos. McCloskey também introduziu a discussão sobre o relativismo de muitas *verdades* difundidas nos textos econômicos, questionando o método de se fazer ciência baseado nos mandamentos do Modernismo (corrente que defendia, entre outras coisas, as evidências como um atestado da veracidade das teorias), dizendo ser essa a forma predominante dos economistas fazerem a sua ciência.

O objetivo de McCloskey (1983) era chamar atenção para a necessidade de se praticar uma *conversa civilizada* entre os economistas, abrindo-se um espaço para a discussão de pontos de vista divergentes daqueles que sustentavam o paradigma dominante e que governavam a economia (ou seja, as visões dos membros da comunidade dos cientistas *normais*).<sup>22</sup> As objeções quanto ao formalismo e as evidências, em conjunto com as críticas quanto a possibilidade de se chegar à Verdade,<sup>23</sup> dessa maneira, vão se somar às considerações sobre o alcance do saber econômico e a impossibilidade, na prática, de se observar qualquer candidatura, plenamente bem sucedida, à caracterização de uma *lei geral* na economia (considerações largamente difundidas em obras posteriores).

O trabalho de Arida (1983) segue também a tradição aristotélica, tratando a retórica como *arte* de se obter a *persuasão* pelo discurso. Nessa obra – que principia por uma discussão sobre os prováveis motivos que teriam levado ao ressurgimento da análise retórica – Arida apregoa o colapso da metodologia popperiana na economia e aponta para a relevância do estudo das técnicas de persuasão nessa ciência.

Uma das diferenças entre os trabalhos de Arida e de McCloskey está na sistematização do estudo proposto pelo primeiro. Arida aponta para a existência de dois “modelos” de ensino e aprendizado de teoria econômica e de história do pensamento econômico: o *modelo americano* e o *européu* (ebatizados como modelo *hard science* e *soft science*, em versões mais recentes do mesmo artigo) e alardeia os equívocos cometidos por cada um deles, no ensino da economia.

Após a apresentação dos dois *modelos*, Arida, *ibid*, apresenta ainda um conjunto de regras de retórica que ele acredita poder se aplicar a toda a história do pensamento econômico.

---

<sup>22</sup> Fica claro, portanto, que o *auditório* de McCloskey é composto por economistas profissionais.

<sup>23</sup> Parte dessa discussão se encontra no capítulo III do presente trabalho.

Arida (1983) sustentou que o modelo americano primaria pela familiarização do estudante com o estágio “atual” do conhecimento na sua área, desprezando, ou deixando o passado da sua ciência para segundo plano. O direcionamento do ensino se daria rumo à fronteira do conhecimento, extraindo-se do passado apenas aquelas contribuições relevantes à luz do ensino no presente. É notável a correspondência desse modelo com a leitura da *invisibilidade das revoluções* de Kuhn. Nesse sentido, os *manuals* utilizados pelos que se encontram na fronteira, obviamente, seriam construtos da *ciência normal* para se recontar a história da maneira que mais lhe interessar, frequentemente, fazendo-a parecer uma *evolução contínua* das idéias econômicas.

Arida, *ibid*, aponta ainda para uma característica interessante do ensino proporcionado pelo *modelo americano*: o elevado grau de obsolescência dos conhecimentos da fronteira do pensamento (fronteira essa que avança rapidamente) tornando inútil o conhecimento do profissional que não se reciclar periodicamente. Pode-se daí derivar também o motivo do relativo desprezo dos pesquisadores de fronteira pela história do pensamento econômico.

Isso porque, a cultura da fronteira acaba condicionando o economista a só valorizar os desenvolvimentos novos – sempre que respeitarem o método “adequado” de investigação. A partir das observações de Arida sobre o modelo americano, ou *hard science*, como foi rebatizado, pode-se concluir que o mesmo reservaria um reduzido espaço para deliberações argumentativas, afastadas por demais das práticas modernistas, claramente dominantes entre os que se dedicam às pesquisas nessa área.<sup>24</sup>

Já no modelo europeu, Arida, *ibid*, identifica a supervalorização do estudo da história do pensamento econômico e o conseqüente retorno aos clássicos (aqui entendidos como *obras primas* dos principais fundadores) como prática mais adequada para a compreensão da problemática e da filosofia de cada matriz teórica. O retorno aos clássicos evitaria as deturpações inevitavelmente contidas nas abordagens presentes (que seriam apenas parcialmente derivadas das contribuições originais) dos problemas e métodos para os quais os construtos teóricos teriam originalmente sido concebidos. Somente com a volta aos clássicos, seria possível recuperar a riqueza da análise teórica, inserindo-a em seus contextos e retirando daí uma compreensão mais acertada.

Arida (1983) acredita que os dois modelos apresentam erros e acertos e, aponta a necessidade de se atuar nas duas frentes como a melhor forma de se fazer a teoria econômica avançar.

Quanto ao lugar da retórica na história do pensamento econômico, Arida ao se mostrar cético quanto ao papel das evidências empíricas para a superação das controvérsias, afirmando que

---

<sup>24</sup> SCHOPENHAUER (2005, p. 60-61) [originalmente escrito em 1851] já alertava para esse comportamento dos estudantes: e, ao que parece, antes mesmo de haver esse tipo de definição, ele seria inscrito entre os que defenderiam a volta aos clássicos. “A regra, em toda a parte do mundo, é a corja de pessoas infames que estão sempre dispostas, com todo o empenho, a piorar o que foi dito por alguém após o amadurecimento de uma reflexão, dando a essa piora um aspecto de melhora. Por isso, quem quer se instruir a respeito de um tema deve se resguardar de pegar logo os livros mais novos a respeito, na pressuposição de que as ciências estão em progresso contínuo e de que, na elaboração desse livro, foram usadas as obras anteriores. [...] Sempre que possível, é melhor ler os verdadeiros autores, os fundadores e descobridores das coisas, ou pelo menos os grandes e reconhecidos mestres da área”.

nenhuma delas subsidiou a vitória de um ponto de vista em qualquer debate, acaba deixando clara a relevância de uma abordagem metodológica plural.

As controvérsias, segundo o autor, teriam sido solucionadas quando alguma das teses apresentadas a seu tempo teria alcançado maior poder de *convencimento* do auditório dos economistas profissionais. Alegando existir certa estabilidade no padrão de argumentação, Arida identificou um núcleo de sete regras de retórica presentes na maioria dos textos acadêmicos, a saber: a simplicidade, a coerência, a abrangência, a generalidade, a redução de metáforas, a formalização e o ato de se reinventar a tradição. Todas elas passaram a ser úteis aos trabalhos que busquem identificar um padrão de argumentação persuasiva a partir de então.

Essas breves notas, imagina-se aqui, corroboram a tese da importância da análise retórica para a compreensão da forma de como os economistas fazem a sua “ciência”. Nos dois ensaios que compõem a segunda parte dessa tese, tentaremos identificar algumas dessas regras no discurso de Keynes (na Teoria Geral). Não se trata, todavia de testar a teoria de Arida (1983) ou de McCloskey (1983), isoladamente. Temos por objetivo caracterizar a T.G. como um discurso persuasivo, bem sucedido, em que se pode observar ainda a confluência de muitos outros recursos retóricos, mas que, quando abordados, permanecerão fiéis à matriz aristotélica.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, I. **Introdução à filosofia da ciência**. Curitiba: Editora da UFPR, 2003. 2ª edição.
- ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. 17a ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.
- ARIDA, P. A história do pensamento econômico como teoria e retórica. **Texto para discussão n. 54**. Rio de Janeiro: PUC, 1983.
- COLLINS, H. (2006) Entrevista concedida a Reinaldo José Lopes. “*Sociólogo banca o Físico e ilude cientistas*.” Caderno Ciência. **Folha de São Paulo**, 08/07/2006.
- CONLEY, T. M. **Rhetoric in the european tradition**. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- DOBRAŃSKY, E. A. “Memória e imagem na retórica e na poesia da Renascença”. Disponível em: <http://www.saofrancisco.edu.br/edusf/revistas/horizontes/Horizontes-2005-1/horizontes-2.pdf>. Acesso em: 3/01/2006.
- EIRE, A. L. *La retórica de Aristóteles*. **VIII Antiqua**, 28 de novembro de 2001. Disponível em: <<http://www.gipuzkoakultura.net/ediciones/antiqua/leire8.htm>>; Acesso em: 12/04/2006.
- GALA, P; FERNANDES, D. A; REGO, J. M. "**Pragmatismo e Economia: elementos filosóficos para uma interpretação do discurso econômico**," *Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia*. Dezembro de 2004. Disponível em: <[ideas.repec.org/s/anp/en2004.html](http://ideas.repec.org/s/anp/en2004.html)>. Acesso em: 10/03/2006.
- GHIRARDELLI, P. *O que é virada lingüística*. Disponível em: <http://www.filosofia.pro.br/modules.php?name=News&file=article&sid=29>, acesso em: 05/01/2007(a).
- \_\_\_\_\_. *Escola de Frankfurt e Pragmatismo em Espelhos*. Disponível em: <http://www.filosofia.pro.br/modules.php?name=News&file=article&sid=52>. Acesso em: 05/01/2007(b).
- GILL, A. **Rhetoric and human understanding**. Illinois: Waveland Press, 1994.
- KANT, I. *The critique of pure reason*. Translated by J. M. D. Meiklejohn. Livros de domínio público. Disponível em: [www.Abika.com](http://www.Abika.com). Acesso em: 23/02/2006.

McCLOSKEY, D. "The Rhetoric of Economics", *Journal of Economic Literature*, 31 (June), 1983, pp. 482-517

PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA L. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PLATÃO. **Górgias**. Tradução: Carlos Alberto Nunes. Livros de domínio público. Disponível em: <<http://br.egroups.com/group/acropolis>>. Acesso em: 12/12/2005.

RORTY, R. **A filosofia e o espelho da natureza**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

SCHOPENHAUER, A. **Como vencer um debate sem precisar ter razão**: em 38 estratégias. Rio de Janeiro: Topbooks editora, 1997.

\_\_\_\_\_. **A arte de escrever**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2006.

SCLIAR, M. (2006). "A ciência do falso testemunho". Caderno folha Mais. **Folha de São Paulo**, 15/01/2006.

VALLEJO, A. *Razón, seducción y engaño en la retórica antigua: la crítica platónica*. **VIII Antiqua**, 28/11/01. <http://www.gipuzkoakultura.net/ediciones/antiqua/vallej8.htm> Acesso em: 12/04/2006.

## 2. A ESTRUTURA DAS REVOLUÇÕES CIENTÍFICAS NA ECONOMIA E A REVOLUÇÃO KEYNESIANA <sup>25</sup>

### **Resumo:**

O ponto de partida deste trabalho é a obra *A estrutura das revoluções científicas* de Thomas Kuhn. O esquema analítico kuhniano essencialmente entende a evolução da(s) ciência(s) como uma sucessão de períodos de “ciência normal” interrompidos excepcionalmente por “revoluções científicas” que levam às “mudanças de paradigmas”. O presente artigo pretende analisar se esse esquema pode ser aplicado à ciência econômica. A evidência aponta que a Revolução Keynesiana pode ser entendida como o melhor exemplo de uma revolução kuhniana em economia; este modelo não é, porém, útil para explicar a queda deste paradigma.

Palavras-chave: 1) Thomas Kuhn 2) Paradigma 3) Revolução Científica

### **Abstract**

*The starting point of this paper is “The structure of scientific revolutions” written by Thomas Kuhn. Kuhn’s framework essentially proposes that science(s) evolve through a sequence of periods of “normal science”, exceptionally interrupted by “scientific revolutions” leading to “paradigm shifts”. This paper analyzes whether this scheme can be applied at least partially to the evolution of Economics. Evidence suggests that the Keynesian Revolution can be treated as the best example of a kuhnian revolution in economics; this model, however, is not so useful to explain the fall of this paradigm.*

---

<sup>25</sup> Versões anteriores deste trabalho foram apresentadas no **V Congresso da SIAME** - Sociedade Ibero-Americana de Metodologia da Economia, em 2005, na cidade de São Paulo e também no **VIII Encontro Regional ANPEC Sul**, no mesmo ano, na cidade de Porto Alegre. Uma versão mais atual foi publicada na **Revista Estudos Econômicos**, IPE-USP, v. 36, n. 2, abril-junho de 2006. Todas elas em co-autoria com Ramón García Fernández, orientador desta tese.



## 2. 1. INTRODUÇÃO

*Toda grande verdade começa como uma heresia. A história não ergue monumentos a cientistas que apenas repetem aquilo que é conhecimento comum; grandes idéias são grandes porque confrontam determinada ortodoxia reinante. Para que se possa entender aqueles que dão importantes contribuições ao pensamento humano, deve-se começar a análise com o estado da ciência no momento da descoberta.*

**Carl Biven**

**Se a história da ciência está repleta de controvérsias a respeito da interpretação de como esta progride nos seus mais diversos segmentos, nesse ramo particular do estudo das relações dos seres humanos entre si e com a natureza pelo qual responde a economia, o problema não poderia ser diferente.**

No século XX, em especial, existiram várias ocasiões em que se discutiu a influência das idéias estabelecidas como entrave ao desenvolvimento de vertentes teóricas opostas à perspectiva dominante. Em muitos estudos, promove-se uma tentativa de verificar o quanto isso deixa ou não de ser importante para o progresso da ciência (quando se assume haver progresso científico). Fala-se da necessidade de se verificar a validade do desenvolvimento desse ou daquele método para o trato das coisas. Advoga-se em favor de um método de se fazer ciência em particular, alguns ainda em favor do pluralismo metodológico, do ecletismo ou mesmo de nenhum método. Em todos esses casos, existe também a preocupação de compreender melhor a maneira de se pensar a ciência social e, no caso da economia, em particular, há ainda quem questione inclusive o fato de esta vir mesmo a ser uma ciência.<sup>26</sup>

Cercado de tantas interrogações, o pesquisador experimentado pode defrontar-se ainda com questões menos discutidas, mas de vital importância. Nesse trabalho, entre outras coisas, apresentam-se algumas delas.

Na ciência econômica, discussões filosóficas acerca do processo de evolução dos empreendimentos científicos foram sendo deixadas para segundo plano no século XX em favor da “purificação” dessa ciência. Mas alguns esforços

---

<sup>26</sup> Propostas a favor do pluralismo foram feitas por CALDWELL (1984), BIANCHI (1992), e pelos autores vinculados com a perspectiva Retórica (p.ex., FERNÁNDEZ, 1999).

foram empreendidos, sobretudo na última metade daquele século no sentido de resgatar as discussões sobre a forma como os economistas “fazem” a sua ciência.

Em 1962, foi publicada a primeira edição de *A estrutura das revoluções científicas*, principal obra do físico Thomas Samuel Kuhn (1922-1996). Nesta obra, Kuhn (2000) oferece uma nova forma de ver a evolução e o progresso da ciência, criticando a visão de processo cumulativo de conhecimento. Sua forma de explicar o progresso da ciência passa pelo estudo das revoluções científicas, rupturas radicais com o modelo teórico vigente até então, ou ainda com a tradição científica estabelecida em determinado campo de pesquisa.

O impacto da obra de Kuhn na maneira contemporânea de se entender a ciência foi certamente muito significativo.<sup>27</sup> O presente trabalho tenta focalizar o processo de evolução da ciência econômica da perspectiva kuhniana. Pretende-se verificar a adequação da aplicação, na economia, do modelo de evolução das ciências em geral descrito na seminal obra de Kuhn. Embora se acredite aqui na aderência dessa análise, isso não significa dizer que a evolução da economia como um todo (ou os desenvolvimentos todos que nela se deram) se ajuste em sua totalidade ao esquema proposto por Kuhn. No entanto, algumas revoluções de pensamento, a princípio, parecem ajustar-se e entre elas a revolução keynesiana é a que, em nossa interpretação, melhor se encaixa no esquema aqui considerado .<sup>28</sup>

## 2. 2. A ESTRUTURA DAS REVOLUÇÕES CIENTÍFICAS.

Embora, de início, a delimitação do conceito “ciência” já carregue consigo uma série de controvérsias, um bom ponto de partida para essa discussão poderia ser a definição desse conceito. CHALMERS (1994) resume assim a maneira

---

<sup>27</sup> A influência do livro de Kuhn dificilmente possa ser exagerada; nas palavras de CALLEBAUT (1993, p.12), “Depois de Kuhn, a filosofia da ciência nunca mais seria a mesma”. Poucos anos após sua publicação, foi realizado um colóquio para discutir a obra; as contribuições para esse colóquio (inclusive a resposta do próprio Kuhn aos seus críticos) transformaram-se em outro dos livros básicos da área de filosofia da ciência (LAKATOS e MUSGRAVE, 1979). Uma avaliação do impacto da obra de Kuhn na epistemologia é feita por HANDS (2001, p.101) e OLIVA (1994, p.67). Para FULLER (2000, p.1), o impacto da obra de Kuhn foi ainda mais profundo, não se limitando ao campo específico da filosofia da ciência, e por isso afirma que “A estrutura...” provavelmente seja o livro acadêmico de maior impacto cultural na segunda metade do século XX.

<sup>28</sup> Em Vieira (2002) estuda-se também a possibilidade de considerar a quebra do consenso keynesiano nos anos 70 como outro caso típico de revolução científica. Todavia, conclui-se nessa obra que a perspectiva kuhniana contribui bem menos para interpretar a evolução do pensamento econômico neste episódio.

corriqueira de se pensar sobre o assunto a que tem sido freqüentemente denominada como “visão recebida”,<sup>29</sup>

Conhecimento científico é conhecimento provado. As teorias científicas são derivadas de maneira vigorosa da obtenção dos dados da experiência adquiridos por observação e experimento. A ciência é baseada no que podemos ver, ouvir, tocar etc. Opiniões ou preferências pessoais e suposições especulativas não têm lugar na ciência. A ciência é objetiva. O conhecimento científico é conhecimento confiável porque é conhecimento provado objetivamente.(CHALMERS, 1994, p.27)

Por ciência, então, pode-se entender o conhecimento adquirido com base na experiência e/ou experimentação, resumido sob a forma de um conjunto de teorias que, em geral, têm a mesma origem na experiência, versando sobre uma gama de situações e fatos, estabelecendo relações entre os mesmos, permitindo a compreensão de certos fenômenos relevantes. Tais teorias, ao explicarem os fundamentos de determinados fenômenos, podem permitir também previsões e estar suscetíveis à verificação empírica.

Mesmo sabendo que a busca pela verdade constitui-se numa tarefa bastante difícil, o homem, ao longo dos anos, tem trilhado este caminho no intuito de saciar a sua fome de saber.<sup>30</sup> Uma das formas de se atingir tal objetivo consiste em sistematizar o seu conhecimento e apreendê-lo sob diversas formas (cultura, arte, ciência). Com o passar dos anos, torna-se evidente a maior preocupação do homem com relação às suas origens, ao seu comportamento e à forma como adquire o seu conhecimento.

## 2. 2.1 A ciência evolui e progride

*O processo de desenvolvimento [da ciência] é um processo de evolução a partir de um início primitivo – cujos estágios sucessivos caracterizam-se por uma compreensão sempre mais refinada e detalhada da natureza. Mas nada do que foi ou será dito transforma-o num processo em direção a algo.*

Thomas Kuhn

---

<sup>29</sup> Chalmers ressalta o fato de que esta é a definição que mais se aproxima do conceito de ciência mais aceito nos dias de hoje. No entanto, ele não se inclui no conjunto de pessoas que compartilham dessa opinião.

<sup>30</sup> Mesmo que, há séculos, se discuta se é possível ou não atingir a verdade, ninguém questiona que seja um ideal o qual se deva tentar atingir (mesmo que isso possa parecer impossível para alguns).

O início da carreira de Kuhn deu-se na Física, como teórico. As circunstâncias levaram-no ao estudo da história da ciência.<sup>31</sup> Muitas são as áreas para as quais convergem as suas análises. Embora seus escritos estejam repletos de exemplos da Física e da Química, aos poucos, suas observações quanto ao progresso da ciência – visto não como um acúmulo gradativo de novos dados e teorias, mas sim como um processo contraditório, marcado pelas revoluções do pensamento científico – foram sendo vistas como aplicáveis em outros ramos da ciência.

Essas revoluções do pensamento são definidas como um momento de desintegração da visão tradicional numa disciplina, forçando a comunidade de profissionais que nela trabalham a reformular o conjunto de compromissos (paradigma) em que se baseia a prática dessa ciência. A partir das revoluções, surgem novas formas de ver o mundo, de explicar o novo e de olhar para o passado. O sucesso do esquema explicativo kuhniano não se deve apenas ao fato de que suas idéias explicam muito bem o processo de evolução das ciências naturais, mas também por ter conseguido despertar o interesse de membros de outras ciências, especialmente daqueles que defendiam perspectivas minoritárias em suas disciplinas. Neste trabalho, discute-se se o esquema evolutivo de Kuhn pode explicar um momento da evolução da economia.

#### 2. 2.1.1. Do caos à luz: o surgimento dos paraigmas

*A verdade surge mais facilmente do erro do que da confusão.*  
Francis Bacon

Embora acreditemos que o esquema kuhniano de evolução da ciência é muito conhecido, tentaremos resumi-lo tanto para refrescar a memória dos leitores quanto para apresentar nossa interpretação do mesmo. A evolução da ciência é vista por

---

<sup>31</sup> Está escrito no prefácio: “O ensaio a seguir é o primeiro relatório completo publicado sobre um projeto concebido originalmente há quase quinze anos. Naquele tempo eu era um estudante de pós-graduação em Física Teórica tendo já em vista minha dissertação. Um envolvimento afortunado com um curso experimental da universidade, que apresentava a ciência física para os não-cientistas, proporcionou-me a primeira exposição à História da Ciência. Para minha completa surpresa, esta exposição a teorias e práticas científicas antiquadas minou radicalmente algumas das minhas concepções básicas a respeito da natureza da ciência e das razões de seu sucesso incomum”.(KUHN, 2000, p. 9).

Kuhn como seguindo um modelo geral. Neste modelo, reconhecem-se duas fases: a pré-paradigmática e a paradigmática.

Na sua fase inicial, o empreendimento acadêmico é entendido como uma atividade caótica, com uma grande variedade de escolas (às vezes pesquisadores isolados) disputando o mesmo espaço. Não há uniformidade de propósitos, os cientistas não conseguem chegar a acordos estáveis. Escolas surgem e desaparecem. O conhecimento pouco evolui porque a todo o momento é preciso recomeçar. Essas escolas, via de regra, almejam atingir o *status* de modelo principal para governar as atividades de determinada ciência. Todavia, esse objetivo é partilhado por um grande número de outras escolas, o que torna essa fase inicial de qualquer ciência não só um ambiente de grande disputa, mas também de grande desperdício de esforço. Como observa Kuhn, ao referir-se aos primeiros desenvolvimentos da física teórica, “por não ser obrigado a assumir um corpo qualquer de crenças comuns, cada autor de óptica física sentia-se forçado a construir novamente o seu campo de estudos desde os fundamentos” (KUHN, 2000, p. 33).

Por essa e por outras razões, KUHN (2000, p. 23) imagina que a fase determinada pela disputa entre diversas concepções de natureza distintas, cada uma delas parcialmente derivada de outras e todas apenas aproximadamente compatíveis com a observação da natureza e do método científico, caracterize a fase pré-científica.

A passagem desse estágio pré-científico (onde várias escolas competem entre si) para o estágio de ciência (onde prevalece um paradigma quase totalmente aceito) dá-se de forma intrigante. Logo de princípio, o pesquisador que tenta explicar o desaparecimento de determinadas escolas pré-científicas sente-se tentado a atribuir o insucesso da adequação de suas teorias na explicação da natureza como a causa principal desse desaparecimento. Mas Kuhn adverte que o processo é mais complexo e que para o triunfo de determinada teoria sobre as demais:

A observação e a experiência podem e devem restringir drasticamente a extensão das crenças admissíveis, porque de outro modo não haveria ciência. Mas não podem, por si só, determinar um conjunto específico de semelhantes crenças. Um elemento aparentemente arbitrário, composto de acidentes pessoais e históricos, é sempre um ingrediente formador das crenças esposadas por uma comunidade científica específica numa determinada época. (KUHN, 2000, p. 23).

Ao longo do tempo, algumas dessas escolas apresentam desenvolvimentos que podem sobressair-se sobre os demais. Isso pode ocorrer devido a vários fatores, entre eles, a adequação de suas prescrições e/ou descrições com um ambiente propício para o recebimento dessas idéias, a maior adequação de suas teorias com o mundo “real”, a superioridade da Retórica dos integrantes de uma comunidade científica comparada a outras, etc. É comum que acabe havendo uma confluência de idéias entre algumas dessas comunidades científicas com o passar dos anos. A partir da reunião de alguns conceitos e da sistematização de parte desse conhecimento científico, vão surgindo alguns pontos comuns no debate acadêmico. Alguns compromissos vão sendo estabelecidos naturalmente, guiados por uma força invisível que vai unir cada vez mais cientistas em torno de um objetivo comum, rumando para a constituição de um paradigma (figura 1).

A constituição de um paradigma é uma necessidade para Kuhn posto que, como foi dito anteriormente, ele imagina que só a partir desse momento é que se pode caracterizar a existência de uma determinada ciência. Isto porque se por um lado o paradigma limita a atividade científica, ao eleger um conjunto de problemas de pesquisa “legítimo” e abordá-lo através de métodos comuns, por outro ele permite a concentração da pesquisa em áreas identificadas como relevantes. Comparando-se a pesquisa desenvolvida baseada em um paradigma com o que é feito na fase pré-paradigmática, o resultado líquido é inevitavelmente maior.

Após a constituição de um paradigma, os cientistas passam a se preocupar com o seu desenvolvimento. Como observa Kuhn, é comum que a constituição de um paradigma se dê sobre alguns poucos trabalhos pioneiros (às vezes um único estudo) e daí abrem-se imensos campos para o desenvolvimento de um tipo especial de trabalho que o desenvolva, fazendo com que o paradigma ganhe força e agregue cada vez mais seguidores em torno de si. Esse trabalho é tido por Kuhn como o principal empreendimento de toda a comunidade científica, um tipo de trabalho que não questiona o paradigma, mas o defende, desenvolve. Essa fase é conhecida como a ciência “normal”, a qual é a regra no processo de evolução da ciência.

Somente a consolidação de um paradigma é que pode caracterizar o empreendimento de uma determinada comunidade como sendo científico. E o

estudo dentro do paradigma constituído é o que capacitará o estudioso de uma ciência em particular a se integrar numa comunidade científica.

Todavia, ao longo do tempo os cientistas encontram problemas que não são resolvidos, ou que recebem explicações pouco convincentes, situações que são denominadas anomalias (fatos que não são cobertos pelas explicações do paradigma vigente). Com o surgimento e multiplicação destas, esse processo de crescimento teórico promovido pela tradição vigente é interrompido, gerando-se uma fase de crise do paradigma. Esse momento de crise, caracterizado por uma multiplicação de problemas sem resolução pelo paradigma vigente, exige uma resposta. A resposta à crise pode ser encontrada dentro do próprio paradigma (e, nesse caso, não há abandono do mesmo) ou em outro paradigma o qual seja capaz de dar conta dos problemas (anomalias) que não encontram solução no paradigma anterior. Mas quando não se encontram saídas dentro do paradigma, ocorrem revoluções científicas (grandes rupturas) que derrubam de vez a tradição *normal* da ciência vigente até então (com quebras e substituição de paradigmas).

A revolução científica, evento necessariamente muito esporádico, é, assim, uma nova forma de ver o mundo, uma visão a partir de um ângulo diferente, *com outros olhos*. Para que se dê uma revolução, a primeira exigência é o aparecimento de um novo paradigma, isso porque “Uma vez encontrado um primeiro paradigma com o qual conceber a natureza, já não se pode mais falar em pesquisa sem qualquer paradigma. Rejeitar um paradigma sem simultaneamente substituí-lo por outro é rejeitar a própria ciência”. (KUHN, 2000, p. 110).

A figura 1, a seguir, é uma representação gráfica elaborada neste trabalho com o objetivo de sintetizar a idéia introduzida em *A estrutura das revoluções científicas* de Thomas Kuhn. É importante ressaltar que Kuhn jamais se utilizou destes gráficos para se referir aos seus paradigmas. No entanto, acredita-se aqui não haver qualquer problema em interpretar sua análise desta forma.

A ciência normal desenvolve o paradigma ocupando-se de tarefas de “limpeza”, solucionando “quebra-cabeças”, ampliando o conhecimento dos fatos que o paradigma considera relevantes, e também aumentando a correlação entre esses fatos e as predições do paradigma. Segundo KUHN (2000), a maioria dos cientistas, durante toda a sua carreira, ocupa-se com as operações de “limpeza”. Esse tipo de tarefa é o que constitui a ciência normal e tem princípio no momento que se segue

ao estabelecimento de um paradigma. Cria-se a partir daí uma sólida rede de compromissos ou adesões conceituais, teóricas, metodológicas e instrumentais que são uma das fontes de sua metáfora que relaciona a ciência normal à resolução de um “quebra-cabeças”.

Examinando de perto, seja historicamente, seja no laboratório contemporâneo, esse empreendimento parece ser uma tentativa de forçar a natureza a encaixar-se dentro dos limites preestabelecidos e relativamente inflexíveis fornecidos pelo paradigma. A ciência normal não tem como objetivo trazer à tona novas espécies de fenômeno; na verdade, aqueles que não se ajustam aos limites do paradigma freqüentemente nem são vistos. Os cientistas também não estão constantemente procurando inventar novas teorias; freqüentemente mostram-se intolerantes com aquelas inventadas por outros. Em vez disso, a pesquisa científica normal está dirigida para a articulação daqueles fenômenos e teorias já fornecidas pelo paradigma. (KUHN, 2000, p.44-45)

Daí, resolver um problema da pesquisa normal é alcançar, de uma nova maneira, aquilo que já fora antecipado. Isso requer a solução de todo o tipo de complexos “quebra-cabeças” instrumentais, conceituais e matemáticos, os quais constituem a atividade principal da ciência normal. Um “quebra-cabeça” constitui um problema que testa unicamente a engenhosidade do cientista, pois se dá dentro dos limites impostos pelo paradigma. O critério que estabelece a qualidade de um bom “quebra-cabeça” não é o fato de seu resultado ser importante; ele pode até ter um valor intrínseco muito pequeno. O que realmente importa é que ele consiga ser solucionado. (KUHN, 2000, p. 59-60).

Pela analogia ao jogo de “quebra-cabeças”, percebe-se que todo o problema de pesquisa da ciência normal parte do princípio de que, ao abrir a caixa, encontram-se todas as peças presentes. Não é preciso buscar mais nada além do que já foi fornecido, basta que se siga a regra do jogo e que se use a inteligência e a criatividade para que se encontre uma solução; falhar na tentativa de obtê-la, é um fracasso pessoal do cientista e não da regra ou do conjunto todo delas (paradigma).

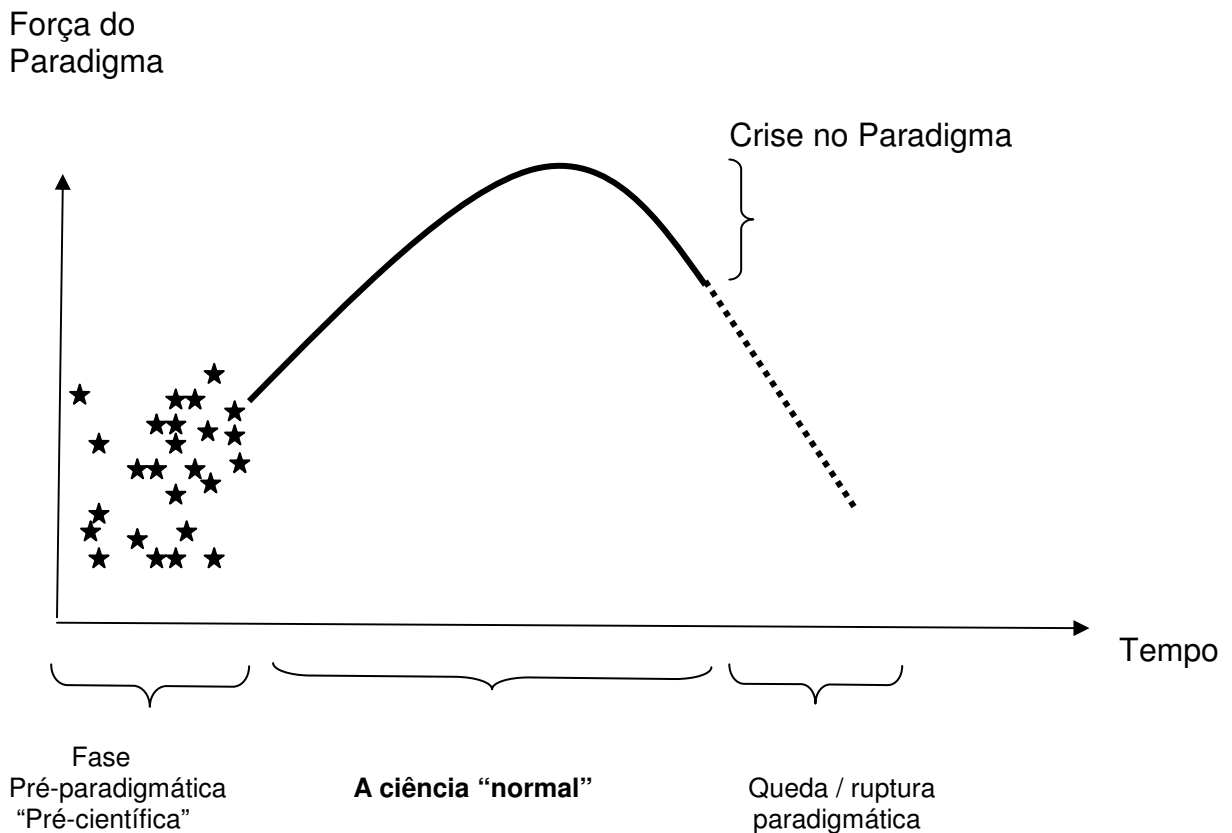
A ciência normal, atividade na qual a maioria dos cientistas emprega inevitavelmente quase todo o seu tempo, é baseada no pressuposto de que a comunidade científica sabe como é o mundo. Grande parte do sucesso do empreendimento deriva da disposição da comunidade para defender esse pressuposto – com custos consideráveis, se necessário. (KUHN, 2000, p. 24).

Mas a rigidez característica da ciência normal não afeta o crescimento (progresso) da ciência. Pelo contrário, é na ciência normal que se dá a maioria das realizações científicas. O fato de concentrar-se toda a pesquisa em um campo tão limitado pelo paradigma certamente restringe a visão do cientista. Por outro lado,



dada a confiança no paradigma, o desenvolvimento da ciência se processa com maior rapidez, pois força os cientistas a investigarem uma parcela da natureza com uma profundidade bem maior. E é exatamente por isso que os resultados obtidos pela pesquisa normal, segundo Kuhn, são tão significativos. Isto porque eles contribuem para aumentar o alcance e a precisão do paradigma, aumentando o seu grau de aplicação.

**FIGURA 1: ESQUEMA EXPLICATIVO DA EVOLUÇÃO DA CIÊNCIA**



Este gráfico foi elaborado pelo autor deste trabalho como uma interpretação de KUHN (2000)

*No gráfico, percebem-se três fases distintas. Cada estrela representa uma escola de pensamento na fase **Pré-científica**.<sup>32</sup> Da disputa entre as escolas, muitas desaparecem. Uma (ou algumas) delas acaba(m) atraindo mais seguidores, por diversos motivos, ao reunir toda (ou quase toda) a comunidade em torno de um compromisso de idéias comuns, surge o paradigma. Os desenvolvimentos da **ciência "normal"** dão força ao paradigma ao longo do tempo. Uma terceira fase se segue: a **ruptura**, onde esse compromisso acadêmico (o paradigma) se dissolve*

<sup>32</sup> Veja-se que no esquema aqui proposto, um paradigma não se inicia no patamar de força zero. Isso se explica pelo fato de que mesmo nos trabalhos iniciais de uma ciência existem referências a idéias anteriores, já aceitas por pelo menos parte da comunidade. Dessa forma, o paradigma nascente se nutre da força de idéias anteriores e, justamente por isso, surge já com algum patamar de força.

*após um momento de crise do modelo. O conceito de “força do paradigma”, que se encontra representado no eixo das ordenadas, mede o grau de adesão da comunidade científica a um paradigma.*

#### 2. 2.1.2. A importância dos “manuais”.

Um dos pontos mais interessantes abordados por Thomas Kuhn em *A estrutura das revoluções científicas* vem a ser o papel desempenhado pelos manuais, após uma revolução. Kuhn observa que tais textos registram o conhecimento articulado daquilo que é aceito por dada comunidade científica em determinada época. Dessa forma, o manual é a expressão mais pura da ciência normal e desempenha um importante papel no seu desenvolvimento à medida que registra o resultado estável das revoluções passadas. Um texto típico de manual não precisa proporcionar informações a respeito do modo pelo qual essas bases foram inicialmente reconhecidas e posteriormente adotadas pela profissão.

Os manuais, por serem os veículos pedagógicos através dos quais a maioria dos estudantes e/ou pesquisadores toma contato com o seu ramo da ciência pela primeira vez, proporcionam uma oportunidade ímpar de arrebatador seguidores para o paradigma vigente. O aluno que aceita a autoridade do professor (pesquisador experimentado que é) e o material que lhe é fornecido, rapidamente tende a aceitar os exemplos e as descrições apontadas nos manuais como sendo provas indiscutidas e indiscutíveis das teorias que lhe são ensinadas. É justamente por isso que Kuhn trata os manuais como sendo uma parte essencial e geralmente menosprezada da ciência normal. Dessa forma, ao se processar uma revolução científica, segue-se a necessidade de modificar os manuais. Os textos que governarão a nova prática normal que segue a revolução devem abolir a tradição antiga e ressaltar os novos desenvolvimentos. Essa característica faz com que, a menos que o pesquisador tenha experimentado em vida a revolução científica, ele provavelmente nunca terá a possibilidade de perceber a magnitude da mudança e perderá parte da história de sua própria ciência. As referências aos primórdios da sua ciência são poucas e esparsas. Geralmente, contam apenas um pouco dessa história, e somente fazem referência àqueles pontos para os quais o paradigma vigente pode fornecer respostas melhores. Apresentam a história numa linha contínua de contribuições que foram ajudando a chegar ao que se sabe “hoje”. (KUHN, 2000).

Uma conseqüência dos ensinamentos dos manuais é que o estudante, ao tomar contato com o conhecimento apresentado, passa a acreditar que a sua ciência progrediu quase linearmente desde seus começos, governada pelos programas

normais atuais de pesquisa. Parece assim que desde os primeiros trabalhos, os cientistas estavam interessados em atingir os resultados que são objetos do paradigma vigente.<sup>33</sup> Esse pensamento é condizente com a idéia de evolução da ciência como sendo fruto de um processo cumulativo de conhecimento e descobertas. No entanto, segundo o modelo geral kuhniano, isso não acontece em realidade, pois o processo de evolução da ciência implica necessariamente na perda e/ou substituição do conhecimento (no todo ou em parte) nas ocasiões de crise paradigmática.

As teorias não evoluem gradualmente, ajustando-se a fatos que sempre estiveram à nossa disposição. Em vez disso, surgem ao mesmo tempo em que os fatos aos quais se ajustam, resultando de uma reformulação revolucionária da tradição científica anterior – uma tradição na qual a relação entre o cientista e a natureza, mediada pelo conhecimento, não era exatamente a mesma. (KUHN, 2000, p.179)

### 2. 2.1.3. Os manuais na economia: a difusão do conhecimento

Segundo DEANE (1978, p. 86), na história da Economia, claramente se observa a influência de três grandes obras anteriores à “Teoria Geral” de John Maynard Keynes para o desenvolvimento dessa ciência: *A riqueza das nações* de Adam Smith, os *Princípios* de Stuart Mill e, finalmente, os *Princípios* de Marshall.<sup>34</sup> Todas elas funcionaram como veículos propagadores do pensamento clássico, como manuais, textos que iniciam o estudante na ciência. Todas elas ajudaram na divulgação, entendimento e consolidação do paradigma na qual se inseriam.

Obviamente, havia diferenças de abordagem particulares a cada um dos três autores citados, mas todos eles ajudaram a formar o que se convencionou considerar como a visão que predominava nas primeiras décadas do século XX. As bases da teoria predominante até Keynes encontravam-se claramente presentes na obra desses três autores. É justamente por isso que, a partir da revolução

---

<sup>33</sup> Essa idéia foi bem entendida por SAMUELSON (1975, p. 895) numa referência ao trabalho de Kuhn onde dizia que: “os estudantes aprendem a verdade embalsamada transmitida por seus professores e pelos seus livros-texto sagrados. A labuta na qual nasceram as novas idéias é perdida de vista. As imperfeições das doutrinas ortodoxas são atenuadas com a classificação de sem importância, se é que chegam mesmo a ser percebidas”.

<sup>34</sup> Obviamente, há obras essenciais na constituição de algumas tradições da ciência econômica que não estão incluídas nessa lista. Certamente, “O Capital” de Karl Marx é o melhor exemplo desses trabalhos omitidos em nossa relação.

keynesiana, não se pode mais imaginar que se mantenha o mesmo espaço para qualquer um desses livros nos círculos acadêmicos.

De fato, como observa KUHN (2000, p. 178), o uso dos manuais é totalmente válido como técnica pedagógica.<sup>35</sup> Contudo, quando combinada essa técnica com a atmosfera geralmente a-histórica dos escritos científicos e com as distorções ocasionais ou sistemáticas, há uma grande possibilidade dessa técnica criar a impressão de que a ciência alcançou seu estado atual através de uma série de descobertas e invenções individuais, as quais, uma vez reunidas, constituem a coleção moderna dos conhecimentos técnicos. Essa característica pode ser facilmente encontrada no prefácio da primeira edição dos *Princípios de Economia* de Marshall.

As condições econômicas estão em constante mudança, e cada geração encara os problemas de seu tempo de uma forma que lhe é peculiar. Na Inglaterra, bem como no continente e na América, os estudos econômicos estão sendo agora impulsionados mais vigorosamente do que nunca, mas toda essa atividade tem apenas demonstrado com maior clareza que a ciência econômica é e deve ser de crescimento contínuo e lento. [...] As novas doutrinas têm completado as antigas, as têm estendido, desenvolvido e, algumas vezes mesmo, corrigido e freqüentemente lhes têm dado outro aspecto, insistindo de modo diferente sobre os diversos pontos, porém muito raramente as têm subvertido. A presente obra é uma tentativa de apresentar numa versão moderna às velhas doutrinas, com a ajuda de novos trabalhos e com referência aos novos problemas de nossa época. (MARSHALL, p. 3, 1982)

O manual, nesse caso, sugere que os cientistas procuram realizar, desde os primeiros empreendimentos científicos, os objetivos particulares presentes nos paradigmas atuais, contando uma história linear dos acontecimentos científicos e, como também observa ARIDA (2003, p.17)

A educação passa a depender do livro texto que conduz o estudante de uma formação genérica à fronteira do conhecimento; como esta modifica-se substancialmente em períodos curtos de tempo, os próprios livros-texto tornam-se rapidamente ultrapassados. Saber ou não teorias formuladas no passado em nada altera a capacidade de avançar a teoria; relega-se a história do pensamento econômico ao status de disciplina eletiva do ponto de vista didático, dispensável portanto do ponto de vista da formação adequada do economista .

Analisando o livro que difundiu o pensamento econômico keynesiano pela academia, integrando o conjunto de obras que iniciam o estudante no estudo da

---

<sup>35</sup> Segundo Pêrsio Arida (2003, p.40) uma das regras básicas da Retórica consiste em reinventar a tradição, se apresentando como o desenvolvimento lógico dos trabalhos daqueles antecessores que se quer resgatar como certos; nesse quadro, os defensores de outros pontos de vista são apresentados como desvios da tradição correta.

economia, o *Economics* de Samuelson, observa-se haver também nesse caso certa correspondência com a idéia de *invisibilidade das revoluções* observada em Kuhn. SAMUELSON (1950, p. 3-4) apresenta a economia como sendo aquela ciência que tem como principal problema analítico o estudo das causas da recessão econômica, do excesso de capacidade produtiva [ociosidade], da depressão e, conseqüentemente, do oposto da prosperidade econômica, do pleno emprego e do alto nível de vida. Mais adiante, SAMUELSON (1950, p. 6) observa, também, que sempre haverá quem discorde da necessidade de se investigar esse ou aquele problema já que a economia não é uma ciência madura como a física. Mas conclui que, “**afortunadamente, parece que os estudiosos estão chegando cada vez mais a um acordo com respeito ao amplo esquema analítico [o paradigma keynesiano] das forças determinantes da renda nacional e do emprego total [aceitando-o]**”.<sup>36</sup> Essa descrição do objeto de estudo da economia encaixa-se perfeitamente com o comportamento da ciência revolucionária nos seus primeiros passos. Não se faz menção a boa parte das preocupações Clássicas.

Em uma versão posterior da mesma obra, SAMUELSON (1975, p.1) assim apresenta a evolução da economia: “Adam Smith representou, é claro, apenas **um começo**. Em mais de um século e meio que decorreu entre o aparecimento de *The Wealth of Nations* e a publicação de *The General Theory of Employment, Interest and Money*, de John Maynard Keynes (1936), a Economia – ou a Economia Política, como é chamada de forma mais tradicional – passou por muitos **estágios de desenvolvimento**”. A leitura rápida das primeiras linhas desse livro feita por alguém que toma o primeiro contato com a ciência econômica através dele pode criar a percepção de que, de Smith a Keynes, os cientistas teriam, todos eles, agregado descobertas e invenções cumulativas as quais culminaram no paradigma vigente no momento no qual o livro foi escrito, como se nada (nenhuma ruptura/crise) houvesse ocorrido durante esse tempo.

As referências aos manuais de Marshall e Samuelson são apenas exemplos do quanto é apropriado encarar a evolução da ciência econômica num esquema

---

<sup>36</sup> O livro citado é uma tradução da primeira edição [versão original] em inglês escrita em 1948, para o espanhol cujo título ficou sendo curiosamente “*Curso de Economía Moderna: una introducción analítica de la realidad económica*” [sem os grifos no “original”]. O exemplar pertence à biblioteca da FEA – USP. As referências a essa obra, em português, são resultado da tradução realizada pelos autores do presente trabalho.

analítico kuhniano. Considerações finais acerca da importância dos manuais podem ser sintetizadas pelas palavras de Kuhn:

Em parte por seleção e em parte por distorção, os cientistas de épocas anteriores são implicitamente representados como se tivessem trabalhado sobre o mesmo conjunto de problemas fixos e utilizado o mesmo conjunto de cânones estáveis que a revolução mais recente em teoria e metodologia científica fazem parecerem científicos. Não é de admirar que os manuais e as tradições históricas neles implícitas tenham que ser reescritas após cada revolução científica. Do mesmo modo, não é de admirar que, ao ser reescrita, a ciência apareça, mais uma vez, como sendo basicamente cumulativa. (KUHN, 2000, p. 175-176)

## 2. 2.2. A mensuração da força de um paradigma.

Um problema comum em trabalhos que se inserem na área da filosofia da ciência está em apresentar soluções mais concretas sobre os temas que versam. Não é raro ouvir-se dizer que tais trabalhos costumam apresentar considerações pouco palpáveis [leia-se quantificáveis] e é verdade que em muitos casos isso ocorre.<sup>37</sup>

A formalização gráfica do paradigma kuhniano feita neste trabalho propõe-se a tornar mais acessível esse conceito. Contudo, não será menos alvo de críticas, se não deixar claro que existe uma *proxy* capaz de quantificar a força desse paradigma, de atribuir valores a cada par ordenado que integra a função descrita no gráfico.

### 2. 2.2.1 Da quantificação da força;

A função representativa do paradigma mede a força que este apresenta em cada período do tempo. Neste trabalho, nós apenas indicamos os critérios pelos quais ela poderia ser construída, sem no entanto darmos esse passo, ao não ser esse o objetivo do trabalho. Ela poderia ser obtida através de uma análise quantitativa [um levantamento de dados] que relacionasse:

**a)** o número relativo [percentual] de publicações que estejam de acordo com o paradigma nas principais revistas científicas da ciência que se está analisando;<sup>38</sup>

**b)** o número de citações de trabalhos alinhados com o paradigma dominante.<sup>39</sup>

---

<sup>37</sup> Coisas do tipo: “É preciso levar ‘outros’ fatores em consideração” [e não se indica quais] ou ainda: “Esse tipo de abordagem formal é muito simplista” [e não se explica bem o porquê].

c) o número relativo de “manuais” de uso corrente nos cursos de graduação e de pós-graduação que se inserirem no paradigma analisado;

d) o número relativo de trabalhos acadêmicos aceitos nos principais congressos científicos do ramo da ciência em questão que estejam de acordo com o paradigma;

e) o número de centros de pesquisa voltados para o desenvolvimento do paradigma [ou o número de centros de pesquisa e/ou pós-graduação alinhados com a pesquisa “normal”];<sup>40</sup>

f) o número de prêmios Nobel concedidos para cientistas alinhados com o paradigma normal.<sup>41</sup> Além disso, há que se observar que a despeito de haver influência do momento “atual” vivido por cada campo da ciência na concessão do prêmio, existe em muitos casos um *lag* temporal entre a contribuição do laureado e a outorga do prêmio. Talvez, por isso, deva-se considerar esse tipo de indicador na maioria das ciências. No entanto, pode haver um outro prêmio em cada campo que demonstre a influência da ciência normal no reconhecimento dos trabalhos acadêmicos.<sup>42</sup>

Todos esses dados, trabalhados com pesos diferenciados para cada ciência (dada a especificidade característica de cada uma) gerariam um valor numérico que pode ser considerado como uma *proxy* da força do paradigma, uma forma de tentar captar esse poder que une uma comunidade científica e medir o alcance do paradigma em cada momento do tempo.

---

<sup>38</sup> Haverá que existir um certo acordo com relação a quais sejam estas publicações. No Brasil, por exemplo, um critério relevante poderia ser o adotado pela CAPES, que apresenta uma pontuação específica para diversas publicações.

<sup>39</sup> Azzoni (2000), Faria (2000) e Issler e Pillar (2002) utilizaram esse critério de análise de citações para mensurar a produtividade de centros de pesquisas na área da economia no Brasil. No último dos trabalhos citados, encontra-se ainda uma reflexão acerca da validade desse critério, quando usado indiscriminadamente, para definir o respaldo ou a importância relativa dos *centros* e suas respectivas linhas de pesquisas. No entanto, os autores demonstram que, uma vez contornadas determinadas dificuldades, o critério é válido. Aqui acreditamos que os trabalhos mais citados em determinada época podem nos dar informações a respeito da força do paradigma. Isso porque a ciência “normal” exaltarão suas realizações e a ciência extraordinária, contestadora do paradigma dominante, dirigirá pesadas críticas a eles.

<sup>40</sup> Earp (1996) usou esse último critério para medir a força que detinham os paradigmas neoclássico e institucionalista a altura dos anos 1930's.

<sup>41</sup> Para ciências que não tenham Premio Nobel poder-se-ia incluir alguma outra medida de prestígio equivalente.

<sup>42</sup> No caso da economia no Brasil, um levantamento dos trabalhos ganhadores do prêmio BNDES para dissertações de mestrado, ou dos prêmios *Haralambos Simeonidis* para teses de doutorado e artigos acadêmicos pode ser útil para essa tarefa.

No caso extremo proposto por Kuhn, em algumas ciências, o único paradigma teria força máxima (100%) durante longos períodos. Mas, no caso das ciências sociais/humanas, isso seria bastante improvável.

### 2. 2.3. Anomalias, crises e revolução científica:

Após o estabelecimento de um paradigma, a uniformidade de opiniões e a forma de proceder dos cientistas articulam e desenvolvem esse corpo teórico em torno de objetivos comuns. Todavia, ainda que não exista a necessidade com relação a qualquer teoria de explicar todos os fenômenos da natureza, o programa de pesquisa normal, pela sua especialização progressiva, tenta abranger uma gama cada vez maior de fatos e acontecimentos.

Ao longo desse processo os cientistas expõem sistematicamente a teoria ao confronto com a “realidade” (muitas vezes através de experimentos). Em alguns desses casos, surgem naturalmente, provas inesperadas e até contrárias ao que foi predito pelo ou nos termos de Kuhn, as anomalias são parte de outros paradigmas. As “aberrações”, aquilo que não encontra justificção dentro do paradigma, fatos ou dados colhidos da natureza incompatíveis com os resultados esperados pela comunidade científica, podem muitas vezes ser deixados de lado, mas também podem despertar a atenção da comunidade em geral (sobretudo se se mostram persistentes e põem a prova os trabalhos dos membros mais conceituados da academia). Quando começam a surgir os indícios de que algo vai mal na ciência estabelecida, alguns caminhos possíveis se abrem.

Os possíveis cenários que se apresentam à comunidade científica nas ocasiões de crise, tendem a se reduzir à tentativa de resgate da teoria que está sendo contrariada pela natureza ou à ruptura com a perspectiva vigente. Muitas vezes as anomalias são facilmente contornadas. Surgem respostas dentro do próprio paradigma (fruto da pesquisa científica normal) para essas aberrações. Nesse caso, o trato com as anomalias pode inclusive fortalecer o paradigma vigente (sempre que for bem sucedido em tal tarefa). Uma anomalia de ontem pode ser o exemplo do poder de resolução de problemas por parte do paradigma amanhã. Mas mesmo quando o paradigma não oferece uma resposta satisfatória, a anomalia não



representa automaticamente sua falência. Isso porque anomalias sozinhas não são fontes de instabilidade suficientes para derrubar um paradigma. Antes será preciso que surja um novo candidato a paradigma que seja bem sucedido na explicação do anômalo (ou pelo menos, que seja melhor do que o paradigma em crise). Ou seja, é somente nas ocasiões de crise que haverá espaço para a pesquisa extraordinária. Nas palavras de Kuhn,

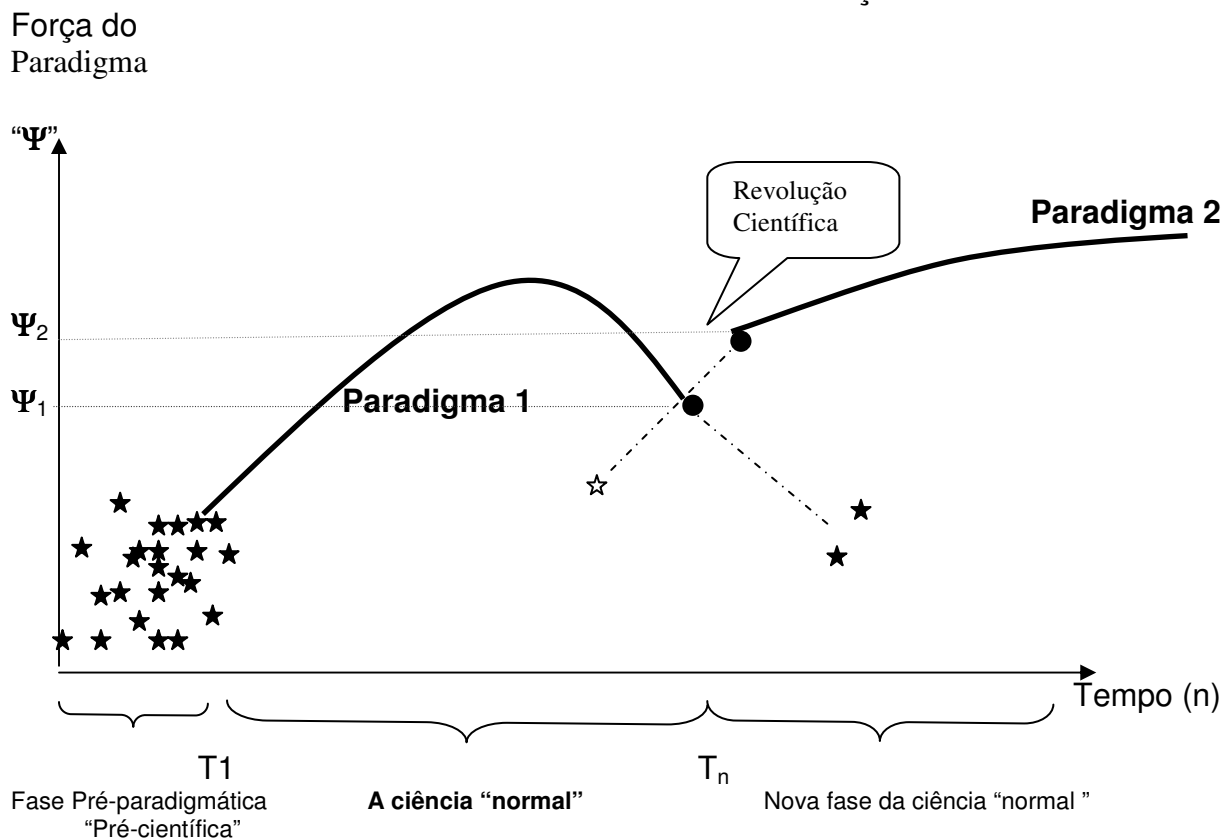
A ciência normal desorienta-se seguidamente. E quando isto ocorre – isto é, quando os membros da profissão não podem mais se esquivar das anomalias que subvertem a tradição existente da prática científica – então começam as investigações extraordinárias nas quais ocorre essa alteração de compromissos profissionais. As revoluções científicas são os complementos desintegradores da tradição à qual a atividade da ciência normal está ligada. (KUHN, 2000, p.25).

Não deve restar dúvida, no entanto, de que a substituição de paradigmas se dá através da ruptura com a prática científica corrente [ciência normal], implicando no abandono de todo um conjunto de princípios – uma fissão completa ou parcial de tudo o que integra o antigo paradigma. Uma representação deste processo encontra-se na figura 2.

Em outro trabalho, KUHN (1979) enfatiza uma de suas principais divergências com relação a Popper. Ele acredita que Popper caracterizou toda a atividade científica como sendo fruto das ocasiões que para ele [Kuhn] são especiais e muito esporádicas, as revoluções científicas, nas quais há espaço para os testes falsificacionistas popperianos. Em sua opinião, pensar como Popper é mais atraente, mas:

“nem a ciência nem o desenvolvimento do conhecimento têm probabilidades de ser compreendidos se a pesquisa [for] vista apenas através das revoluções que produz de vez em quando”(....) Um olhar cuidadoso dirigido à atividade científica dá a entender que é a ciência normal, onde não ocorrem os tipos de testes de *Sir Karl*, e não a ciência extraordinária que quase sempre distingue a ciência de outras atividades. A existir um critério de demarcação (entendo que não devemos procurar um critério nítido nem decisivo), só pode estar na parte da ciência que *Sir Karl* ignora. (KUHN, 1979, p. 11)

**FIGURA 2: CRISE NA CIÊNCIA “NORMAL” E A SUBSTITUIÇÃO DE PARADIGMAS.**



Este gráfico foi elaborado pelo autor desse trabalho com base em suas interpretações de KUHN (2000).

*A substituição de paradigmas é representada pelo ponto em que o **paradigma 2 consegue mais aceitação do que o paradigma 1** (o que acontece aqui no momento  $T_n$ ). No momento da substituição de paradigmas,  $\Psi_2$  é maior que  $\Psi_1$  o que caracteriza a superioridade do **paradigma 2** em relação ao **paradigma 1** para responder às anomalias e explicar os fenômenos estudados pela ciência. Nada garante, no entanto, que a trajetória do **paradigma 2** precise comportar-se da maneira que se expõe na figura (isto é, atingindo uma força maior que o ponto máximo do paradigma anterior). Nosso ponto principal é que, no momento da ruptura,  $\Psi_2$  (ou seja, sua força) tem que ser maior que  $\Psi_1$ .*

#### **REVOLUÇÃO CIENTÍFICA:**

- Escola(s) que origina(m) o novo paradigma ( $\star$ )
- Escolas que se iniciam com representantes do antigo paradigma que não aderem ao que ascende ( $\star$ )

Existe uma tendência natural de se dar mais valor ao novo, ao totalmente revolucionário, do que aos empreendimentos normais (que constituem a regra no processo de evolução da ciência). Segundo Kuhn, isso é um erro, pois a maior parte do conhecimento é fruto da ciência normal. Ambos os tipos de conhecimento têm seu valor no processo de descoberta. Na última seção, na qual será discutida uma

revolução científica da economia no século XX, observar-se-á exemplos da importância da ciência normal para a evolução desse ramo do conhecimento.

Retomando a discussão acerca dos cenários que se apresentam à comunidade científica nas ocasiões de crise, pode-se observar ainda a possibilidade de se obter uma resposta às aberrações dentro do próprio paradigma, fruto da ciência normal. Nesse caso, a descoberta começa com a consciência da existência de uma anomalia, ou seja, com o reconhecimento de que, de alguma maneira, a ciência não atingiu as expectativas paradigmáticas que governam a ciência normal. Segue-se então uma exploração mais ou menos ampla da área onde ocorreu a anomalia. Esse trabalho somente se encerra quando a teoria do paradigma for ajustada de tal forma que o anômalo tenha se convertido no esperado. (KUHN, 2000).

Há ainda a possibilidade de reverter uma crise dentro do próprio paradigma, ou seja, o caso de um aparente sucesso na resolução de crises pela ciência normal. Não deve haver qualquer discussão aqui que incorra no equívoco de considerar este ou aquele cenário como sendo o mais benéfico para o progresso da ciência. Não há elementos que possam garantir que uma ou outra solução encontrada para o trato das anomalias seja a mais apropriada. Note-se que, mesmo reconhecendo que a ciência normal possa (e na maioria das vezes isso realmente ocorre) “engessar” a visão da comunidade científica, isso nem sempre é ruim.

Muitas vezes, as novas teorias que surgem não têm fundamentos suficientes para dar conta do campo de pesquisa em que se inserem. Algumas não se mostram melhores do que a teoria em crise em boa parte do seu campo. A rigidez da ciência normal, nesse caso, evita que os cientistas sejam incomodados sem razão. Somente nas ocasiões em que houver benefício líquido para a ciência é que serão colocadas as condições para a abertura de uma discussão aprofundada do paradigma corrente.<sup>43</sup>

É um erro, portanto, falar em prejuízos significativos na evolução da ciência como sendo causados pela rigidez com que se recebem as novas teorias, no mínimo na grande maioria dos casos. A indisposição à mudança manifesta pela comunidade

---

<sup>43</sup> Todavia, também foi apontado, criticando Kuhn, que não teria sentido exigir de uma teoria nova o grau de abrangência e consistência interna da teoria dominante. Exigir isso desde o começo seria uma maneira de matar toda idéia nova no seu berço.

científica somente contribui para a mobilização de um maior esforço por parte dos revolucionários. Contudo, é bem verdade que esse tipo de comportamento geralmente implica no atraso em reconhecer que algo vai mal na ciência normal, mesmo que a comunidade seja defrontada com um ambiente repleto de anomalias. Portanto, uma defesa da ciência normal é uma atitude em geral razoável, mas paradoxalmente pode ser muito conservadora quando o paradigma chegou num impasse.<sup>44</sup>

As explicações apresentadas até o momento dão conta – resumidamente – do esquema proposto por Kuhn para explicar o processo de evolução da ciência. É preciso que se ressalte, no entanto, que a explicação da evolução da ciência feita por Kuhn sofreu diversas críticas. Muitos trabalhos foram realizados e direcionados para a discussão dos seus principais pontos teóricos. O próprio Kuhn aceita em termos gerais, por exemplo, as críticas de MASTERMAN (1979) e SHAPER (1964), acerca da confusão desencadeada pelas diversas formas de abordar os seus paradigmas, reconhecendo que sua maneira de argumentar possa ter gerado alguns problemas na interpretação de parte de seu trabalho.

Como já dissemos, apesar das críticas recebidas, o impacto da obra de Kuhn foi enorme. A leitura de *A estrutura das revoluções científicas*, acompanhada do pós-fácio escrito em 1969, elucida alguns pontos originais da obra de Kuhn à medida que o autor se dispôs a esclarecer os pontos obscuros levantados pelos críticos (o conceito de paradigma, a visão de ciência relativista, *Kuhn descritivo* x *Kuhn normativo*, etc). Por sua vez, fica claro, como aponta FULLER (2000), que a obra de Kuhn pretendia ser basicamente uma explicação da evolução das ciências físico-naturais, e na sua obra os exemplos são tirados quase exclusivamente da física e da química. As considerações incluídas nela sobre a evolução das ciências sociais (a seguir comentaremos o caso da economia) são escassas. Todavia, muitos praticantes dessas ciências, especialmente em escolas minoritárias, leram a obra de Kuhn como se esta dissesse que a existência de sucessivos paradigmas mostra que quem parece errado hoje pode ser aquele que tenha a razão amanhã. Portanto, o fato de trabalhar numa perspectiva hoje minoritária não quereria dizer que seus defensores estejam completamente errados. Por isso inclusive passou a se falar de

---

<sup>44</sup> Veja-se que ex-ante é impossível saber se vale a pena tentar mais um pouco a salvação do paradigma vigente, ou se seria melhor abandoná-lo e escolher um paradigma alternativo.

“ciências pluri-paradigmáticas” algo que na opinião de Fuller (e na nossa) fica muito distante do espírito de Kuhn, para o qual a pluralidade de paradigmas ocorre ao longo do tempo, mas em cada momento espera-se que um deles seja dominante (exceto nas extraordinárias épocas de revoluções científicas).

Uma interpretação crítica do esquema interpretativo kuhniano encontra-se em LAKATOS (1979). Este autor descreve o processo de evolução da ciência de forma a considerar diferentes perspectivas teóricas, de maneira que o convívio e o confronto entre diferentes escolas simultaneamente ficam incorporados como algo característico, ressaltando o papel da crítica e da refutação de teorias e das anomalias como elementos causadores de reformulações do corpo teórico do que ele chama “Programa de Pesquisa Científica – PPC”, que aconteceria na fase correspondente ao predomínio da “ciência normal” de Kuhn.

O esquema interpretativo lakatosiano é bem mais flexível que o kuhniano. Talvez por isso, alguns economistas preferiram inserir seus trabalhos nesse marco metodológico.<sup>45</sup> Alguns imaginam que assim procedendo, estariam menos sujeitos às críticas. Mas não é errado imaginar a adequação do esquema analítico kuhniano com a economia. SAMUELSON (1975) percebe essa questão ao tratar uma das revoluções do pensamento econômico (a queda do paradigma clássico em favor do keynesiano) como sendo um exemplo claro de uma revolução tipicamente kuhniana. SOLOW (1971) faz o mesmo ao usar Thomas Kuhn para desmerecer as demais correntes econômicas [adversárias da economia neoclássica].

A economia neoclássica é, muito claramente, um paradigma científico. Pode ser um mau paradigma, ou um paradigma já gasto, ou pode ter servido para promover os interesses da classe capitalista, mas é o tipo de coisa que Kuhn tem em mente. [...] A economia política radical não é isso. É mais uma questão de atitude e Retórica do que de arcabouço científico [...] Na linguagem de Kuhn um paradigma científico deve proporcionar um arcabouço para a “ciência normal”. Mas são poucos os indícios de que a economia política radical seja capaz de gerar uma linha de ciência normal, ou mesmo que deseje fazê-lo. (SOLOW, 1971, p. 43-68)

De uma forma ou de outra, o pensamento de Thomas Kuhn invadiu a esfera da ciência econômica. Apoiando-se nessa forma de interpretar a evolução dessa ciência, defendida por grandes nomes como os de Solow e Samuelson, pretende-se

---

<sup>45</sup> Blaug (1988) destaca, na polêmica entre Kuhn e Lakatos, suas diferentes explicações sobre os processos de mudança de visão nas ciências. Segundo Blaug, Lakatos diz que as escolhas de programa de pesquisa (ou de paradigma) – portanto, as mudanças de opinião – ocorrem de maneira racional, enquanto que

utilizar o esquema interpretativo kuhniano para explicar a revolução de 1930 (queda do paradigma clássico em favor do keynesiano).

#### 2. 2.4. Thomas Kuhn e a economia:

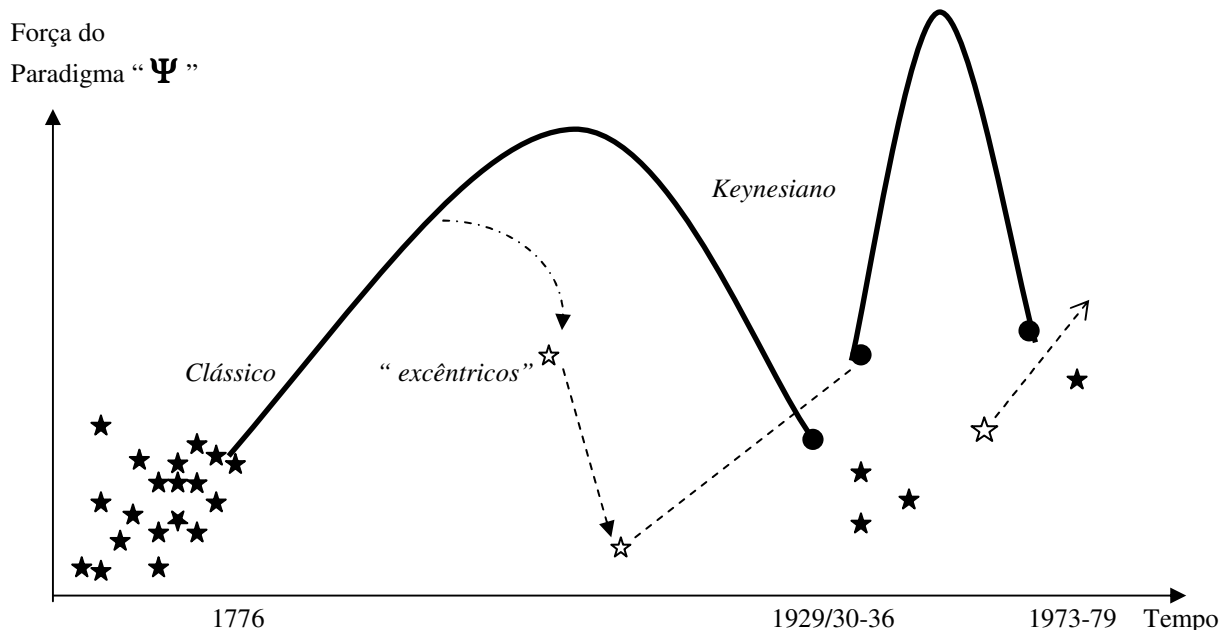
Em sua obra *A estrutura das revoluções científicas*, Kuhn menciona apenas uma vez a ciência econômica. Dizia ele: “Talvez seja significativo que os economistas discutam menos sobre a cientificidade de seu campo de estudo do que profissionais de outras áreas da ciência social. Deve-se isso ao fato de os economistas saberem o que é ciência? Ou será que estão de acordo a respeito da economia?”(KUHN,2000,p.202).

Como se pode perceber, haja vista ainda o fato de que em todo o resto do seu trabalho ele se dirige às ciências naturais – com destaque para a Física – o trabalho de Kuhn deixa uma brecha a ser preenchida por outros que se proponham a utilizar desse conhecimento para a análise de um grande número de ramos da ciência.

Nesse trabalho vamos propor um esquema evolutivo para a ciência econômica nos moldes kuhnianos para uma revolução científica. O objetivo dessa discussão será apontar para certos desdobramentos e episódios que acreditamos que mostram a adequação da presente análise. Pode-se entender a evolução da ciência econômica como uma sucessão de paradigmas kuhnianos, em cujo caso, durante a história da ciência econômica, teriam ocorrido diversas revoluções científicas, das quais focalizamos uma: a Keynesiana.

Num primeiro momento, usando a ótica kuhniana, explorando os elementos analíticos e teses que atacavam a comunidade acadêmica “dentro da cidadela”, como diria Keynes, e num segundo momento, apontando para o papel da Retórica de Keynes e, a partir de Keynes, na construção e convicção de quase toda uma geração de economistas.

**FIGURA 3. A ECONOMIA VISTA COMO UMA SUCESSÃO DE PARADIGMAS:**



Este gráfico foi elaborado pelos autor deste trabalho com base em sua interpretação de (KUHN, 2000).

### **Figura 3: A evolução da economia vista como uma sucessão de paradigmas**

*A fase pré-paradigmática (anterior a 1776) engloba todas as correntes de pensamento pré-clássicas (mercantilistas, fisiocratas, etc...) e está representada pelas estrelas. O primeiro paradigma geralmente reconhecido na ciência econômica é o Clássico que tem início com "An Inquiry into the Nature and Causes of the **Wealth of Nations**" de Adam Smith em 1776. Os desenvolvimentos da teoria clássica foram logo impulsionados por teóricos como David Ricardo. Por várias décadas esse paradigma guiou a maioria dos trabalhos na economia.<sup>46</sup> A crise desencadeada pela **depressão de 1929/30** marcou o "fim" dessa tradição. A ruptura de paradigma deu início a uma nova tradição que, após décadas de domínio do pensamento keynesiano, ruiu diante de uma nova crise. A partir da quebra de paradigmas, as poucas mentes isoladas (ou em pequenos grupos), erráticas, representam os "excêntricos" que não aderiram à nova corrente dominante. OBS: segue-se a legenda da figura anterior com respeito às escolas errantes (precursores de revoluções científicas).*

<sup>46</sup> Pode se sugerir que a Revolução Marginalista representou uma ruptura de paradigma. Em realidade, há diversos argumentos para explicar a continuidade e a ruptura entre clássicos e neoclássicos. Nesta análise estamos aceitando a visão de Keynes (1996), que englobou todos os autores de Ricardo a Pigou, passando por Marshall, numa mesma categoria de "clássicos".



## 2. 3. CONSIDERAÇÕES SOBRE A REVOLUÇÃO KEYNESIANA

Pelo que foi exposto até o momento, acredita-se haveremos encontrado elementos que sugerem que a Revolução Keynesiana possa ser iluminada pelo esquema teórico kuhniano. Isso porque, embora haja muito que se discutir sobre a forma como se deu a queda do modelo liberal Clássico nos anos 1930, não se pode deixar de reconhecer, como observa Modigliani, que a essa Revolução guarda algumas características kuhnianas:

Eu acho que Keynes foi certamente um bom exemplo de um paradigma. Sua obra talvez seja o melhor exemplo de um caso para o qual a teoria de Kuhn se ajusta tão bem quanto possível no campo das ciências sociais. Num período relativamente curto, Keynes proporcionou uma nova maneira de encarar a economia, uma maneira que foi amplamente aceita, pelo menos pela geração mais nova. (Declarações de Franco Modigliani in KLAMER, 1988, p. 126-127)

Especificamente, é possível perceber uma clara ruptura com a visão Clássica, a partir da reformulação/refutação de elementos centrais desse paradigma, tais como:

a) rompe-se com a lei de Say; b) papel da moeda é completamente revisto, a política monetária expansionista exerceria efeito positivo sobre a renda através de uma baixa na taxa de juros a qual favoreceria o investimento; c) rompe-se com a dicotomia clássica, ou seja, uma variável nominal [moeda] interfere em variável real [renda]. Ressaltando-se assim o papel de política monetária ativa para restabelecer o nível de renda da economia; d) o mecanismo de correção automática do mercado não funcionaria, noção que estaria intrinsecamente relacionada com a proposição de preços rígidos sugerida por Keynes; e) Propõe-se um papel para o governo como garantidor da procura efetiva e, conseqüentemente, do emprego; f) rompe-se a crença de que a melhor forma de gerir o gasto público seja buscar o equilíbrio orçamentário.

Assim como todo revolucionário kuhniano, Keynes não foi bem aceito inicialmente no circuito político. GALBRAITH (1986) faz um extenso relato sobre as dificuldades de aceitação da teoria do gasto de Keynes. Nessa e em outras obras, Galbraith desmistifica a idéia de que Roosevelt tenha se guiado por qualquer conselho e/ou convicção embasada nas idéias de Keynes para promover o seu *New Deal*. De fato, o autor relembra inclusive os discursos de campanha de Roosevelt

para a presidência dos Estados Unidos da América (formulados, é claro, antes da publicação da *Teoria Geral*) e enfatiza o fato de que este prometeu austeridade na condução da política governamental. São características até certo ponto não-intencionais (tais como a recuperação do emprego decorrente do volume agigantado de gastos com a Segunda Guerra Mundial) que vão fornecer a evidência empírica do sucesso da análise keynesiana para os Estados Unidos e para o mundo capitalista. Mas, antes disso, Keynes já havia conquistado o meio acadêmico. GALBRAITH (1986) faz um retrospecto da introdução do pensamento keynesiano nos EUA. Segundo esse autor, Keynes conquistou os Estados Unidos através das universidades tendo como principal porta de entrada Harvard. Diz ele:

Foi algo que tive a oportunidade de presenciar em primeira mão. [...] Em 1936, após a publicação de *The General Theory*, houve reuniões várias vezes por semana para discutir esse tema fascinante. Uma das reuniões na Winthrop House permanece na minha lembrança. O professor Schumpeter presidia a mesa; ele não gostava de Keynes, mas gostava ainda mais de uma boa discussão. Robert Bryce acabara de vir de um seminário na outra Cambridge, como a congênere inglesa era chamada. Sempre que tínhamos alguma dúvida ele nos explicava o que Keynes queria dizer... [mas, ainda assim, é importante que se observe que] os jovens é que foram arrebatados... [isso porque] os economistas, entre outras coisas, são econômicos quanto a idéias. E continuam sendo assim. Mantêm pelo resto da vida as idéias que adquiriram no tempo de estudantes. Uma mudança em economia só surge com a mudança de gerações. Os grandes economistas daquela época liam e reviam Keynes e, por unanimidade, achavam que ele estava errado. (GALBRAITH, 1986, p. 217).

Mas, é importante que se observe que uma característica facilitadora da difusão da proposta keynesiana era o fato de esta não ir contra o sistema capitalista. É exatamente por oferecer uma estrutura teórica alinhada com a manutenção dos interesses da classe capitalista que se tornou até certo ponto comum encontrar na literatura econômica referências a Keynes como sendo “a salvação do capitalismo” (p.ex. HOBBSBAWM, 1992). Nessa linha de raciocínio, as propostas keynesianas poderiam ser vistas como um mal menor, uma concessão para evitar a “catástrofe” entendida como o desmantelamento da economia capitalista (com o seu provável abandono em favor de outro sistema). Nas últimas páginas da *Teoria Geral*, Keynes, aliás, tomou o cuidado de deixar claro aquilo que pretendia romper e aquilo que pretendia conservar:

As implicações da teoria exposta nas páginas precedentes são, a outros respeito, razoavelmente conservadoras. Embora essa teoria indique ser de importância vital o estabelecimento de certos controles sobre atividades que hoje são confiadas, em sua maioria, à iniciativa privada, há muitas outras áreas que permanecem sem interferência. O Estado deverá exercer uma influência orientadora sobre a propensão a consumir, em parte através de seu sistema de tributação, em parte por meio da fixação da taxa de juros e, em parte talvez, recorrendo a outras medidas. Por outro lado parece improvável que a influência da política bancária sobre a taxa de juros seja suficiente por si mesma para determinar um volume de investimento ótimo. Eu entendo, portanto, que uma socialização algo ampla dos investimentos será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego, embora isso não implique a necessidade de excluir ajustes e fórmulas de toda a espécie que permitam ao Estado cooperar com a iniciativa privada. Mas, fora disso, não se vê nenhuma razão evidente que justifique um socialismo de Estado abrangendo a maior parte da vida econômica da nação. (KEYNES, 1996, p.345).

## 2. 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora as considerações kuhnianas sobre a evolução da ciência não tenham sido feitas tendo como objeto as ciências sociais, em muitos casos, elas têm sido assim empregadas. Argumentos contrários à sua aplicação na economia, por exemplo, passam por questionar a interpretação de “paradigma”. EARP (1996) deixa claro que aqueles que usam Thomas Kuhn para explicar a economia devem fazer uma escolha:

Para adotar as idéias de Kuhn na economia teríamos que optar entre (i) considerar a economia como pré-científica e prosseguir no caminho kuhniano, ou (ii) tentar relaxar o seu conceito de paradigma afirmando que a convivência de diversos destes é uma característica das ciências sociais. [...] A segunda dessas alternativas é a mais comum. (EARP, 1996, p. 60)

O presente trabalho foi guiado por uma escolha do segundo tipo. Mas não se acredita aqui que uma escolha dessa natureza fuja da idéia central da obra de Kuhn. Isto porque o próprio autor relaxou algumas hipóteses acerca dos paradigmas (depois chamados de “*matrizes disciplinares*”) na segunda edição de *A estrutura das revoluções científicas*. Além disso, a convivência simultânea de mais de um paradigma ou de uma comunidade científica nunca foi inteiramente descartada por Thomas Kuhn, ele apenas diz que isso se constitui num evento raro.<sup>47</sup>

A busca de uma explicação completa para o período, no entanto, pode ser beneficiada por uma investigação voltada para a análise de outros elementos que

---

<sup>47</sup> “Normalmente, os membros de uma comunidade científica amadurecida trabalham a partir de um único paradigma ou conjunto de paradigmas estreitamente relacionados. Raramente comunidades científicas diferentes investigam os mesmos problemas. Em tais casos excepcionais, os grupos partilham vários dos principais paradigmas.” (Kuhn, 2000, p. 204)

tenham, por ventura, contribuído para o êxito dessa tradição. Um olhar mais atento para os elementos exteriores, ou elementos arbitrários poderia exercer esse papel. Nessa tarefa, é provável que a Retórica keynesiana desempenhe algum papel. É precisamente por isso que iremos empreender a uma análise mais aprofundada dessa questão.

## REFERÊNCIAS

ARIDA, P (2003). A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica. In GALA, P. & REGO, J.M. (orgs.), **A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica: Ensaio sobre metodologia em economia**. São Paulo: Ed. 34, pp.13-44.

AZZONI, C. R. (2000). Desempenho das revistas e dos departamentos de Economia brasileiros segundo publicações e citações recebidas no Brasil. **Economia Aplicada**, Volume 4, pp. 787-822.

BIANCHI, A. M (1992). Muitos métodos é o método: a respeito do pluralismo. **Revista de Economia Política**. 12(2): 135-142.

BLAUG, M. **Metodologia da economia: ou, como os economistas a explicam**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

CALDWELL, B. J. (1984) **Beyond Positivism – economic methodology in the twentieth century**. Londres: George Allen & Unwin.

CALLEBAUT, W. (1993). **Taking the Naturalistic Turn**. Chicago: University of Chicago Press.

CHALMERS, A. F. (1994) **O que é ciência afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1994.

DEANE, P.(1978) **The evolution of economics ideas**. Cambridge: Cambridge University Press.

EARP, F.S. (1996) Muito além de Thomas Kuhn: da história do pensamento econômico a história da ciência econômica. **Revista de Economia Política**. 16 (1): .

FARIA, J. R. (2000) *The research output of academic economists in Brazil*. **Economia Aplicada**, Volume 4, pp. 95-113.

FERNÁNDEZ, R. G.(1999) Retórica y Economía: Argumentos a favor del pluralismo y de la Conversación Civilizada. In: SCARANO, E. (ed.) **Metodología de las ciencias sociales: Lógica, Lenguaje y Racionalidad**. Buenos Aires: Macchi, p. 283-301.

FULLER, S. (2000). **Thomas Kuhn: a philosophical history for our times**. Chicago: University of Chicago Press.

GALBRAITH, J. K. (1986) **A era da incerteza**. São Paulo: Pioneira.

HANDS, D.W. (2001). *Reflection without Rules: economic methodology and contemporary science theory*. Cambridge: Cambridge University Press.

HOBBSAWM, E.(1992) Adeus a tudo aquilo. In: BLACKBURN, R. (org.) **Depois da queda**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 93-106.

ISSLER, J.V. e PILLAR, T.C.A (2002). "Mensurando a Produção Científica Internacional em Economia de Pesquisadores e Departamentos Brasileiros". **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Volume 32 (2): 323-381.

KEYNES, J. M. (1996) **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas.

KLAMER, A. (1988) **Conversas com economistas**. Os novos economistas clássicos e seus opositores falam sobre a atual controvérsia em macroeconomia. São Paulo: Edusp.

KUHN, T. S. (1979) Reflexões sobre meus críticos. In: LAKATOS & MUSGRAVE (1979).

\_\_\_\_\_ (2000) **A estrutura das revoluções científicas**. 3.<sup>a</sup> edição. São Paulo: Perspectiva.

LAKATOS, I. (1979) O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica. In: LAKATOS & MUSGRAVE(1979), pp.109-243.

LAKATOS, I ; MUSGRAVE, A. (orgs.) **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**. Trad. Octávio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix, 1979.

MARSHALL, A. (1982) **Princípios de economia**. São Paulo: Abril Cultural. (Col. Os Economistas).

MASTERMAN, M. (1979) A natureza de um paradigma. In: LAKATOS & MUSGRAVE (1979).

OLIVA, A. (1994). Kuhn: o normal e o revolucionário na reprodução da racionalidade científica. In PORTOCARRERO, V. (org.), **Filosofia, História e Sociologia das Ciências**: abordagens contemporâneas. Rio de Janeiro: Fiocruz, pp. 67-102.

SAMUELSON, P. (1975) **Introdução à análise econômica**. Rio de Janeiro: Agir.

\_\_\_\_\_ (1950) **Curso de economia moderna**: una descripción analítica de la realidad económica. Trad. José Luis Sampedro. Madrid: Aguilar .

SHAPER, D. (1964) The structure of scientific Revolutions. **Philosophical Review**, LXXIII. Pp. 383-394 (1964)

SOLOW, R (1971). *The state of economics*. **American Economic Review**, v. LXIX, 43-68.

### 3. A ESTRUTURA DAS REVOLUÇÕES CIENTÍFICAS E AS PORTAS ABERTAS PARA A ANÁLISE RETÓRICA NA ECONOMIA <sup>48</sup>

#### RESUMO

O presente trabalho pretende demonstrar a compatibilidade de se tratar a evolução da ciência a partir de uma fusão entre a análise retórica e o esquema explicativo de Thomas Kuhn, com seus paradigmas, especialmente na economia. Defende-se que os únicos inconvenientes se restringem a uma questão de grau de importância, atribuído ora a um método de se contar a história da ciência, ora a outro. A conclusão à que se chega sugere que a retórica tem maior influência na constituição do paradigma do que na sua defesa ou disseminação, embora ela também cumpra um papel importante nestas situações.

Palavras-chave: 1) retórica 2) Kuhn 3) Metodologia

#### ABSTRACT

*The present study intends to demonstrate the compatibility of treating the evolution of science by means of a combination between the rhetorical analysis and Thomas Kuhn's explicative model, with his paradigms, especially in economics. It is advocated that the only inconvenient are restricted to the degrees of importance attributed to one way of telling the history of science, or to another. Our main conclusion suggests that the rhetorical aspects have greater influence in the constitution of paradigms than in their diffusion and defense, though it also plays an important role in this last case.*

*Keywords: 1) Rhetoric 2) Kuhn 3) Methodology*

---

<sup>48</sup> Versões preliminares do presente artigo foram apresentadas no XI Encontro Nacional de Economia Política da SEP (2006) em Vitória-ES e também no IX Encontro de Economia da Região Sul – IX ANPEC-Sul (2006) em Florianópolis-SC e no XXXIV Encontro Nacional de Economia da ANPEC, em Salvador-BA

## INTRODUÇÃO

O estudo do papel da retórica na economia é relativamente recente enquanto programa de pesquisas. Todavia, desde a publicação dos que agora são considerados *clássicos*, os textos de MCCLOSKEY (1983) e ARIDA (1983), cresce o número de trabalhos destinados a aplicar esse conjunto de ferramentas, situadas no campo dos argumentos e dos discursos para explicar os empreendimentos das diversas *comunidades científicas* que se dedicam a estudar os fenômenos de natureza econômica. Obviamente, à medida que muitas das conclusões a que chegam os *retóricos*,<sup>49</sup> em seus estudos, questionam várias das certezas quanto a algumas “Verdades”, descobertas a partir de empreendimentos científicos - das mais diversas áreas e afiliações paradigmáticas – estes últimos [os retóricos] têm sido muito criticados.

A maioria dos trabalhos no campo da retórica na economia, que até hoje foram desenvolvidos, demonstra especial interesse pela utilização da retórica em trabalhos inseridos no paradigma neoclássico. Analisa-se criticamente nesses trabalhos o ferramental que os autores dessa escola utilizam, bem como as conclusões à que chegam, dando-se destaque à reflexão quanto à *forma* como esses instrumentos são arranjados para se chegar às suas verdades. Mas, não se deve daí concluir que os *retóricos* possam ser classificados como apenas mais um programa de pesquisa *revolucionário* que concorre com o *mainstream*.

Os próprios textos *clássicos* da área (as citadas obras de Arida e McCloskey) *per se*, já desautorizam afirmações desse tipo. McCloskey foi bastante duro com as construções neoclássicas, mas não se restringiu a elas. Arida, por sua vez, criticou tanto a postura *hard science* (identificada com o *mainstream*) quanto a *soft science* (muito mais identificada com diversas escolas heterodoxas). Além disso, é importante lembrar que a análise retórica fica essencialmente restrita a um plano meta-teórico e, nesse sentido, não pretende propor uma teoria econômica que concorra com as escolas já existentes.

A crítica aos que utilizam a retórica como *método* para compreender a forma como os economistas fazem a sua “ciência” não se restringe aos economistas neoclássicos. Isso pode ser exemplificado pelas análises de PAULANI (2005), marxista e crítica declarada de muitas conclusões a que chegam os defensores da retórica.

Uma crítica freqüente à análise retórica na economia sugere que os estudiosos desse método sejam meros “operários da desconstrução” à la Derrida – conforme sugerido por PAULANI (2005). Esta autora ainda se opõe aos que, no processo de reconstrução da história da ciência, minimizam o papel que a Verdade desempenha. Por sua vez, alguns autores, inclusive simpáticos à perspectiva retórica, manifestam preocupações quanto ao que se pretende colocar no lugar daquilo que os retóricos atacam, que parece ser o caso de PRADO JR e CASS. (1996).<sup>50</sup>

---

<sup>49</sup> [ou *retoricistas*, como preferir o leitor]

<sup>50</sup>. Quanto à questão da Verdade, cumpre aqui observar que as críticas de Paulani se assemelham às objeções que Bernard Williams fez à Rorty, com relação ao mesmo ponto, sustentando que, se a Verdade não for o objeto último da Ciência (conclusão derivada de sua interpretação de Rorty) ela [a Ciência] perderia sua utilidade. (WILLIAMS, 1991)

Talvez também por isso, como observam esses últimos, muitos dos que se dedicam ao estudo da retórica tenham se colocado na defensiva, alertando, eles mesmos, para o cuidado de “*não se jogar o bebê fora junto com a água do banho*”. O uso da retórica na economia, como observa GALA (2003), é questionado ainda por supostamente reduzir a importância *relativa* da busca da “Verdade” nas pesquisas, direcionando o foco dessas últimas para a maneira como os economistas se utilizam das técnicas de *persuasão*.

Acerca da Verdade, para o presente momento, vale lembrar que, desde Platão, existe uma longa discussão na filosofia sobre a importância que ela assume na análise dos empreendimentos científicos. No entanto, a partir da leitura de três textos que inspiram a maioria dos estudos no campo da retórica na economia não se pode concluir que o uso desse método se faça em detrimento da Verdade.

No seu “Tratado da Argumentação: A Nova retórica”, por exemplo, PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA (1996) observam que o fato da argumentação científica partir ou não de pressupostos “verdadeiros” e, de igual forma, o dela atingir ou não a Verdade não pode ser considerado como um objeto legítimo de estudo. Além disso, os autores observam que não há fatos ou “evidências” empíricas capazes de atestar o caráter “verdadeiro” de uma teoria, pois esses “fatos” também podem ser entendidos como *acordos* quanto à forma de se ver os objetos.<sup>51</sup>

A “Nova retórica”, enquanto conjunto de técnicas de argumentação destinadas a *persuadir e convencer* o público universal ou algum público particular, não necessita da manifestação da Verdade para esse fim. Isso não é o mesmo que dizer que a retórica seja *incompatível* com a verdade, apenas que não necessita dela. Os escritos de RORTY (1994) têm se destacado no mesmo sentido e inspiram, frequentemente, os retóricos na economia. A visão pragmática de mundo e *relativa* da “verdade” tem assim angariado um número crescente de adeptos.<sup>52</sup>

Mas é provável que a discussão da possível incompatibilidade entre a “Verdade” e a retórica *na economia* se deva, em grande medida, à leitura de MCCLOSKEY (1983) e de vários outros textos de sua autoria. Isso porque McCloskey ataca incisivamente a noção de que a “ciência” se faz através da Verdade, ou mesmo em direção à ela. McCloskey não acredita nas Verdades absolutas e a “ciência”, em última instância, não precisa delas para avançar. As Verdades em qualquer “ciência”, geralmente, são apenas verdades (com “v” minúsculo) designações da natureza dos fenômenos

---

<sup>51</sup> O termo *evidências* é aqui usado entre aspas para ecoar as preocupações de Perelman (1997) de que o conhecimento só seria tratado como científico, pelos “teóricos clássicos do conhecimento”, a partir da apresentação das *evidências* de sua validade ou veracidade, entendidas como *provas* de que suas proposições analíticas refletiriam o real. Perelman, *ibid*, acha que o termo *evidências*, em si é, por demais, relativo. Neste trabalho, concorda-se com o último.

Entre outros pesquisadores da Retórica, o teste empírico também é condenado e associado diretamente ao Modernismo. As extensas e repetidas reprovações ao empirismo como método de se obter a validação de determinadas teses, presentes em *The rhetoric of economics*, levaram BLAUG (1999, p. 28) a denominá-lo como “*O Lobo Mau do livro de McCloskey*”.

<sup>52</sup> Acerca dos temas *persuasão* e *convencimento*: “Propomo-nos a chamar *persuasiva* a uma argumentação que pretende valer só para um auditório particular e chamar *convincente* àquela que deveria obter a adesão de todo o ser racional”. (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.31)



compactuadas por *comunidades científicas* em algum momento do tempo. São verdades historicamente localizadas, portanto.

Em hipótese alguma, McCloskey admite que se possa chegar às Verdades universais. É daí que FERNÁNDEZ (2003) acredita que as críticas de Mäki ao possível desprezo que McCloskey aparenta ter com relação à verdade residam no equívoco de não se diferenciar aquelas verdades, com “v” minúsculo, das Verdades com “V” maiúsculo. Na opinião de Fernández, *ibid*, é para com esse segundo caso que McCloskey dirige a maior parte das suas críticas. Mas, ao mesmo tempo em que defende o ponto de vista de McCloskey, Fernández observa que nem mesmo entre os “retoricistas” há acordo com relação à importância da Verdade para a retórica, tanto no ponto de partida, quanto no de chegada.

Ainda com relação a esse tema, destaca-se a visão de ARIDA (1983) que, muito embora também não proponha a necessidade da argumentação partir de elementos *reais* ou *verdadeiros*, e de que tampouco defenda que a retórica conduza a pesquisa em direção à Verdade, manifesta suas preocupações com relação ao tema de forma relativamente mais leve, por assim dizer, se comparado às posições de McCloskey. Como se vê, não há elementos para se chegar a alguma conclusão sobre o tema.

No presente trabalho, trata-se a retórica como técnica de *persuasão* independentemente do fato da argumentação partir ou não de elementos *reais* ou *verdadeiros*. Pressupõe-se tão somente que a retórica permite entender, entre outras coisas, as razões do sucesso que determinadas teorias alcançaram na conquista do público especializado. É bem verdade que em alguns casos outras audiências podem ser persuadidas, mas o interesse aqui, nesse trabalho, é para com os membros da comunidade científica na qual o discurso se origina.

Nesse trabalho, consideramos o sucesso de uma das maiores “Revoluções” de pensamento no campo da economia: a ascensão da doutrina keynesiana à condição de *corrente dominante* como estudo de caso desse processo de persuasão de uma audiência especializada. Outros trabalhos anteriores também focalizaram esse mesmo processo, por exemplo, o de ANUATTI (2003). Esse autor analisou os escritos de Keynes com essa preocupação e nisso não se restringiu ao estudo da *Teoria Geral*, pois pesquisou a trajetória desse autor para a conquista da atenção do público especializado e de outros auditórios.

O presente trabalho surgiu a partir das mesmas motivações de Anuatti. Isto é, surgiu da percepção de que a “Revolução” Keynesiana, uma revolução tipicamente kuhniiana, não se fez ao largo de elementos subjetivos, por vezes, ou de técnicas argumentativas destinadas a *convencer* e *persuadir* o público. No entanto, a principal diferença com relação ao trabalho de Anuatti, *ibid*, é que o interesse do autor desse ensaio está exclusivamente voltado ao estudo da retórica na *Teoria Geral*, dado que se entende que essa obra tenha sido o principal *veículo* utilizado para convencer o auditório profissional.

Para a realização deste projeto, entendemos ser necessária a confecção de dois textos. O primeiro deles destina-se a demonstrar a plena compatibilidade de se estudar o uso de recursos retóricos para o estabelecimento de uma comunidade científica, em torno de um paradigma,

apontando a “Revolução” Keynesiana como *exemplo* apenas. O segundo texto deve analisar como os recursos retóricos foram utilizados para reescrever, reinventar e substituir toda uma tradição científica anterior ou mesmo o caótico estágio inicial de uma “ciência”.

Assim sendo, cabe esclarecer que para esse momento, empreende-se o primeiro desses dois trabalhos (o segundo, é o artigo seguinte dessa tese). Isto é, o que se propõe aqui é inserir a retórica no ferramental kuhniano. E, como esse é o primeiro de um conjunto de dois trabalhos, as referências à “Revolução”, em si, situam-se aqui no campo dos exemplos [ou “evidências”] mas não sendo abordadas em pormenores.

Acredita-se ser válida a análise da retórica como uma manifestação das *técnicas* e de estratégias destinados a derrubar e, mesmo em sentido oposto, defender o corpo da *ciência normal*. Algo que se entende como perfeitamente compatível com a obra de KUHN (2000)

Para descobrir como as revoluções científicas são produzidas, teremos, portanto, que examinar não apenas o impacto da natureza e da lógica, mas igualmente as técnicas de argumentação persuasiva que são eficazes no interior dos grupos muito especiais que constituem a comunidade dos cientistas. (KUHN, 2000, p. 128)

### 3.1. A ESTRUTURA DAS REVOLUÇÕES CIENTÍFICAS E AS “PORTAS ABERTAS” PARA UMA ANÁLISE RETÓRICA

A partir da clássica obra “*A estrutura das revoluções científicas*”, publicada em 1962, Kuhn deixou claro que a evolução, o abandono e a substituição das teorias, outrora consideradas *corretas* pelas diversas *comunidades científicas*, encerravam complicações maiores do que a mera aplicação de algum critério de escolha.

O estudo da evolução das “ciências” a partir da constituição, do desenvolvimento e esgotamento e de uma eventual substituição de *paradigmas*, ao longo do tempo, chama a atenção, entre outras coisas, para a postura dos cientistas enquanto pesquisadores. Resumidamente, como se sabe, Kuhn explica o desenvolvimento da “ciência” a partir da constituição de *paradigmas*, modelos analíticos constituídos por um conjunto de teorias e procedimentos de pesquisa e de análise da natureza, desposados pela maior parte dos estudiosos de um determinado ramo do conhecimento. Esse empreendimento a que se chama de “ciência” só é possível, na concepção de Kuhn, quando os cientistas chegam a *acordos* quanto ao que é e ao que não é válido como objeto de estudo, assim como a forma “correta” de analisar esse objeto.

Não é preciso voltar aqui a toda a análise kuhniana a respeito de como esses paradigmas emergem ou se esgotam, ou mesmo de como a *comunidade científica* se divide entre os cientistas *normais* (que os defendem) e os que se opõem aos *acordos* tácitos que governam a prática de uma determinada “ciência”, o que já foi feito no capítulo anterior. Queremos apenas chamar à atenção para alguns pontos adicionais relevantes:

- a) Embora, para Kuhn, a análise empírica *possa* ter grande responsabilidade pelo triunfo inicial de uma teoria sobre as demais, para a fase *científica* caracterizada pela vigência de um

paradigma, ela [a análise empírica] não parece dar conta dessa explicação sozinha. Talvez isso contribua, de alguma forma, para elucidar os mistérios que cercam o fim do estado inicial de confusão, característica da fase pré-paradigmática da ciência, onde diversas escolas competem entre si pela atenção do público.

- b) O sucesso obtido pela ciência *normal*, pesquisa pró-paradigmática destinada a desenvolver o paradigma e a defendê-lo de toda sorte de críticas, na explicação dos fenômenos da natureza, não depende de verificações empíricas *exclusivamente* para a preservação de seu **status** de corrente dominante.
- c) Do ponto de vista kuhniano a ciência é um empreendimento da comunidade científica a partir da constituição de um paradigma, mas isso não significa, como reconhece o próprio autor, que a sua evolução [da ciência] se faça “em direção a algo”.<sup>53</sup>
- d) Contradições entre o “mundo real” e as prescrições das teorias defendidas pelos cientistas normais, frequentemente, não são suficientes por elas mesmas para derrubar paradigmas ou mesmo parte do conjunto de crenças desposadas pelos seus defensores.
- e) Os cientistas *normais* não são necessariamente “puros” ou ingênuos a ponto de abandonarem suas *crenças* seja diante de negações claras das predições de suas teorias quando confrontadas com a natureza, seja no plano puramente teórico ou, sequer darem ouvidos (praticar conversações civilizadas,) aos críticos do paradigma o qual defendem,.

Assim, levando em consideração os quatro primeiros pontos, não restam dúvidas de que o esquema kuhniano permite explicações externas aos paradigmas ao descrever a maneira pela qual uma determinada visão de mundo, dentro da ciência, atinge a condição de corrente dominante em determinado campo de pesquisa. Parece óbvio também que não é possível explicar a derrocada de uma tradição científica, diante de um conjunto amplo de *anomalias*, exclusivamente a partir dessa inadequação das teorias que governam a pesquisa *normal* no estudo dos seus objetos, face a impossibilidade de colocar remendos aqui e ali.

A análise do sucesso e/ou da derrocada de um paradigma é um fenômeno que pode ser analisado a partir de uma ótica multidisciplinar. No entanto, a postura dos cientistas *normais*, quando da vigência de um paradigma (fase pós-paradigmática da ciência), deve, em tese, restringir o espaço para a conversação a partir de elementos argumentativos externos ao seu *grupo*. Todavia, isso não significa que na conversação entre eles - e no processo de multiplicação de seus seguidores - a retórica esteja excluída.

Conforme observam BIANCHI e NUNES (2002) as tentativas de enquadrar a ciência econômica (a forma como se deu a sua evolução) dentro de um esquema analítico kuhniano não são

---

<sup>53</sup> E é bastante clara a idéia por tras desse “algo” a que se refere KUHN (2000, p. 213), nesse trecho da sua obra que se transcreve aqui: “O processo de desenvolvimento [da Ciência] descrito nesse ensaio é um processo de evolução a partir de um início primitivo – cujos estágios sucessivos caracterizam-se por uma compreensão sempre mais refinada e detalhada da natureza. Mas nada do que foi ou será dito transforma-o num processo em direção a algo”. Sem nenhuma alteração de significado, poder-se-ia reescrever o parágrafo substituindo “em direção a algo” por “em direção à Verdade”.

idéias novas, por assim dizer.<sup>54</sup> Mas o que se vê nesses trabalhos é a tentativa de demonstrar, seja através de elementos internos ao sistema analítico, seja por análises no âmbito externo (com apelos ao papel desempenhado pelas instituições e as interações sociais que se cercam) que a economia evolui através da constituição, competição e substituição de paradigmas. O que não fica claro, no entanto, é o papel, o grau de importância, que os elementos externos desempenham nas Revoluções. Melhor dizendo: seriam esses elementos externos determinantes do sucesso de uma “Revolução”? E, dentre eles, quais seriam os elementos mais relevantes?

A primeira pergunta pode ser facilmente respondida: não. O fracasso da ciência *normal* em defender seu paradigma se deve principalmente a um conjunto de elementos ligados ao poder de explicação do mesmo, embora elementos “exteriores” possam precipitar ou postergar a dissolução dos *acordos* partilhados pelos pesquisadores *normais*. Quanto à segunda pergunta, aí reside uma porta aberta para todo o tipo de explicação, ainda que as mais comuns apontem para aspectos originados nos campos da sociologia, da política e da psicologia como uma saída, especialmente no caso das “ciências” sociais. E se existe uma porta aberta, “*Rhetoric is good for you!*”, por que não?<sup>55</sup>

Ao se defender a análise do papel da retórica nas “Revoluções” científicas, não se está dizendo que ela, situada ao mesmo tempo no campo dos elementos exteriores como também na própria dinâmica de evolução da ciência, possa preencher por completo as lacunas do esquema kuhniano. Continuarão sendo válidas, para esse fim, as análises históricas, sociológicas etc. Não se considera possível, portanto, determinar claramente o elemento *determinante* para explicar o sucesso do *establishment* “*normal*”, nem sua derrocada.<sup>56</sup> Reduzir tudo à retórica é, portanto, um exagero; algo que pode ser entendido a partir das considerações de PRADO (2003, p.2)

O homem, pois, não está aprisionado na trama da linguagem e das tradições culturais; ele tem constantemente de enfrentar o mundo concreto, experimentando a crítica irrevogável da prática. Os cientistas, por outro lado, não convivem de fato numa comunidade de pessoas puras, simplesmente honestas, que empregam a linguagem de um modo comunicativo visando fazer a verdade resplandecer, para o bem de todos. Algo como isso vem a ser apenas um pressuposto necessário e não eliminável, que Habermas chama de “comunidade ideal”, e que é negado pelo modo institucionalizado de produzir conhecimento nas diversas esferas da ciência.

---

<sup>54</sup> Os autores apontam, por exemplo, para os trabalhos de GORDON, D. (1965) *The role of the history of economic thought in the understanding of modern economic theory*. **American Economic Review**, v. 55, n. 2. COATS, A. W. (1969) *Is there a structure of scientific revolutions in economics?* **Kyklos**, v. 22, p. 289-97 e ARGYROUS, G. (1992) Kuhn’s paradigms and neoclassic economics. **Economics and Philosophy**, 8: 231-248 e suas conclusões acerca da existência de um único paradigma na economia (o do auto-interesse), bem como o trabalho de BRONFENBRENNER, M. (1971) *The structure of revolutions in economic thought*. **History of Political Economy**, v.7, n 4., p. 399-433 e a constatação da demarcação de três revoluções científicas no campo da economia (onde a Revolução Keynesiana é apontada como um dos mais claros exemplos de adequação à metodologia de Kuhn)

<sup>55</sup> Um dos *slogans* de McCloskey.

<sup>56</sup> Como observa SILVEIRA (1991) nem a maneira puramente abstrata tão característica do paradigma que há mais tempo governa a Ciência econômica, nem a redução ao empirismo de muitos de seus críticos, parecem corretas. Todavia, em grande parte dos trabalhos nessa área, ainda somos ora reféns do “vício ricardiano”, ora reféns do “vício empirista”.

Se a retórica não dá conta de tudo e se a aplicação de algum método em particular de descrever a evolução das ciências, principalmente no caso das “ciências” sociais, pode ser igualmente contestada, talvez seja o caso de endossar as práticas metodológicas pluralistas para se obter melhores resultados.

Em linha com trabalhos anteriores, como é o caso de BIANCHI (1992) - onde se defende o pluralismo metodológico nas ciências - o texto de BIANCHI e NUNES (2002) estabelece uma ligação clara entre o esquema analítico kuhniano e a retórica, ao analisarem as raízes do sucesso das grandes “Revoluções” do pensamento econômico. Ao apresentarem os paradigmas como “exemplares”, o papel dos manuais para o desenvolvimento das ciências é revisitado, e a leitura dos mesmos a partir da idéia de que reproduzem o conhecimento “canonizado” não é incompatível com uma leitura de *invisibilidade das revoluções à la Kuhn*, muito pelo contrário. Os manuais constituem-se assim na síntese de um conjunto de textos canonizados (portanto, os não-canonizados são deixados de fora) chegando-se ao mesmo resultado do processo de limpeza empreendido pelos cientistas *normais*, ao tentarem apagar da história os vestígios de paradigmas anteriores.

Analisando também a relevância de análises externalistas nas “Revoluções”, apontam para a importância dos fatos e pressões sociais e “*institucionais*” [caso mais discutido em NUNES (2003)] como co-participes do processo. As conclusões a que chegam apontam para a plena compatibilidade entre a análise retórica e a metodologia dos paradigmas de Kuhn. Uma completa a outra. A eleição de *cânones* (ícones a serem seguidos) facilita o surgimento da rede de acordos entre a comunidade científica, unifica o discurso, favorece o avanço do paradigma, está presente em todo esse processo.

57

Mas o aspecto mais convidativo do texto de BIANCHI e NUNES (2002) diz respeito à tentativa de ligar o presente ao passado, invocando-se a autoridade de “cânones” da ciência. Assim como aparece em Kuhn, a literatura canônica também evidencia a tentativa da comunidade científica de demonstrar certa linearidade nos construtos teóricos. Os cânones do passado são apresentados à luz das necessidades presentes. Os diferentes contextos são ignorados, procura-se aqui e ali os embriões dos construtos do presente. A história é submetida a toda espécie de violação nessa empreitada.

### 3. 2. A RETÓRICA NOS PARADIGMAS:

---

<sup>57</sup> Em “Conversas com economistas brasileiros”, Luiz Carlos Bresser-Pereira defende também haver plena compatibilidade entre a obra de Kuhn e a Retórica: “Em 1960, surge Kuhn e uma grande revolução metodológica: ele, que não era sociólogo, que não era filósofo, era cientista, físico e, portanto, acima de qualquer suspeita, escreve uma obra-prima, *A estrutura das revoluções científicas* [1962]. Eu acho que é o livro mais importante de metodologia que foi escrito nesse século, em que ele mostra que a verdade científica era aquela que a comunidade científica acreditava como tal. Essa é a idéia fundamental de Kuhn. (...) [nessa obra] a honestidade e o rigor continuam sendo coisas extremamente importantes para se fazer pesquisa científica. Isso assentado, é óbvio que estava aberto o espaço para a Retórica, porque a Retórica não é outra coisa senão a arte de convencer a comunidade científica de que aquilo é verdade. E foi por isso, provavelmente, que Pérsio Arida e McCloskey escreveram em 1983, simultaneamente, duas obras-primas, que são os seus artigos sobre esse assunto. A importância atual da Retórica é apenas uma decorrência das conclusões de Kuhn” (BRESSER-PEREIRA, 1996, p.178)

Tanto no processo de desenvolvimento, bem como na defesa e também no ataque aos paradigmas, cientistas *normais* e *revolucionários* argumentam, e portanto empregam a retórica. Se o paradigma é um *acordo* ou um conjunto de compromissos entre pares científicos, não é preciso ir muito longe para reivindicar algum papel para o *discurso* nesse processo. Assim como no casamento religioso, existe um rito (ainda que no caso dos cientistas não seja necessária a presença física dos compromissandos) de se prometer “ser fiel e respeitar (...) na alegria e na tristeza, na saúde e na doença, *até que a morte os separe*” o conjunto de compromissos assumidos naquele momento. De igual forma, vale lembrar que, tanto num caso como em outro, a passagem do estado de “solteiro” (livre de compromissos) para o de “casado” é resultado, de alguma forma, de processos de *persuasão* e *convencimento*. Também quanto à finalidade, o padre, no caso do casamento, apelando para o texto canonizado, repete as palavras sagradas “*crescei e multiplicai-vos*”.

Quando Kuhn descreve já no prefácio da edição de 1962 de “*A estrutura das revoluções científicas*” os paradigmas como sendo “*as realizações científicas universalmente aceitas*”, já está considerando alguma espécie de julgamento das teorias. Mas isso só fica de alguma forma evidente na introdução e no primeiro capítulo da obra, ao descrever o processo de competição de teorias de naturezas completamente distintas, na fase pré-paradigmática da ciência. É difícil, para Kuhn, determinar naquele momento, com exatidão, o elemento que deflagra o processo de convergência da comunidade de cientistas isolados em torno do candidato a paradigma. “*Um elemento aparentemente arbitrário, composto de acidentes pessoais e históricos, é sempre um ingrediente formador das crenças esposadas por uma comunidade científica específica numa dada época*” (KUHN, 2000, p. 23).

Esse elemento arbitrário, no caso das “ciências” sociais, poderia ser originado até mesmo de fora de um campo específico de estudos científicos. Assim, “revoluções” culturais poderiam influenciar, de alguma forma a política, por exemplo. Mudanças bruscas na estrutura social poderiam interferir na economia, etc. Elementos exteriores ao campo de estudo cumprem aí algum papel, portanto. Mas, como o próprio autor reconhece, não dedicou muito esforço (resumiu-se a apontar alguns exemplos no campo da Física) para a explicação do papel que cumpririam. Todavia, que fique claro, nesse clássico de Kuhn, uma vez estabelecido um paradigma num determinado campo de estudo, somente outro paradigma pode destituí-lo. Assim, não é exagero algum concluir que, se elementos exteriores cumprem algum papel nas “Revoluções”, eles não são determinantes para explicá-las.

Toda a ciência *normal* trabalha em cima dos problemas, métodos e soluções que, em última instância, resultam de um processo de *escolha* de um teórico ou de um grupo reduzido desses mesmos. Assim, a emergência de um paradigma não se faz necessariamente a partir de uma leitura que *espelhe* a natureza. Os problemas relevantes, as teses defendidas e os métodos adotados são *escolhidos*, defendidos e postos em prática pelos membros desse paradigma. O apelo com relação à aderência das teorias do paradigma à “realidade”, por meio da “observação dos fatos”, é considerado

ingênuo por Kuhn, assim como para os retóricos.<sup>58</sup> Isso porque tanto para o primeiro, quanto para os últimos, a interpretação desses fatos não se faz livremente, sem o recurso a algum conceito ou visão de mundo pré-estabelecida.

Mas, aplicar o modelo teórico kuhniano para a explicação da evolução das “ciências” sociais, frequentemente, resulta em alguma objeção. ASSIS (1993), por exemplo, dirige pesadas críticas aos que se aventuram nessa direção. Segundo ele, acumulam-se trabalhos que se destinam a enquadrar algum ramo do conhecimento social no esquema explicativo kuhniano. Os cientistas sociais buscam, a todo o momento, descobrir paradigmas no processo de evolução das suas “ciências”. Tal tarefa é por ele apontada como uma necessidade de dar maior cientificidade a elas.

A preocupação dos cientistas sociais com o status de cientificidade de sua disciplina recua, para Eckberg & Hill (1979:129),<sup>59</sup> “até Comte”. Essa preocupação, continuam, “implica a idéia de que o padrão segundo o qual a ciência social deve ser medida é o sucesso da ciência natural”. Esse tipo de preocupação traduz-se no que acima se denominou necessidade de parecer científico. Claro que o ideal é tornar-se científico, ou, como Wolin (1968)<sup>60</sup> pretende, “descobrir-se científico”. Mas, se esse ideal não se puder cumprir por algum motivo, serve, para início de discussão, parecer científico. (ASSIS, 1993, p.153)

Lembrando que o próprio Kuhn teria questionado a condição ou **status** superior que a ciência ocupa com relação a outros tipos de conhecimento, ASSIS (1993), aponta para a armadilha em que caem os que tentam forçar o enquadramento de uma “ciência” social no modelo de sucessão de paradigmas. Todavia, e ele mesmo concorda com isso, se a ciência não é necessariamente melhor que outra forma de conhecimento, ela, pelo menos, *parece ser* aos olhos da maioria. Não é exagero, portanto, dizer que o caráter “científico” *qualifica* a teoria de forma que esta *pareça* se aproximar mais da Verdade.

Entre as razões que enumera para a desqualificação de uma abordagem kuhniana das “ciências” sociais encontram-se a:

- *complexidade*. Enquanto a física estuda eventos monótonos, a sociologia (ou a antropologia ou a política) estuda eventos em que intervêm fatores demais, o que torna qualquer situação difícil de controlar;
- *autodecepção*. Enquanto os objetos físicos não sabem o que se passa com eles, os objetos das ciências sociais o sabem. Assim, podem atuar contrariamente a suas intenções declaradas, frustrando qualquer possibilidade de pesquisa;

---

<sup>58</sup> A respeito da caracterização do elemento retórico no procedimento de seleção dos dados Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) escrevem: “O papel da seleção [dos dados] é tão evidente que, quando alguém menciona fatos, deve sempre perguntar-se no que estes podem servir para confirmar ou para invalidar. (...) essa escolha também predomina nos debates científicos: escolha dos fatos julgados relevantes, escolha das hipóteses, escolha das teorias que se acreditará dever-se confrontar com os fatos, escolha dos próprios elementos que constituem os fatos. O método de cada Ciência implica uma escolha assim, que, relativamente estável nas Ciências naturais, é muito mais variável nas Ciências humanas”. (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.132).

<sup>59</sup> ECKBERG, D; HILL, Jr., L. *The paradigm concept and sociology*: a critical review, 1979. In Gutting (ed.) *op. cit.*, 1980, p. 117-136

<sup>60</sup> WOLIN, S. *Paradigms and political theories*, 1968. In Gutting (ed.), *op. cit.*, 1980, p. 160-191.

— *dificuldade em determinar o que seja um experimento*. Enquanto em física é possível construir modelos que reproduzam características consideradas essenciais num sistema, para estudo controlado, o mesmo não pode ser feito com sujeitos humanos;  
— *repetibilidade*. Um experimento em física pode ser repetido à vontade. Mas, numa sociedade humana, nada de análogo a um experimento pode ser feito. Não é possível repetir situações passadas. (ASSIS, 1993, p.153)

Essas críticas ao enquadramento das “ciências” sociais na metodologia da superação de paradigmas empreendidas por Assis, *ibid*, não são novas. Outros trabalhos chegam às mesmas conclusões. É provável que exista mesmo uma razão para criticar a reivindicação de cientificidade para muitos ramos da “ciência” social. Talvez fosse melhor delegar logo à Física o título de única “ciência” e deixar toda essa discussão de lado. Antes, porém, algumas perguntas deveriam ser respondidas: Todos os ramos das “ciências” sociais encontram-se igualmente limitados por essas quatro características? E, mais importante, estaria a Física *completamente* livre das mesmas?

Pode ser que, devido ao fato de ter se tornado comum a utilização da análise de evolução e superação de paradigmas nas “ciências” sociais, desencadeada após a publicação da obra de Kuhn, que o próprio ASSIS (1993, p. 153-154) tenha percebido a necessidade de defender o seu raciocínio, de alguma forma, a partir da negativa da sua tese e para isso recorre a Hempel <sup>61</sup> afirmando que, segundo este último,

“A física também estudaria fenômenos irrepetíveis e complexos; a questão é que ela possui um conjunto de critérios de relevância para separar o que é repetível do que é temporalmente determinado, ou seja, do que é individual. Quanto à autodecepção e à possibilidade de se montar experimentos, métodos estatísticos tipo duplo-cego poderiam circundar o problema” Assim, para Hempel, a física não diferiria das ciências sociais a não ser em grau. Quando a diferença é de grau e não de qualidade, passa a ter sentido tentar atingir o grau superior na escala. Hempel dá legitimidade às pesquisas que visam a encontrar leis gerais de tipo causais para as ciências sociais e para a história.

Assis, *ibid*, acredita também que a descrição kuhniana das fases pré-paradigmáticas das ciências, aquela confusão [diríamos, *tensão essencial*] devido à competição entre diversas escolas postulantes à condição de paradigma é que daria algum subsídio para a tese de que as “ciências” sociais seriam “ciências” nos seus estágios iniciais. Mesmo assim, ele se opõe a essa visão dizendo que não há argumentos que sustentem essa posição.

Em que pesem as posturas semelhantes à adotada por Assis, cabe lembrar que todo o empreendimento científico foi analisado por Thomas Kuhn. Em última análise, “ciência” é a prática de estudos e pesquisas realizadas por uma comunidade científica em torno de um paradigma, que determina a forma como se dá esse processo.

Há muitos inconvenientes em se buscar a adequação das “ciências” sociais no esquema kuhniano. Uma longa lista poderia ser citada a esse respeito, ainda que uma das primeiras críticas se desse a partir do clássico confronto entre Kuhn e LAKATOS (1979) e seus Programas de Pesquisas Científicas (PPCs), já que estes *parecem* ser mais adequados para a explicação do processo de

---

<sup>61</sup> HEMPEL, C. *Aspects of scientific explanation*. New York: The Free Press, 1965.



evolução das “ciências” multi-paradigmáticas, uma vez que estas estão sujeitas a certas adaptações periféricas que circundam seu núcleo de crenças. Também é o caso de se analisar outras particularidades: Se na Física, tanto os dados como os experimentos controlados podem ser questionados, o que se dirá nas “ciências” sociais? Mas, um inconveniente muito maior, e pouco explorado, diz respeito ao julgamento da adequação de qualquer método de se contar a evolução da ciência, enfatizando o papel de elementos da história. Estará a história livre de controvérsias?

Quando se defende, como é o caso desse trabalho, uma abordagem metodológica pluralista da ciência está-se reconhecendo implicitamente que nenhum método definitivo de *explicar* [e, muito menos, *prescrever*] a maneira “correta” de como se “faz” ou deve-se “fazer” ciência tenha sido atingido. Assim, não é sem alguma imperfeição que se adotam os métodos. Argumentos contra e a favor sempre vão existir, faz parte da conversa entre os cientistas.

Voltando ao esquema kuhniano propriamente dito, viu-se no princípio dessa seção que, no processo de formação de um consenso entre os diversos cientistas ou escolas isoladas em torno de um conjunto de compromissos escolhidos, seja por um único cientista (um futuro cânon), seja por um grupo destes, há algum papel reservado para a *persuasão* e o *convencimento*. Comprovações empíricas da validade das teorias não sustentam a conversão dos cientistas à filosofia do paradigma. Isso porque, como observa KUHN (2000) a simples interpretação dos dados depende da forma e de quem os vê. É preciso, pois, estar condicionado de alguma maneira para poder enxergá-los.

Como se sabe, a emergência de um paradigma não se faz sem algum apelo ao passado em termos de idéias, estudos e teorias e mesmo valores pré-concebidos (e isso vale tanto para o caso do primeiro paradigma constituído, como para o caso em que um paradigma sucede outro). KUHN (2000) reconheceu na retórica algum papel entre os elementos “arbitrários” que explicam o sucesso de um paradigma. Nesse sentido, não é nenhum exagero dizer que os defensores do candidato a paradigma podem recorrer assim a argumentos de alguma autoridade específica, bem como a valores cristalizados na sociedade para, a partir daí, conhecendo melhor o público, articularem o conjunto de compromissos a serem assumidos e partilhados na nova comunidade científica.

Por implicar na eleição (ou *escolha*) de problemas relevantes, o paradigma terá impactos diferentes sobre as mentes ao ser apresentado à uma platéia diversificada. A *persuasão* e o *convencimento* do auditório, de membros de um determinado ramo científico, podem acelerar o processo de conversão dos cientistas isolados para a condição de cientistas *normais*. Lembrando que KUHN (2000) atribuiu a alguns elementos “até certo ponto arbitrários” a responsabilidade pela constituição dos paradigmas, encontramos em Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) uma explicação mais *objetiva* para a constituição dos *grupos* de pesquisadores diante do caso de uma “ciência” ainda sem paradigma, uma explicação bastante plausível para a aderência dos pesquisadores e/ou pequenos *grupos* isolados aos ditames do paradigma.

Ainda que o tenham feito para uma análise de comportamento geral, é fácil transpor as idéias apresentadas por PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA (1996) acerca da tendência dos indivíduos aglutinarem-se, constituindo “*grupos*” também no campo das ciências. Para os autores

supracitados a tendência a constituir grupos tem por finalidade prestar *solidariedade* para com aqueles que apresentam alguma forma similar de ser, agir ou pensar sobre a natureza. Quando alguém passa a pertencer a um grupo, é porque características pessoais semelhantes aos demais membros parecem ser bastante evidentes e, por isso mesmo, facilitam o rápido processo de identificação.

Ocorre que, como decorrência de um processo circular, nesse caso, uma vez que alguém pertence a um *grupo*, espera-se que manifeste as características do *grupo* e é justamente por isso que esse indivíduo pensa duas vezes antes de agir, a partir de então. Isso porque não é apenas a sua consciência que lhe repreenderá em caso de *má-conduta*. Tanto o prestígio como o seu revés, em termos de valores e crenças perante os demais de que goza o *grupo*, residem num complexo de relações entre o indivíduo e o *grupo* a que pertence e, a maneira como ambos são percebidos diante de todo o resto da sociedade ou comunidade, em particular.

Se o *grupo* é composto por indivíduos dignos de grande prestígio, então esse *grupo* passa a ser prestigiado. Igualmente, a todos os membros do *grupo* prestigiado empresta-se parte do prestígio do *grupo*.<sup>62</sup> Nesse ponto, seria então racional (e não “arbitrária”) a adesão de cientistas isolados ou mesmo membros de grupos decadentes ao *grupo* que adquire mais prestígio.

Cumprir acrescentar que, até aqui, sustentou-se que o esquema explicativo kuhniano da evolução das “ciências” permite análises adicionais (incluindo elementos completamente exteriores) para explicar o sucesso da emergência dos paradigmas. Note-se, porém que a ênfase dada neste trabalho foi para a fase pré-paradigmática da ciência ou, no princípio da tradição e afirmação do paradigma recém constituído. Nada se falou a respeito do papel da retórica nas fases mais avançadas da ciência, isto é, quando o paradigma já tenha se firmado. Isso não se deve à crença de que a retórica não tenha, nesse último caso, algum papel. Pelo contrário, grande parte das “evidências” do uso da retórica na economia que MCCLOSKEY (1998) apresenta, por exemplo, se dá precisamente nessa fase. Mas é nesse ponto que talvez se encontre o ponto fraco na tese do elo perdido entre os paradigmas e os cânones nas ciências, quanto mais *duras* elas forem.

Isso porque, se retórica é, como quer McCloskey, *ibid*, uma caixa de ferramentas usadas para *persuadir*, há que se perguntar a quem se quer persuadir. Para a ciência que evolui através de paradigmas, na medida em que estes se desenvolvem, fica bastante evidente que as conversas se encerram, ou se vêm bastante cerceadas. A única saída, em condições de estabilidade do paradigma, para os problemas que se apresentam à comunidade está garantida pelo próprio paradigma, como defende KUHN (2000).

Mas, mesmo nesses casos, os recursos de retórica serão utilizados nos trabalhos acadêmicos, nos artigos que se apresentam em congressos científicos, nos manuais etc. No entanto,

---

<sup>62</sup> “O valor do ato depende, como sabemos, do prestígio do indivíduo; o valor do indivíduo depende do valor que se atribui ao grupo; pessoa e grupo desempenham, com relação aos atos e aos indivíduos, um papel análogo, que pode conjugar-se. O grupo se orgulhará da conduta daqueles que considera seus membros, em geral se desinteressará de ocupar-se de estranhos”. (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 369)

não haverá espaço para a *sprachethik*; <sup>63</sup> não haverá a tão clamada *conversa civilizada* entre os cientistas. E, justamente por isso, parte essencial das questões que daí poderiam surgir, seria ignorada. A postura dos poucos “radicais” ou “excêntricos”, dos contrários ao paradigma vigente, fará parte do “diálogo dos surdos”. Daí entende-se que a retórica terá um papel mais importante nas ciências multi-paradigmáticas, por serem elas caracterizadas por certezas historicamente delimitadas da realidade, devido ao fato de *não* serem poucos os que se opõem ao paradigma dominante e, que nesses casos, o período de predomínio desse paradigma nessas ciências é relativamente mais curto, se comparado com as ciências naturais. O auditório das “ciências” sociais também é mais segmentado e, freqüentemente, mais crítico se comparado aos auditórios das ciências naturais.

Uma vez que a discussão da retórica das revoluções científicas na economia [seção que segue] encontra-se inserida, neste trabalho, em grande parte, na discussão da fase pós-paradigmática, ali serão resgatados alguns pontos relevantes acerca da retórica em plena vigência de um paradigma.

### 3. 2.1. A retórica nos paradigmas: um olhar para a economia.

Na fase da ciência caracterizada pela vigência de um paradigma, encontramos também, a todo o instante, recursos de retórica sendo utilizados para consolidar o conjunto de crenças compartilhadas pela comunidade científica. Desde a escolha dos dados fornecidos pela natureza (os quais servirão ao propósito de comprovar teorias alinhadas com o paradigma) aos ritos acadêmicos mais simples, seja na escolha dos temas relevantes a serem pesquisados nos trabalhos de conclusão de curso, seja nos critérios utilizados para selecionar trabalhos acadêmicos nos congressos [dando-se preferência aos trabalhos na “fronteira” do conhecimento, no sentido em que ARIDA (1983) define “fronteira”] seja num caso ou em outro, a retórica se faz presente.

De igual forma, o papel que desempenham os manuais e suas viesadas narrativas da história de uma ciência, implicando em sacrifícios consideráveis de parte das verdades outrora descobertas nessa mesma ciência, constitui-se em parte do processo de arrebatamento de seguidores do paradigma e é retórica pura. Desde a argumentação desenvolvida nesses manuais, desde a seleção de dados, do apelo às autoridades da área para estabelecer *convenções* - que de outra forma não pareceriam razoáveis - até as demonstrações das aplicações bem sucedidas da(s) teoria(s) na explicação da “realidade”, faz-se uso das ferramentas da retórica.

No campo da economia, esse processo não é diferente. No clássico trabalho de PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA (1996, p. 192) encontra-se como exemplo de uso da *metáfora* na defesa de teorias, uma referência à mais clássica passagem da *Riqueza das Nações* de Adam Smith, onde este argumenta que o indivíduo, buscando seu proveito pessoal, serve também ao interesse geral: “(...) *ele só tem em vista seu próprio ganho e, nisso como em muitos outros casos, é conduzido por uma mão invisível a promover um fim que não fazia parte de sua intenção*”. A esse respeito, Perelman e Olbrechts-Tyteca, *ibid*, p. 193, observam que, dificilmente, alguém acreditaria

---

<sup>63</sup> Termo utilizado por McCloskey em várias obras, inspirado na idéia de *ética no discurso* de Jürgen

que Smith estivesse se referindo a uma mão de carne e osso, “*mas o ouvinte sente que essa mão invisível deve persuadir que a harmonia entre o interesse individual e o interesse coletivo não é devida ao acaso*”.

Em linha com Perelman e Olbrechts-Tyteca, *ibid*, MCCLOSKEY (1998) também chama a atenção para as metáforas como instrumentos de sustentação de teorias na economia. Esses, entre outros artifícios amplamente utilizados, servem também para justificar uma de suas proposições mais famosas, a de que “*economics is a collection of literally forms, (...) not a science. Indeed, science is a collection of literally forms, not a Science. And literally forms are scientific*”(MCCLOSKEY, 1998, p 21). Isso já adianta uma questão bastante explorada pelos críticos ao “projeto retórico”<sup>64</sup>. Ao comparar a “ciência” econômica com a literatura, McCloskey frequentemente se vê sob os ataques de quem enxerga nesse procedimento a diminuição da “qualidade” do empreendimento científico na área.

Assim como Margaret Masterman<sup>65</sup> o fez com relação à primeira edição de “*A estrutura das revoluções científicas*” de Thomas Kuhn, quando ela criticou as vinte e uma “diferentes” conceituações de seus paradigmas, atacou-se também as “diferentes definições” da retórica assumidas ao longo da obra de McCloskey. Criar a confusão é uma estratégia, por vezes, bem sucedida na ciência. Assim como em Kuhn, muito do que era “diferente” tratava-se, na verdade, de conseqüências óbvias do que era o mesmo. A “caixa de ferramentas” de McCloskey não é contradita por nenhuma outra definição que faz da retórica em sua obra. E quanto à economia, não parece haver dúvida de que McCloskey não a está reduzindo enquanto “ciência”, quando faz tal comparação com a literatura. Se fosse o caso de “desqualificar” alguma coisa, esta seria a própria “ciência”<sup>66</sup>. Mesmo assim, os argumentos seriam discutíveis.

*Economic is scientific, I am claiming, but literary too. Saying that something is “literary” is saying that you can talk of it in ways that sound like the thing people say about drama, poetry, novels, and the study of them. Look for example at the performative character of the sentence “Economics is scientific”. The sentence carries with it the implication that things can be said about economics and economies that use mathematics; the economists will emulate the rhetoric of controlled experiment, that economists will have “theorems” from the mathematics and “findings” from the experiments. That will be “objective” (whatever the word might mean); and even that the world it constructs, to use Nelson Goodman’s way of talking, will have a certain character, of maximizing and equilibrium, captured in the perspicacious phrase, “the unreasonable effectiveness of mathematics”. All these implications about economics are persuasive (McCloskey, 1998, p.23)*

---

Habermas.

<sup>64</sup> Referência ao esforço conjunto de Arjo Klamer e D. McCloskey pela divulgação do papel da Retórica na economia. Ver FERNÁNDEZ (2003)

<sup>65</sup> MASTERMAN, M. **A natureza de um paradigma**. In: Lakatos (1979).

<sup>66</sup> Nas referências a McCloskey, o “c” maiúsculo e minúsculo [em português, ou “s” e “S” em inglês] também não é desprovido de um propósito.

Da definição dos mercados pelas interações entre “curvas” de oferta e demanda à teoria dos jogos, da quase “incontestável” lei da demanda [não o é, por exemplo, para McCloskey]<sup>67</sup> à teoria do capital humano, assim como no consagrado “modelo” de crescimento de Solow, a retórica é utilizada a todo o instante para *persuadir* os auditórios de que as teorias representam a Verdade, independente das desagradáveis observações em contrário.

*Few would deny that economists frequently use figurative language. Much of the pitiful humor available in a science devoted to calculations of profit and loss comes from talking about “islands” in the labor market of “putty-clay” in the capital market or “lemons” in the commodity market. The more austere the subject the more fanciful the language. We have “turnpikes” and “golden rules” in 1960s-style growth theory, for instance, and long disquisitions on what to do with the auctioneer” in 1950s-style general equilibrium theory. (MCCLOSKEY, 1998, p.43)*

Tanto com relação à “lei” da demanda, esse fundamento que está na base de mais de um paradigma da economia, quanto com relação aos “modelos” teóricos elaborados na vigência deles [dos paradigmas] a retórica é utilizada com grande êxito, a julgar pelo sucesso que tais elaborações atingiram na “ciência” econômica, fato facilmente verificado a partir da observação de suas reproduções nos manuais que introduzem as ciências (e nos de nível mais avançado também), da contagem de citações a essas obras em trabalhos acadêmicos, nas conferências e simpósios etc.<sup>68</sup>

---

<sup>67</sup> Considere o caso em que os economistas encontram boas razões para acreditarem na “lei de demanda” (MCCLOSKEY, 1998, p. 24-27): [a exposição que segue é uma síntese dos argumentos de McCloskey sobre o assunto]

A) Mesmo um dos inventores dos sistemas completamente identificados de equações de demanda como Hans Theil, não obteve grande confiabilidade em seus resultados. O mesmo ocorreu com outros trabalhos para diferentes mercados, onde os resultados não foram incontestáveis. Contudo, a utilização de metáfora aqui, um apelo à autoridade ali e a “prova” da lei de demanda será válida.

B) Estudos de HOUTHAKKER e TAYLOR (1970) de todos os bens para o mercado americano demonstraram que esta “lei” é fraca.

C) Alguns economistas têm tentado sujeitar a lei de demanda a alguns experimentos apenas. Alguns deles praticam experiência envolvendo ratos, com os quais a lei “funciona”, e também com alguns seres humanos confusos, com os quais a lei não foi verificada. (BETTAGLIO et al. 1981). Ao que McCloskey acrescenta:

*“(…) Few economists would place more than 15 percent of their confidence in the Law of Demand on the first three reasons in total, leaving 85 percent to literary as against “scientific” rhetoric. You can test whether this true by asking an economist, who will testify to its persuasiveness by introspection (then deny that persuasiveness comes sometimes from introspection). Or in properly modernist (i.e., behaviorist) fashion you can observe what arguments an economist uses when trying to persuade unbelievers, such as students. Much of her argument will rely on introspection, encouraging the students to examine theirs and improve it by critical thinking. She will exhibit the few cases in point she can remember, especially the more extreme cases such as the oil crisis, and will try to build on analogy with products that students do believe follow the law. For the rest she will appeal to the identity of convex utility functions and the authority of the scientific tradition. No matter how sophisticated the class is, it will be a rare teacher, and a poor one who relies much on the econometric results from the data mine and its miners.” (MCCLOSKEY, 1998, p. 27)*

<sup>68</sup> Ainda com referência às “leis” na economia, é interessante a relação das que se mostraram ilusórias na prática, apresentada por SAMUELSON (1966, p. 1539) In: BLAUG (1999, p. 199), como, por exemplo, “a Lei de Bowley, da repartição relativa constante do salário; a Lei de Long, sobre a participação constante da população na força de trabalho; a Lei de Pareto, das desigualdades imutáveis de renda; a Lei de Denison, da taxa de poupança privada constante; a Lei de Colin Clark de um teto de 25 por cento dos gastos do governo e nos

Contudo, se a questão é analisar o papel da retórica nos paradigmas, é preciso observar que uma “recente” revisão a esse respeito, realizada pelo próprio Kuhn, diminuiu-lhe consideravelmente o seu papel. Uma discussão bastante franca foi realizada em OLIVEIRA (2004) a esse respeito. Nesse artigo, sob o convidativo título “*Kuhn contra os kuhnianos*” Oliveira ilustra os desapontamentos de Kuhn com relação a certas extrapolações da mensagem inicial da sua mais famosa obra. Para os que defendem esse externalismo como fonte de tudo, Kuhn observou que:

A própria natureza, seja lá o que for isso, parece não ter parte alguma no desenvolvimento de crenças a seu respeito. O falar de evidência, da racionalidade das asserções extraídas dela e da verdade ou da probabilidade dessas asserções foi visto como simplesmente a retórica atrás da qual a parte vitoriosa esconde seu poder. O que passa por conhecimento científico torna-se, então, apenas a crença dos vitoriosos.

Estou entre aqueles que consideram absurdas as afirmações do programa forte: um exemplo de desconstrução enlouquecida. E, em minha opinião, as formulações históricas e sociológicas mais moderadas que procuram depois substituí-lo dificilmente são mais satisfatórias. Essas formulações mais recentes reconhecem, francamente, que as observações da natureza desempenham, de fato, algum papel no desenvolvimento científico, mas continuam, na prática, não dando informação alguma acerca desse papel – isto é, acerca do modo pelo qual a natureza entra nas negociações que produzem crenças a seu respeito. (KUHNS, 2006, p. 139)

Para OLIVEIRA (2004) as novas considerações de KUHNS (2006) têm endereço certo na visão relativista e pragmática de mundo. Segundo ele, o abalo do sistema de verdades atingiu um ponto jamais imaginado e o papel que a natureza passou a ocupar em tais estudos seria considerado secundário. “*Sua novidade e sua importância não podem, penso eu, ser questionadas. Mas sua rede de efeitos, ao menos de uma perspectiva filosófica, tem sido a de aprofundar, mais do que eliminar a própria dificuldade que se estava buscando resolver.*” (KUHNS, 2006b, p. 109 *apud* OLIVEIRA, 2004).

69

---

impostos; a Lei de Modigliani, da taxa constante da riqueza-renda; a Lei de Marx, da taxa decrescente do salário real e/ou da taxa declinante do lucro; a Lei de Todos, do capital-produção e seu nível. Se essas são leis, a Mãe Natureza é uma criminosa por natureza”

<sup>69</sup> O trecho da obra “*o caminho desde a estrutura*” que OLIVEIRA (2004) cita foi extraído da edição em inglês da obra. Por isso, há alguma diferença entre a sua citação de Kuhn com base nessa edição e a sua correspondente na edição brasileira (que estará grifada) e que segue. Mas, **interessa aqui o contexto mais amplo** das afirmações de Kuhn (cuja fonte é a edição brasileira) desprezado por Oliveira. Observando por esse prisma, acredita-se que Oliveira não tenha compreendido o espírito das afirmações originais.

“Dada essa divergência inicial entre as conclusões a que chegavam os indivíduos, tornou-se urgente determinar o processo pelo qual diferenças de crença eram harmonizadas no percurso até um consenso final no interior do grupo. Ou seja, qual seria o processo por que o resultado de experimentos é universalmente designado como fato, assim como qual seria o processo por que as novas crenças dominantes – novas leis e teorias científicas – acabam sendo baseadas em tal resultado? Essas são as questões centrais para o trabalho da geração que se seguiu a minha, e as principais contribuições a seu esclarecimento não vieram da filosofia, mas de uma nova espécie de estudos históricos e, mais especialmente, sociológicos que a obra de minha geração ajudou a suscitar. Esses estudos trataram, de maneira pormenorizada ao extremo, do processo corrente em uma comunidade, um processo a que essa literatura com frequência se refere como “negociação”. Alguns desses estudos me parecem –me brilhantes, e todos revelam aspectos do processo científico que precisávamos muito conhecer. *Penso que não se pode colocar em dúvida o caráter inovador ou a importância deles. Mas seu efeito final, ao menos de uma perspectiva filosófica, foi aprofundar, em vez de eliminar, a própria dificuldade que se propunham resolver.*” (KUHNS, 2006, pp. 137-138)

Ao que parece, Kuhn teria mudado de opinião. No entanto, ao contrário do que escreve OLIVEIRA (2004) não foi na direção de criticar as outras explicações para o sucesso de um paradigma. As várias referências de Kuhn à retórica, num dos últimos de seus trabalhos em vida [que é a base da crítica aos kuhnianos feita por Oliveira, a saber: KUHN, 2000b) tornam Kuhn muito mais condescendente com o papel da retórica nas substituições ou defesas de paradigmas que as esparsas referências originais aos “elementos arbitrários” na sua obra principal [*A estrutura das revoluções científicas*]. É com a extrapolação, com a magnitude da importância desses elementos da linguagem e da comunicação para as “Revoluções” ou para os “avanços” da ciência, que ele estava preocupado quando, na obra mais recente, se dirigiu aos simpatizantes da retórica. Outra questão pouco explorada por OLIVEIRA (2004) é que essa preocupação de KUHN (2000b) - com os retóricos e outros programas de investigação da ciência semelhantes - já estava garantida por uma proposição explícita em vários momentos da sua “*A estrutura das revoluções científicas*.” a de que apenas uma teoria derruba outra teoria, a desconstrução, pura e simples [ou *desconstrução enlouquecida* como ele se referiu no trecho citado há pouco], não tem utilidade. Isto é, a leitura das proposições retóricas é realizada por Kuhn com os mesmos óculos que PAULANI (2005) utilizou quando chamou os retóricos de “operários da desconstrução”. E a *desconstrução* pela *desconstrução* é incompatível com a obra de Kuhn [nisso, concorda-se com OLIVEIRA (2004)].

Porém, mesmo com essas revisões, Kuhn continua admitindo existir um papel para a retórica na explicação de seus paradigmas. Aliás, a contar pelo tamanho destinado para essa discussão num dos últimos de seus trabalhos [está-se falando de KUHN 2000b], os antigos “elementos arbitrários” foram assumindo uma aparência mais definida e tornando-se mais importantes nessa discussão. A única ressalva objetiva feita ali por Kuhn é de que eles não são mais importantes do que outras questões relativas à própria natureza, na ciência.

### 3. 2.2. “Evidências” do uso da retórica na Teoria Geral

O título dessa seção encerra em si uma contradição: Qual é a necessidade de se apresentar “evidências” da retórica para “provar” a validade do que já se disse até aqui? Por isso, deve-se deixar claro que esse trecho do trabalho foi elaborado tendo em vista, como auditório, aqueles que praticam a ciência *normal*. Para os demais, pode até ser uma leitura “agradável”, mas é absolutamente desnecessária. Esses últimos, provavelmente, já estarão *convencidos* de que tudo o que será dito aqui é “Verdade” [e com “V” maiúsculo mesmo].

Tanto Kuhn como a maioria dos partidários da retórica vêem os “manuais” acadêmicos (aqueles textos que introduzem o estudante ao seu campo de estudos) como veículos destinados a convencê-lo de que certas teorias são verdadeiras e de que, portanto, outras são falsas. Em Kuhn, como se sabe, eles são os “veículos pedagógicos” utilizados pela ciência normal para arrebatar mais seguidores. São também a coleção dos trabalhos que formaram a sua ciência. Geralmente, contam a história de forma linear como que apagando todas as pequenas e as grandes crises características do

processo de amadurecimento científico. Exatamente por isso, são elaborados visando um público específico. Para obter êxito na tarefa de reescrever a ciência, subtraem parte da história dela, escolhem pontos relevantes, dados, experiências, métodos a serem utilizados, enfim, limites estreitos para o pensamento. As experiências bem sucedidas estarão lá, “provando” os acertos do paradigma. A *genialidade* dos fundadores, também estará registrada nesses textos. As autoridades da ciência terão seus feitos ali apreciados e serão “canonizadas” pela comunidade dos cientistas *normais*. Mas, o que há de errado em tudo isso?

ARIDA (2003) identifica o processo de disseminação da ciência a partir dos manuais com a postura *hard science* (dos cientistas que defendem o desenvolvimento de pesquisas na “fronteira” [“fronteira” do quê? Do paradigma, é claro!]). Nesse processo, marginaliza-se o ensino da história das ciências, pois apenas aquilo que interessa, a história escrita ao avesso, a partir da visão de mundo dos cientistas *normais* do presente é a que vale, ponto igualmente demonstrado por Kuhn na *Estrutura das Revoluções*. O apelo às demonstrações de como a ciência evoluiu até o momento se dá a partir da escolha dos pontos que poderiam ser considerados os embriões de teorias “atuais”. Nada, além disso, precisaria ser aprendido, é perda de tempo!

A educação passa a depender do livro texto que conduz o estudante de uma formação genérica à fronteira do conhecimento; como esta modifica-se substancialmente em períodos curtos de tempo, os próprios livros-texto tornam-se rapidamente ultrapassados. Saber ou não teorias formuladas no passado em nada altera a capacidade de avançar a teoria; relega-se a história do pensamento econômico ao status de disciplina eletiva do ponto de vista didático, dispensável, portanto do ponto de vista da formação adequada do economista. (ARIDA, 2003, p 17)

DEANE (1978, p. 86) apontou três grandes obras que influenciaram no desenvolvimento da economia enquanto ciência e que funcionaram como manuais, antes do surgimento da “*Teoria Geral*” de John Maynard Keynes. Para esse autor, a *riqueza das nações* de Adam Smith, os *Princípios* de Stuart Mill e, finalmente, os *Princípios* de Marshall. funcionaram como veículos propagadores do pensamento clássico, como manuais, textos que iniciam o estudante na ciência, ajudando na divulgação, compreensão e consolidação do paradigma na qual se inseriam.<sup>70</sup>

A análise do *prefácio* da mais famosa obra de MARSHALL (1882) nos oferece o típico exemplo da reconstrução da história de uma ciência [no caso, da economia] a partir de uma visão um tanto particular de mundo que “ignora” pontos importantes.<sup>71</sup> Assim, ao falar sobre o propósito de

---

<sup>70</sup> Obviamente, há obras essenciais na constituição de algumas tradições da Ciência econômica que não estão incluídas nessa lista. Certamente, “O Capital” de Karl Marx é o melhor exemplo desses trabalhos omitidos em nossa relação.

<sup>71</sup> Os *prefácios* podem muito claramente serem entendidos como *discursos de abertura* das obras escritas, equivalentes aos que se proferem em conferências. Muito mais do que uma simples introdução, ou mesmo que uma introdução crítica da obra que se apresenta, sobretudo quando elaborados pelo próprio autor, tratam-se de um guia para uma leitura “correta” de suas proposições. Uma análise pormenorizada das diversas obras clássicas no âmbito da economia fará saltar à vista uma diversidade de recursos retóricos. Não raro, faz-se uso de argumentos pragmáticos, de releituras da história da própria Ciência, proclama-se a vitória etc. Diversos dos estratagemas apresentados por SCHOPENHAUER (1997) costumam frequentá-los. Servem, portanto, muitas vezes, ao propósito de conduzir o público por um determinado caminho.



sua obra, apelou para a linearidade dos estudos econômicos que desenvolvia, “resgatando as velhas tradições” e se apresentando como um continuador delas. Marshall faz com que, aos olhos de um leitor desatento (ou ainda não iniciado na ciência econômica) pareça que essa ciência nunca tenha apresentado revoluções, como se Marx, só para dar um exemplo totalmente incompatível com o que ele descreve, nunca houvesse existido.

Assim vê-se que, para Marshall, a economia é uma ciência cumulativa que cresceu a partir dos textos clássicos que ele adapta para as necessidades “atuais” [isto é, daquele momento]. Mas, essa maneira particular de ver o mundo e a evolução da ciência, não é exclusiva de Marshall.

Nos prefácios da *Teoria Geral*, Keynes não deixa por menos ao redirecionar a economia a outras problemáticas, apontando para as “falhas” da teoria anterior no trato dessas questões (as quais não foram objetos últimos de seus estudos, lembremos). Keynes se apresenta como que comovido com as angústias que afligem a sociedade (principalmente, com o desemprego) todas elas desencadeadas pelos equívocos da teoria dominante. Outra vez, a retórica está presente do início ao fim.

O prefácio da edição inglesa, escrito em dezembro de 1935, é praticamente um apelo ao auditório por um pouco de sua atenção. Apenas alguns poucos esclarecimentos formais sobre a estrutura do livro em si são fornecidos. Especificamente, diz que seus estudos estão circunscritos na esfera da produção e do emprego, seus objetos de estudo, portanto. A maior parte desse prefácio é dedicada a outro tipo de reflexão.

Logo no primeiro parágrafo ele diz que está escrevendo um livro dirigido a seus colegas economistas, elegendo-os assim como o seu auditório. Chama a atenção para o fato de que diante da “desgraça” em que caíra aquilo que ele viria a chamar de “economia clássica”, seria necessário que todos despendessem algum tempo à reflexão sobre os problemas da economia. A seguir, cita sem nenhuma hesitação a coerência lógica da teoria tradicional aceita por esse auditório (o qual pretende persuadir, quando restrita à análise da “*superestrutura*” da mesma). Isto é, o ataque à teoria aceita, não se daria então na direção de criticar o raciocínio, a lógica, a capacidade de lidar com essa teoria, ou mesmo às inteligências daqueles que a utilizavam como ponto de partida para os seus trabalhos (aliás, como o próprio Keynes já o fizera antes, faz questão de ressaltar).

Essa estratégia se mostra bem sucedida à medida que mina algumas das resistências do público, por não se mostrar agressiva à moral dos pesquisadores, os quais teriam sido levados ao “erro” por outros motivos. E que motivos seriam esses? Nesse prefácio, ele não dá uma resposta específica, como a que aparece na versão francesa, como veremos. Mas quando afirma que só poderia “*conseguir meu objetivo de persuadir os economistas a reexaminarem criticamente certos de seus postulados básicos através de uma argumentação altamente abstrata e também de muita*

---

Numa classificação aristotélica, poderíamos completar tal argumento dizendo que tem-se aí uma oportunidade de verificar a correspondência do discurso de um determinado autor, com um típico discurso retórico, considerando os *prefácios*, como parte do *exórdio* (No sistema aristotélico, é a parte do discurso destinada a chamar a atenção do auditório)

*controvérsia.*” (KEYNES, 1996, p.27) está apontando para elas [as premissas do modelo clássico] como tendo alguma responsabilidade nesse processo.

O reexame do modelo clássico a partir das premissas, é tarefa para profissionais, público que ele tinha em mente quando escrevia a *Teoria Geral*. Isso fica claro quando diz que “*é a meus colegas economistas, e não ao público em geral, que tenho que convencer em primeiro lugar*” (*ibid*, p.27).

Finalizando esse prefácio à edição inglesa, como desfecho de uma argumentação quase toda em forma de apelo pela atenção do auditório para os argumentos que estavam por vir, descreve o “doloroso” processo de libertação da filosofia com a qual se formou [ou seja, filosofia de seu antigo grupo], travado consigo mesmo, ao longo dos anos, quase que clamando por um comportamento semelhante do ouvinte, concluindo com a famosa frase “*A dificuldade não está nas novas idéias, mas em escapar das velhas, que se ramificam, para aqueles que foram criados como a maioria de nós foi, por todos os cantos de nossas mentes*”.

No prefácio da edição Japonesa, Keynes aponta Marshall como um continuador do ensinamento de Ricardo logo no primeiro parágrafo. Lá, KEYNES (1996, p.35) afirma que a obra de Marshall “em grande parte consistiu em enxertar o princípio marginalista e o princípio da substituição na tradição ricardiana” e que a T.G. “representa uma reação, uma transição no sentido de me afastar da tradição clássica (ou ortodoxa) inglesa”.

Logo após dar esses esclarecimentos, Keynes se mostra otimista com a possível acolhida que poderia ter no Japão dado que os japoneses do Círculo Econômico Internacional de Tóquio teriam escolhido traduzir como primeiro livro para toda uma série de escritos econômicos (chamada Série de Reproduções de Tóquio) os *princípios de economia política* de Malthus. Isso leva Keynes a acreditar que a T.G. por “*ser um livro que descende de Malthus mais do que de Ricardo pudesse ser recebido com simpatia*”. Assim, Keynes intencionou pegar carona com a autoridade de Malthus diante dos japoneses.

Contudo, é somente a partir do prefácio à edição alemã que começaram a aparecer as evidências da preocupação de Keynes com auditórios específicos. Nesse caso, Keynes afirmava que na Alemanha não havia esse domínio da tradição clássica inglesa e que, muito além disso, havia clara discordância com a ortodoxia inglesa entre os partidários da Escola de Manchester e do Marxismo (ressaltando, porém, que ambas eram descendentes de Ricardo). Para o público alemão, suas reflexões o levaram a apontar a linha teórica de Wicksell como “*a argumentação não ortodoxa mais importante*”, mas que teria sido menosprezada pelos próprios alemães.

Assim, Keynes descreveu o que se passava na Alemanha de forma bem diferente do resto do mundo (já que, lembremos, ele afirmou que a teoria clássica era compartilhada por praticamente todo o mundo, no prefácio inglês). Nesse caso específico (e o leitor já verá que não era o único caso específico), os alemães “*bem ao contrário de seus hábitos na maior parte das ciências, contentaram-se por todo um século em ficar sem uma teoria formal de economia que fosse predominante e geralmente aceita*”. Isso levou Keynes a fazer a seguinte reflexão: “*Talvez, portanto, eu possa esperar menos resistência por parte dos leitores alemães do que dos ingleses ao oferecer uma teoria do*

*emprego e da produção como um todo que diverge em aspectos importantes da tradição ortodoxa*". (KEYNES, 1996, p.32)

Já com relação ao prefácio da edição francesa, escrito três anos depois da primeira publicação da *T.G.*, Keynes faz algumas modificações nada acidentais se o compararmos com o prefácio inglês. Além de incluir esclarecimentos teóricos sobre algumas das críticas que apareceram entre 1936 e 1939, numa típica defesa do contraditório [especial ênfase dada à questão poupança-investimento] ele se dirige aos franceses de uma maneira diferente.

Primeiramente, Keynes faz questão de se desculpar perante os franceses, pois "*na França, não houve uma tradição ortodoxa com a mesma autoridade sobre a opinião contemporânea como houve em meu país [Inglaterra]*". Frase interessante, pois ele havia dito em várias ocasiões que a teoria Clássica governava a ciência econômica até então praticamente sem deixar espaço para outros pontos de vista. Como esse não parecia ser exatamente o caso da França, nem o da Alemanha que era completamente distinto dos dois, completa dizendo que "*Se Charles Gide tivesse atingido a mesma influência e o mesmo prestígio de Alfred Marshall, a posição de vocês, franceses, seria mais semelhante a nossa*". (KEYNES, 1996, pp. 37-38). Como se vê, o auditório diferenciado exigiu alguma alteração no discurso de abertura da *Teoria Geral*. A falta de uma autoridade ortodoxa francesa teria contribuído para essa condição especial, menos apegada à visão clássica de mundo.

Mas o ponto que mais chama a atenção nesse prefácio diz respeito à maneira como ele se *identifica*, de alguma forma, com esse auditório [com os franceses]. Como se sabe, ao longo da *Teoria Geral* [na verdade, desde o princípio], Keynes ataca diretamente a obra de um economista francês [J. B. Say], mas nesse prefácio à edição francesa da *Teoria Geral*, as considerações aos equívocos a que a lei dos mercados de Say, inevitavelmente, levaria só aparecem depois de um resgate de uma outra autoridade francesa, a saber: Montesquieu, "*que foi o verdadeiro equivalente francês de Adam Smith, o maior de todos os economistas, muito acima dos fisiocratas em termos de inteligência penetrante, clareza de idéias e bom senso (que são qualidades que um economista deveria ter)*". Depois de todo esse apreço inicial declarado à Montesquieu, é no mínimo curioso que ele não tenha mais sido lembrado na *Teoria Geral*. Talvez esse procedimento seja um exemplo do que PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA (1996, p. 73) escreveram com relação à argumentação perante o auditório.

Tanto o desenvolvimento como o ponto de partida da argumentação pressupõem acordo de auditório. Esse acordo tem por objetivo ora o conteúdo das premissas explícitas, ora as ligações particulares utilizadas, ora a forma de servir-se dessas ligações; do princípio ao fim, a análise da argumentação versa sobre o que é presumidamente admitido pelos ouvintes. Por outro lado, a própria escolha das premissas e sua formulação, com os arranjos que comportam, raramente estão isentas de valor argumentativo: trata-se de uma preparação para o raciocínio que, mais do que uma introdução dos elementos, já constitui um primeiro passo para a sua utilização persuasiva.

ANUATTI (2003, p 284) realizou um estudo interessante no qual alertava sobre a preocupação de Keynes em conquistar diferentes públicos bem antes da publicação da *Teoria Geral*: "*especificamente, Keynes identificava três grandes categorias de audiências ou esferas de comunicação: os economistas profissionais, formadores de opinião ou opinião pública educada e*

*opinião pública em geral*". Para cada público, Keynes se colocou em flancos diferentes: artigos em jornais de grande circulação, entrevistas, debates e transmissões radiofônicas constituíram-se nos meios de propagação de suas idéias, uma espécie de preparação do terreno para a batalha final a ser travada com seus colegas economistas.

A exposição de Anuatti, *ibid*, está repleta de ilustrações que demonstram o processo de penetração das idéias de Keynes em diferentes públicos. Para o caso dos colegas economistas, no entanto, é mais rica quando analisa a comunicação nos periódicos especializados (como por exemplo, o *Economic Journal*). Nesse trabalho, porém, no que se refere ao auditório especializado, Anuatti, *ibid*, foca a atmosfera ao redor daquela que seria a peça fundamental para persuadir esse público. A partir da leitura dos dois prefácios da *Teoria Geral* - citados aqui - é possível estender as considerações de Anuatti, *ibid*, e concluir que Keynes também segmentou a comunidade dos economistas profissionais, ao mesmo tempo em que demonstrava haver unidade entre eles em torno de uma só teoria.

A análise de como Keynes utiliza a retórica na *Teoria Geral* deve se constituir numa tarefa bastante útil para entender como ela pode consolidar um paradigma. De início, sobressai-se o enquadramento da teoria aceita [a teoria clássica] como um caso particular da *Teoria Geral*. Assim, como argumentou por mais de uma vez, ao longo da obra, ela não estaria errada, não seria irracional se valessem as suas premissas. As ressalvas são com relação a essas últimas. Dado que o mundo "real" não corresponde ao mundo dos "cândidos" Clássicos, ela não seria válida em todas as situações, apenas num caso específico [no pleno emprego]. Transformar aquilo que se quer atacar num caso particular de sua tese é retórica. Assim também o é, contar a história de uma forma linear, apelando para os equívocos de toda uma tradição (onde está Marx como alternativa? Clássicos e utilitaristas pertencem ao mesmo mundo, ou *grupo*?). Mas é bem verdade que MARSHALL (1982) também tem alguma responsabilidade nisso, como se viu.

No entanto, Keynes não ignorava os estudos que por vezes destoavam do *hardcore* Clássico. Na passagem a seguir, ele demonstra perceber que apenas um corpo teórico edificado poderia dissuadir os antigos de suas crenças. Ao mesmo tempo em que demonstra perceber que as "evidências" empíricas não são suficientes para derrubar as teorias isoladamente, aproveita para chamar para a conversa uma antiga autoridade, percebendo o acerto que ela teve em reconhecer uma falha na demanda assim como ele próprio [Keynes] estava por fazer.

Na economia ricardiana, que serve de base ao que nos vem sendo ensinado há mais de um século, a idéia de que podemos pôr de lado, sem outras cogitações, a função demanda agregada é fundamental. **Malthus**, na verdade, se opôs com veemência à doutrina de Ricardo de que era impossível uma insuficiência de demanda efetiva, porém, em vão. Não tendo conseguido explicar com clareza (a não ser por fatos da observação prática) como e por que a demanda efetiva poderia ser deficiente ou excessiva, **deixou de fornecer uma estrutura capaz de substituir a tese que atacava**; assim, **Ricardo** conquistou a Inglaterra de maneira tão completa como a Santa Inquisição conquistara a Espanha. Sua teoria não só foi aceita pelos meios influentes de Londres, pelos estadistas e pelo mundo acadêmico, como também **cessou toda controvérsia, e o ponto de vista contrário desapareceu** por completo e **deixou de ser discutido**. O grande enigma da demanda efetiva com que Malthus havia lutado desapareceu da literatura econômica. Não se lhe faz menção, uma vez

sequer, em toda a obra de Marshall, de Edgeworth e do professor Pigou, que deram à teoria clássica a sua forma mais definitiva. (KEYNES, 1996, p. 65, *Sem os grifos no original*)

É provável que esse seja o trecho que inspirou ARIDA (2003, p. 40) – na ocasião em que apresentava as regras da retórica - a apontar Keynes como um exemplo da regra de número sete [*reinventar a tradição*], pois “*Keynes inventou os Clássicos e se imaginou continuando a tradição anti-ricardiana de Malthus*”. Malthus já teria percebido o equívoco, mas não teria conseguido oferecer uma solução que conquistasse a academia.

Com relação aos pontos obscuros da *Teoria Geral*, esses podem ser encarados como uma estratégia para lidar com questões que dificultassem o seu recebimento e que gerassem um descontentamento do público ou ainda como um estratagema, bem ao estilo dos estratagemas de *dialética erística* que SCHOPENHAUER (1997) apresentou no século XIX. Apenas como exemplo, é flagrante que, devido às relações circulares entre consumo - poupança - renda e investimento, numa sociedade, com um certo nível de produtos, uma melhor distribuição de renda a propensão marginal a consumir seria majorada, se comparada com uma sociedade caracterizada por idêntico produto e por uma distribuição mais injusta [e o primeiro caso – pelos impactos na propensão a consumir - é preferível ao segundo, no trabalho de Keynes]. Mas o problema da má distribuição de renda pouco é tratado na *Teoria Geral*. A esse respeito, cumpre ainda analisar a forma como ela é abordada.

No capítulo vinte e três da *Teoria Geral*, Keynes organiza um conjunto de citações de diversos trabalhos que alertavam para o erro de se pensar que um excesso de poupança pudesse ter impacto positivo sobre a economia, ou que mais poupança é preferível a menos.<sup>72</sup> O raciocínio se dá na direção de sustentar que, pelo contrário, essa tendência a poupar geraria apenas e tão somente subconsumo. Apoiando-se, principalmente no trabalho de Hobson e recorrendo também ao uso de uma *fábula* esforça-se por demonstrar que a questão do excesso de poupança também está na raiz das crises capitalistas. Em sua argumentação, acaba defendendo a necessidade de corrigir esse problema.<sup>73</sup>

Mas é apenas no capítulo seguinte, de número vinte e quatro, que ele liga o raciocínio. Observa que o problema do excesso de poupança poderia ser minimizado através de políticas de tributação que reduzissem a disponibilidade de recursos ociosos de um lado e que permitissem gastos majorados do Estado de outro. Uma vez que, para ele, essa majoração dos gastos eleva a

---

<sup>72</sup> Apoiando-se, principalmente no trabalho de MUMMERY, A. F. e HOBSON, J. A. *Physiology of industry*. (1889) [em Keynes, não há referências sobre a edição. Acredita-se tratar de: HOBSON, John Atkinson; MUMMERY, Albert Frederick. *The Physiology of Industry*: being an exposure of certain fallacies in existing theories of economics. London: John Murray, 1889.].

<sup>73</sup> [a “fábula das abelhas” em que uma sociedade se vê numa situação *sui generis* de suspender o consumo perdulário e, devido aos impactos negativos sobre a renda e o emprego daí resultantes, acaba sendo obrigada a suspender algum consumo essencial também]

Sobre o uso das *fábulas* como exemplo, escreveu Aristóteles (2005, p.144) “As fábulas convêm ao discurso e têm a vantagem de que, sendo difícil encontrar no passado acontecimentos inteiramente semelhantes, é muito mais fácil inventar fábulas. Para imaginá-las, assim como as parábolas, basta reparar nas analogias, tarefa esta facilitada pela Filosofia. É, pois, mais fácil encontrar argumentos pelas fábulas, se bem que os argumentos que derivam dos próprios fatos sejam mais eficazes, nas deliberações públicas”.

propensão ao consumo, a doença é combatida. Sabendo, de pronto, o tipo de contra-ataque que receberia, antecipa-se às críticas que poderiam advir de suas considerações sobre a poupança, ao defender algum mecanismo que não permitisse que esse tipo de política acabasse gerando desestímulos ao investimento, devendo-se então impor limites à sua execução [das políticas]. Como conclusão desse raciocínio, escreve:

O nosso raciocínio leva-nos, desse modo, à conclusão de que, nas condições contemporâneas, a abstinência dos ricos mais provavelmente tolhe do que favorece o crescimento da riqueza. Fica assim invalidada uma das principais justificativas sociais da grande desigualdade da riqueza. Não quero dizer que haja outras razões, independentes da nossa teoria, capazes de justificar certa desigualdade em determinadas circunstâncias, porém, nossa tese elimina certamente a razão mais importante que até agora vem sendo o motivo de pensarmos na conveniência de agir com moderação. Isto afeta particularmente nosso modo de encarar os impostos sobre heranças, pois há certas justificativas da desigualdade das rendas que não podem aplicar-se à desigualdade das heranças. [E, pouco mais adiante] (...) É preferível que alguém tire seu saldo do banco do que os seus concidadãos e, embora o primeiro caso seja um meio de algumas vezes levar ao segundo, em certos casos é, pelo menos uma alternativa. (KEYNES, 1996, p. 342)

Igualmente, depois de todas as considerações sobre a necessidade de consertar o capitalismo contemporâneo, através da regulação do Estado, na seção seguinte desse mesmo capítulo [e talvez isso não seja uma coincidência], faz questão de ressaltar:

**As implicações da teoria exposta nas páginas precedentes são, a outros respeito, razoavelmente conservadoras.** Embora essa teoria indique ser de importância vital o estabelecimento de certos controles sobre atividades que hoje são confiadas, em sua maioria, à iniciativa privada, há muitas outras áreas que permanecem sem interferência. **O Estado deverá exercer uma influência orientadora sobre a propensão a consumir**, em parte através de seu sistema de tributação, em parte por meio da fixação da taxa de juros e, em parte talvez, recorrendo a outras medidas. Por outro lado parece improvável que a influência da política bancária sobre a taxa de juros seja suficiente por si mesma para determinar um volume de investimento ótimo. Eu entendo, portanto, que **uma socialização algo ampla dos investimentos será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego**, embora isso não implique a necessidade de excluir ajustes e fórmulas de toda a espécie que permitam ao Estado **cooperar** com a iniciativa privada. Mas, **fora disso, não se vê nenhuma razão evidente que justifique um socialismo de Estado abrangendo a maior parte da vida econômica da nação.** (KEYNES, 1996, p.345).

Nessa obra dirigida aos seus colegas economistas, uma vez que rompeu com o grupo dominante no qual se formou, era preciso dizer que não estava se filiando aos grupos que defendem a intervenção total do Estado na economia, uma demarcação cuidadosamente deixada para as últimas páginas da *Teoria Geral*.

Mas a *Teoria Geral* é rica demais para ser explorada numa seção de artigo. Merece um estudo à parte para ser esgotada. Assim, as considerações a seu respeito, aqui, servem apenas como “evidências” de sua adequação às proposições iniciais do presente trabalho, com relação à análise do papel da retórica para a constituição e afirmação de um paradigma. Sendo o primeiro dos manuais da “Revolução” como se viu, a *Teoria Geral* não está “livre” de subjetividades. Uma longa lista de recursos retóricos encontra-se ao longo dessa obra.

Da eleição de problemas relevantes ao estabelecimento de *convenções*, do uso de metáforas (também bastante difundido) ao apelo à *presença* dos males “evidentes” da Depressão - como sinais de que algo deveria ser feito [nos mesmos moldes em que a túnica ensangüentada de César é utilizada para emocionar o público, em PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA (1996, p.133)], Keynes se utiliza de sua *caixa de ferramentas*, sem qualquer hesitação. Tratar de todos esses assuntos exige, pois, um estudo em separado e esse empreendimento já faz parte do projeto do autor do presente trabalho.

O exercício de análise retórica empreendido por ANUATTI (2003) poderia também ser facilmente estendido para a forma como os seguidores de Keynes de primeira hora (e mesmo os que vieram depois) passaram a difundir as suas teorias [de Keynes] pela academia e pelos auditórios mais universais. Assim, poder-se-ia analisar, por exemplo, a importância do clássico trabalho de Hicks em 1937 [o *Mr. Keynes and the “Classics”*(...)] como um discurso dirigido, bem como a leitura do "*Interaction Between the Multiplier Analysis and the Principle of Acceleration*" (1939) e do "*Economics: An introductory analysis*" de Samuelson e os papéis que desempenharam na difusão do paradigma keynesiano entre outros

## CONCLUSÕES

O presente trabalho se propôs a discutir a evolução da ciência econômica a partir de uma perspectiva metodológica pluralista, com ênfase dada a dois métodos de se contar a história da ciência: o modelo de sucessão de paradigmas de Thomas Kuhn e a análise retórica. Defendeu-se a correção da utilização da retórica como um meio de completar a análise kuhniana de evolução das “ciências”, de maneira geral. Acredita-se que a retórica tenha um papel importante a desempenhar tanto na fase pré-paradigmática (quando atua na *persuasão* dos cientistas isolados para a sua adesão ao *grupo* dos que defendem algum candidato a paradigma) quanto nas fases pós-paradigmáticas (quando atua na preservação e disseminação das crenças desposadas pela comunidade científica).

No entanto, na compreensão do autor deste trabalho, o sucesso dessa empreitada só está garantido nas fase pré-paradigmática de maneira geral. Isso porque, é inegável o fato de que, na vigência de um paradigma que guie a prática da “ciência”, a *conversação civilizada* entre os cientistas tende a cessar. Os que se colocam contra a visão dominante são relegados a guetos específicos e, ignorados pelos cientistas *normais*. Assim é que, nas ciências naturais, o papel da natureza, dos “fatos” e “evidências” [da maneira como são vistos pela comunidade] acaba predominando sobre as “conversas”.

Nas “ciências” sociais, é muito mais raro ocorrer a quase unanimidade dos cientistas em torno do paradigma. Ali, talvez, o papel destinado à retórica assumam maior importância, tanto com relação aos críticos ao *mainstream*, como com relação aos membros da comunidade científica dominante. Conforme se evidencia em McCloskey, inúmeros exemplos podem ser fornecidos com relação à utilização da retórica em diferentes *fronts* na economia. Mas no caso dessa ciência, em especial, é inegável que apesar das opiniões diversificadas do público, a *Sprachethik* não está de

modo algum garantida. Os resultados práticos (como revisões de teorias, concessão de maior espaço para expressão das idéias alheias ao *mainstream*, sucessos atestados por prêmios acadêmicos, reconhecimento de trabalhos publicados etc.) não são verificados.

O clamor dos defensores do *projeto retórico* por um resgate da “Economia Política” e tudo o que se circunscreve ao seu redor, tem sido quase que ignorado pelos economistas *hard science* de Arida. Mas isso não invalida essa tentativa de resgate. Pode se tratar de um começo, de um empreendimento que só no futuro se poderá julgar.

Em que pesem as considerações em contrário, não se viu qualquer incorreção na fusão dos dois métodos de se contar a história da ciência, utilizados nesse trabalho. Um método completa o outro. Se Kuhn reviu sua teoria, mais recentemente, na década de 1990, e chamou a atenção para os exageros cometidos a partir da interpretação de sua obra mais importante, quis, com isso, dizer que muitos estudiosos do método estavam *extrapolando* a idéia que seus estudos dos paradigmas buscavam transmitir, ao renegarem as “evidências” fornecidas pela natureza para contar a sua própria história, e jogá-las para o segundo plano. Não se contradisse, portanto, com relação à possibilidade de haver elementos “externos” capazes de interferir, em algum grau, no processo de constituição e evolução dos empreendimentos científicos desde os seus começos.

Os recursos retóricos estão presentes em toda parte do processo de evolução das ciências e a economia não está “livre” deles, como se viu. Nos discursos, nas palestras, nos manuais que introduzem a ciência etc., aparecem por toda a parte. Ao que parece, nas “ciências” sociais, a força do argumento está mais evidente nos momentos em que os paradigmas se formam do que quando já constituídos, mas não se faz ausente em outros estágios. Ignorar a necessidade de se discutir o assunto é um erro. É negar a própria ciência.

## REFERÊNCIAS

ANUATTI NETO, F. Persuasão racional em Keynes: uma aplicação de retórica das idéias econômicas. **Tese de Doutorado**, São Paulo: FEA-USP, 1994.

\_\_\_\_\_. “A retórica da economia: o pragmatismo na metodologia da economia”, **ciência e filosofia**, n.6 p.159-198, São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. “Persuasão racional: uma análise do esforço de Keynes na formação de uma opinião favorável à mudança nas políticas econômicas”. IN: GALA e REGO (2003)

ARIDA, P. A história do pensamento econômico como teoria e retórica. **Texto para discussão n. 54**. Rio de Janeiro: PUC, 1983.

\_\_\_\_\_. **A história do pensamento econômico como teoria e retórica**. In: GALA e REGO (2003).

ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. 17a ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

ASSIS, J. de P. Kuhn e as ciências sociais. **Estudos avançados** 7 (19). São Paulo: USP, 1993.

BIANCHI, A. M. Muitos métodos é o método: a respeito do pluralismo. **Revista de Economia Política**, v. 12. n. 2. (46), abril-junho de 1992.

BIANCHI, A.M ; NUNES, R. Ainda sobre os conceitos de paradigma e cânon. **Econômica**, v. 4, n. 2, p 153-176, dezembro de 2002, impressa em dezembro de 2003.

BLAUG, M. **Metodologia da economia**: ou, como os economistas a explicam. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

CALDWELL, B. J. **Beyond Positivism** – economic methodology in the twentieth century. Londres: George Allen & Unwin, 1984.



- DEANE, P. *The evolution of economics ideas*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- FERNÁNDEZ, R. G. **A retórica e a procura da verdade em economia**. IN: REGO (1996)
- \_\_\_\_\_. "McCloskey; Mäki e a verdade" In: GALA e REGO (2003)
- GALA, P. A retórica na economia institucional de Douglass North. **Revista de economia política**, vol. 23 n. 2 (90), abril-dezembro/1999
- GALA, P; REGO, J. M. **A história do pensamento econômico como teoria e retórica: ensaios sobre metodologia em economia**. São Paulo, Ed. 34, 2003.
- GUTTING, G. (ed.). *Paradigms and revolutions — applications and appraisals of Thomas Kuhn's philosophy of science*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1980.
- HEMPEL, C ; OPPENHEIM, P. *Studies in the logic of explanation*. In: Madden, Edward (ed.). **The structure of scientific thought**, London: Routledge & Kegan Paul, 1960.
- HICKS, J. H. *Mr. Keynes and the "classics": a suggested interpretation*. **Econometrica**, v. 5, n. 3 p. 147-155, abr. 1937.
- KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1996.
- KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 3.<sup>a</sup> edição. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- \_\_\_\_\_. *The road since structure: philosophical essays, 1970-1993*. Edited by James Conant and John Haugeland. Chicago: Chicago University Press, 2000b IN: OLIVEIRA(2004).
- \_\_\_\_\_. **O caminho desde a estrutura: ensaios filosóficos, 1970-1993, com uma entrevista autobiográfica**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- LAKATOS, I. O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica. In: LAKATOS, I; MUSGRAVE, A. **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**. Trad. Octávio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix, 1979.
- MARSHALL, A. Princípios de economia. **Os Economistas**. São Paulo: Abril cultural, 1982.
- McCLOSKEY, D. "The Rhetoric of Economics", **Journal of Economic Literature**, 31 (June), 1983, pp. 482-517
- \_\_\_\_\_. *The rhetoric of economics*. Madison: The University Wisconsin Press, 1998.
- NUNES, R. Instituições e teoria no pensamento econômico das primeiras décadas do século XIX. **Anais do XXXI Encontro Nacional de Economia**. Anpec, 2003.
- OLIVEIRA, B, J. Kuhn contra os kuhnianos. In: Martins, L. A. C. P; SILVA, C.C; FERREIRA, J. M. H. (eds.) **Filosofia e história da ciência no cone Sul: 3. Encontro**. Campinas: AFHIC, 2004, Pp 74-80.
- PAULANI, L. M. **Modernidade e discurso econômico**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- PEREIRA, L. C. B. *Entrevista*. In: BIDERMAN, C; COZAC, L.F; REGO, J.M. **Conversas com economistas brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 1996.
- PERELMAN, C. **Retóricas**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA L. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- PRADO, E. F. da S. A questão da comparação das teorias em "economia". **Métodos em Economia**, 2003. Disponível em <<http://www.econ.fea.usp.br/eleuterio/artigos.htm>> acesso em 23/12/2005
- PRADO Jr., B; CASS, M. J. R. A retórica na economia segundo McCloskey. In: REGO, J.M. (Org.) (1996) **Retórica na economia**. São Paulo, Editora 34, 1996.
- REGO, J.M. (Org.) **retórica na economia**. São Paulo: Editora 34, 1996.
- RORTY, R. **A filosofia e o espelho da natureza**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- SAMUELSON, P. A. "Interactions between the Multiplier Analysis and the Principle of Acceleration". **Review of economic statistics** (21): 1939, Pp. 75 -78.
- SCHOPENHAUER, A. **Como vencer um debate sem precisar ter razão: em 38 estratégias**. Rio de Janeiro: Topbooks editora, 1997.
- SILVEIRA, A. M. da. A indeterminação de Sênior. **Revista de Economia Política**, v. 11, n. 4 (44), outubro-dezembro/ 1991.
- WILLIAMS, B. "Auto da fé" in: MALACHOWSKI, A. R. ed., **Reading Rorty**. Oxford and Cambridge. M. A: Blackwell, 1991.

#### 4. O DISCURSO DE KEYNES: RETÓRICA NA TEORIA GERAL <sup>74</sup>

##### RESUMO

O presente trabalho pretende demonstrar a plena compatibilidade de se tratar a Revolução Keynesiana a partir de uma fusão entre a análise retórica e o modelo explicativo de Thomas Kuhn, com seus paradigmas, especialmente na *Teoria Geral*. Em que pesem considerações em contrário, no presente estudo, defende-se que os únicos inconvenientes se restrinjam a uma questão de grau de importância, atribuído ora a um método de se contar a história da ciência, ora a outro. A conclusão a que se chega dá conta de que a retórica uma grande influência na constituição do paradigma keynesiano e na sua defesa ou disseminação.

**Palavras-chave: 1) Retórica 2) Keynes 3) Metodologia**

##### ABSTRACT

*The present study intends to demonstrate the compatibility of treating The Keynesian Revolution from the melting between the rhetoric analysis and Thomas Kuhn explicative model with his paradigms, especially in the General Theory. Although the considerations in contrary, it is advocated that the only inconvenient are restricted to the degrees of importance attributed to a way of telling the science history, or another. The main conclusion stated shows that the rhetoric has a great influence in the constitution of the Keynesian's paradigm and in your defense.*

**Keywords: 1) Rhetoric 2) Keynes 3) Methodology**

**AUTOR: JOSÉ GUILHERME SILVA VIEIRA**

---

<sup>74</sup> Uma versão preliminar e reduzida desse artigo foi selecionada para a I Conferência Internacional de História Econômica e III Encontro de Pós-Graduação em História Econômica da ABPHE, em Campinas-SP (2006)

## INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende analisar a adequação do surgimento da análise keynesiana da economia como uma clara aplicação do esquema analítico apresentado por Kuhn (1962). Acredita-se ainda que algumas das principais proposições teóricas e analíticas apresentadas na *Teoria Geral* de Keynes tenham fundamentos em assertivas Retóricas as quais não encontram outro tipo de sustentação que não seja a que concerne à ótica do discurso.

É válido destacar que para a comprovação de nossa tese, não se faz necessário retratar o levantamento completo, em por menores, de todo o discurso de Keynes, seja no que concerne ao seu estilo ou mesmo a todo o conjunto de estratégias utilizados para convencer o auditório de suas teses. Isso porque o sucesso de qualquer discurso se mede a partir da aderência daqueles pontos mais relevantes da discussão, os quais se quer propositalmente implantar nas mentes do público. São esses pontos que serão tratados aqui.

### 4.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

No presente trabalho apresenta-se a “Revolução” Keynesiana como um típico exemplo de uma *Revolução Científica* a partir da análise da evolução das Ciências empreendida por Kuhn em 1962. Defende-se, também, a existência de um vasto espaço para a discussão dos fundamentos metodológicos do discurso keynesiano e da maneira como esse autor elaborou e apresentou suas principais teses naquela que foi a sua principal obra “*A Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro*”. Acredita-se, a princípio, que a análise da Retórica de Keynes na *Teoria Geral* permitirá compreender, em grande medida, os motivos que contribuíram para o sucesso e para o reconhecimento que suas teses alcançaram junto à comunidade dos cientistas profissionais e, completar a reconstrução desse capítulo da história econômica numa perspectiva kuhniana.

Cabe desde já explicar o porquê de se utilizar da *Teoria Geral* (doravante *T.G*) como ponto de partida para a análise da “Revolução” Keynesiana. A escolha feita aqui é derivada das considerações de Keynes que a reconhecia como a coletânea de suas teses no estágio mais amadurecido, especificamente voltada para o seletivo público acadêmico composto por economistas profissionais, *auditório* que ele procurava persuadir de que a teoria econômica

até então aceita [a Teoria Clássica] estava equivocada e não era capaz de dar conta de explicar o que se passava no “mundo real”, na sua época. Ao se constituir, portanto, no discurso principal ou na peça de conversão da comunidade científica para a nova filosofia econômica, ela [a T.G.] afigura-se como o melhor objeto para a análise do papel da Retórica para a consolidação do *paradigma* keynesiano.

KUHN (2000), como se sabe, apresentou um modelo que se propunha a explicar a evolução das ciências a partir de um início primitivo, onde inúmeras escolas, ou mesmo pesquisadores isolados, competiriam para ver suas teorias e pontos de vista serem aceitos pelos demais cientistas como uma descrição fiel da “realidade”.

Após um estágio inicial, quando, segundo esse autor, a maioria dos cientistas se agruparia ao redor de um conjunto de crenças comuns, métodos e procedimentos igualmente compartilhados no estudo de problemas por eles eleitos como os mais relevantes, os cientistas desenvolveriam trabalhos destinados a provar o acerto (ou a correção) desse modo particular de encarar o mundo [chamado por Kuhn de *paradigma*] para com a descrição dos fenômenos por eles estudados.

Após um estágio inicial, quando, segundo esse autor, a maioria dos cientistas se agruparia ao redor de um conjunto de crenças comuns, métodos e procedimentos igualmente compartilhados no estudo de problemas por eles eleitos como os mais relevantes, os cientistas desenvolveriam trabalhos destinados a provar o acerto (ou a correção) desse modo particular de encarar o mundo [chamado por Kuhn de *paradigma*] para com a descrição dos fenômenos por eles estudados.

A Ciência evoluiria, assim, através de pesquisas de uma *comunidade científica* reunida em torno de um *paradigma* até que esse já não conseguisse dar conta de explicar os problemas da natureza (ocasião em que, simultaneamente, surgiria um novo paradigma que daria conta dessa tarefa). Esses momentos de rupturas caracterizariam então as “Revoluções Científicas”. Para Kuhn (2000), as revoluções do pensamento são definidas como um momento de desintegração da visão tradicional numa disciplina e, a partir delas, surgiriam novas formas de ver o mundo, de explicar o novo e também de contar o passado.

Todavia, tratar a chamada “Revolução” Keynesiana numa perspectiva kuhniana não se constitui numa tarefa simples. Isso porque um dos primeiros problemas enfrentados por aqueles que se disponham a trabalhar um paradigma vem da própria definição (ou delimitação) desse conceito. A crítica mais comum deriva-se da constatação de que é

praticamente impossível se chegar a um acordo com relação aos principais pressupostos de um paradigma, o que complica a análise do mesmo.

Na economia, frequentemente, se faz referência à publicação da *Teoria Geral* de Keynes como um desses momentos de ruptura de paradigmas *à la* Kuhn. Para muitos, a ascensão da visão de mundo de Keynes à condição de *corrente principal* da economia, lá pelos idos da Segunda Guerra Mundial, marca a derrocada do paradigma Clássico e eis que então, da análise dos desdobramentos desse episódio, a evolução da “ciência” econômica, apresentada através do modelo de sucessão de paradigmas de Kuhn, parece ajustar-se com a sua própria natureza. Todavia, essa não é uma questão resolvida já de partida. Antes disso, há que se levar em conta uma série de juízos paralelos que poderiam estar convergindo para essa transição de modelos.

Entre os juízos alternativos, poderíamos citar, rapidamente, aqueles que se baseiam no papel que as ideologias das diferentes classes sociais poderiam ter desempenhado na quebra dos arranjos institucionais da época, facilitando o recebimento de novas teorias que se propusessem a dar explicações sobre o que estava “errado” no paradigma aceito até então e que, além disso, apontassem um caminho para sair da crise. Outro fator externo poderia estar ligado ao fato de que as pressões econômicas por uma reconstituição das condições necessárias para a vigência e manutenção do modo de produção capitalista (ante a *desagradável* constatação de que o modo de produção alternativo em vigor nas Repúblicas Soviéticas não havia ruído) também poderiam ter contribuído, de alguma forma, para abalar a crença no sistema de livre mercado e que esse pudesse ser ao menos questionado em alguns de seus “fundamentos”.

Porém, se de alguma forma se reconhece a possibilidade de fatores “externos” ao campo puramente teórico da economia darem conta, ao menos em parte, da explicação para a dissolução de uma corrente de pensamento, não deve haver dúvida que, ao se utilizar de Kuhn para contar a evolução de uma “ciência”, estes elementos assumem, de imediato, um papel secundário, *marginal*, por assim dizer, nesse processo. Para ser fiel ao esquema analítico apresentado por esse autor, a principal fonte das mudanças deve ser encontrada dentro da própria “Ciência”, a partir da análise de teorias alternativas que possam dar conta de explicar elementos “*objetivos*” da “realidade”, como sendo os pontos primordiais para o abandono de uma tradição científica em favor de outra.

#### 4.2. PRIMEIRAS EVIDÊNCIAS DA UTILIZAÇÃO DA RETÓRICA POR KEYNES

ANUATTI (2003, p. 284) realizou um estudo no qual alertava sobre a preocupação de Keynes em conquistar diferentes públicos bem antes da publicação da *Teoria Geral*: “especificamente, Keynes identificava três grandes categorias de audiências ou esferas de comunicação: os economistas profissionais, formadores de opinião ou opinião pública educada e opinião pública em geral”. Para cada público, Keynes se colocou em flancos diferentes: artigos em jornais de grande circulação, entrevistas, debates e transmissões radiofônicas constituíram-se nos meios de propagação de suas idéias, uma espécie de preparação do terreno para a batalha final a ser travada com seus colegas economistas.

Tomando por base o esforço pessoal de Keynes, filho de um ilustre economista e metodólogo, empreendido nos anos que antecedem a publicação da *Teoria Geral*, através do expediente da publicação de artigos na mídia de massa, entrevistas concedidas aos principais meios de comunicação radiofônicos, artigos publicados em revistas especializadas (como o *Economic Journal*, por exemplo) e uma série de palestras ministradas para diferentes públicos (cujo único interesse era demonstrar os equívocos cometidos pela *corrente principal* da economia, no trato de questões relevantes a essa área do conhecimento humano)<sup>75</sup> pode-se dizer que Keynes conhecia bem o caminho que deveria trilhar para *persuadir* os seus colegas economistas profissionais de que as teorias econômicas, as quais governavam a prática científica até aquele momento (décadas de 1920-1930), estavam “erradas” e que eram incapazes de explicar o que se passava no “mundo real”.

O discurso empreendido naquela que ficou conhecida como a sua principal obra é claro exemplo do quanto a análise Retórica pode ajudar a entender como a Ciência avança. No decorrer do presente texto, poder-se-á observar, entre outras coisas, claros indícios de que a *Teoria Geral* apresenta características típicas de um discurso persuasivo, seja em estilo, seja em forma.

#### 4.2.1. A abordagem ao público:

O prefácio da edição inglesa, escrito em dezembro de 1935, foi, por exemplo, praticamente um apelo ao auditório por um pouco de sua atenção. Nesse texto, Keynes apresentou a Teoria Clássica como sendo um *caso especial* da sua teoria, a qual se

---

<sup>75</sup> Uma extensa lista de trabalhos elaborados por Keynes nesse sentido é apresentada por ANUATTI (2003) que estuda o esforço de persuasão de Keynes junto à opinião pública e os economistas profissionais.

diferenciaria da primeira porque teria um caráter *geral*,<sup>76</sup> e que seria válida para todas as possíveis situações de equilíbrio. Transformar a tese que se ataca num *caso especial* da sua própria tese, ou ainda, como uma particularidade específica, é um conhecido artifício de retórica, muito bem lembrado por ARIDA (1983).

Apenas alguns poucos esclarecimentos formais sobre a estrutura do livro em si foram ali fornecidos. Especificamente, Keynes disse que os seus estudos estavam circunscritos na esfera da produção e do emprego, seus objetos de estudo, portanto. A maior parte desse prefácio foi dedicada a outro tipo de reflexão, como segue.

Logo no primeiro parágrafo ele dizia que estava escrevendo um livro dirigido a seus colegas economistas, elegendo-os assim como o seu auditório. Chamou a atenção para o fato de que diante da “desgraça” em que caíra aquilo que ele viria a chamar de “economia clássica”, seria necessário que todos despendessem algum tempo à reflexão sobre os problemas reais da economia. A seguir, citou sem nenhuma hesitação a coerência lógica da teoria tradicional até então aceita por esse auditório (o qual pretendia persuadir) quando restrita à análise da lógica da mesma. Isto é, o ataque à teoria aceita, não se daria então na direção de criticar o raciocínio, a lógica, a capacidade de lidar com essa teoria, ou mesmo às inteligências daqueles que a utilizavam como ponto de partida para os seus trabalhos (aliás, como ele próprio já o fizera antes, fez questão de ressaltar).

Essa estratégia se mostrou bem sucedida à medida que minava algumas das resistências do público, por não se mostrar agressiva à moral dos pesquisadores, os quais teriam sido levados ao “erro” por outros motivos. E que motivos seriam esses? Nesse prefácio, ele não deu uma resposta específica, como a que apareceu na versão francesa, como veremos. Mas quando afirmou que só poderia conseguir atingir seu “*objetivo de persuadir os economistas a reexaminarem criticamente certos de seus postulados básicos através de uma argumentação altamente abstrata e também de muita controvérsia.*” (KEYNES, 1996, p.27) estava apontando para elas [as premissas do modelo clássico] como tendo alguma responsabilidade nesse processo. O reexame do modelo clássico a partir das premissas, era tarefa para profissionais, público que ele tinha em mente quando

---

<sup>76</sup> O título do livro em si já seria uma evidência de suas ambições. O leitor certamente poderia associá-lo às pretensões da *Teoria Geral da Relatividade*, de Einstein, ou seja, com um livro que marcou uma Revolução.

escrevia a *Teoria Geral*. Isso ficou claro quando diz que era a seus colegas economistas “e não ao público em geral, que [teria]o que convencer em primeiro lugar” (*ibid*, p.27).

Finalizando esse prefácio à edição inglesa, como desfecho de uma argumentação quase toda em forma de apelo pela atenção do auditório para os argumentos que estavam por vir, descreveu o seu “doloroso” processo de libertação da filosofia com a qual se formou [ou seja, filosofia de seu antigo *grupo*], ao longo dos anos, quase que clamando por um comportamento semelhante do ouvinte, concluindo com a famosa frase “*A dificuldade não está nas novas idéias, mas em escapar das velhas, que se ramificam, para aqueles que foram criados como a maioria de nós, por todos os cantos de nossas mentes*”.

No prefácio da edição Japonesa, Keynes apontou Marshall como um continuista dos ensinamentos de Ricardo, logo no primeiro parágrafo. Lá, KEYNES (1996, p.35) afirmou que a obra de Marshall “em grande parte consistiu em enxertar o princípio marginalista e o princípio da substituição na tradição ricardiana” e que a *T.G.* “representaria uma reação, uma transição no sentido de o afastar dessa tradição clássica (ou ortodoxa) inglesa”.

Logo após dar esses esclarecimentos, Keynes se mostrou otimista com a possível acolhida que poderia ter no Japão dado que os japoneses do Círculo Econômico Internacional de Tóquio teriam escolhido traduzir como primeiro livro para toda uma série de escritos econômicos (chamada Série de Reproduções de Tóquio) os *princípios de economia política* de Malthus. Isso levou Keynes a acreditar que a *T.G.* por “*ser um livro que descende de Malthus mais do que de Ricardo pudesse ser recebido com simpatia*” pelos japoneses. Assim, Keynes intencionou pegar na autoridade de Malthus diante dos japoneses.

Contudo, foi somente a partir do prefácio à edição alemã que começaram a aparecer as evidências da preocupação de Keynes com auditórios específicos. Nesse caso, Keynes afirmou que na Alemanha não havia esse predomínio da tradição Clássica inglesa e que, muito além disso, havia clara discordância com a ortodoxia inglesa entre os partidários da Escola de Manchester e também entre os marxistas (ressaltando, porém, que ambas as escolas descendiam de Ricardo). Para o público alemão, suas reflexões o levaram a apontar a linha teórica de



Wicksell como “*a argumentação não ortodoxa mais importante*”, mas lamentou o fato de que teria sido menosprezada pelos próprios alemães.

Assim, Keynes descreveu o que se passava na Alemanha de forma bem diferente do resto do mundo (já que, lembremos, ele afirmou que a teoria Clássica era compartilhada por praticamente todo o mundo, no prefácio inglês). Nesse caso específico (e o leitor já verá que não foi o único caso específico), os alemães “*bem ao contrário de seus hábitos na maior parte das ciências, contentaram-se, por todo um século, em ficar sem uma teoria formal de economia que fosse predominante e geralmente aceita*”. Isso levou Keynes a fazer a seguinte reflexão: “*Talvez, portanto, eu possa esperar menos resistência por parte dos leitores alemães do que dos ingleses ao oferecer uma teoria do emprego e da produção como um todo que diverge em aspectos importantes da tradição ortodoxa*”. (KEYNES, 1996, p.32)

Já com relação ao prefácio da edição francesa, escrito três anos depois da primeira publicação da *T.G.*, Keynes fez algumas modificações nada acidentais, se o compararmos com o prefácio inglês. Além de incluir esclarecimentos teóricos sobre algumas das críticas que apareceram entre 1936 e 1939, numa típica defesa do contraditório [especial ênfase dada à questão poupança-investimento] ele se dirigiu aos franceses de uma maneira diferente.

Primeiramente, Keynes fez questão de se desculpar perante os franceses, pois “*na França, não houve uma tradição ortodoxa com a mesma autoridade sobre a opinião contemporânea como houve em meu país [Inglaterra]*”. Frase interessante, pois ele havia dito em várias ocasiões que a teoria Clássica governava a ciência econômica até então praticamente sem deixar espaço para outros pontos de vista. Como esse não parecia ser exatamente o caso da França, nem o da Alemanha que era completamente distinto desses dois, completou dizendo que “*Se Charles Gide tivesse atingido a mesma influência e o mesmo prestígio de Alfred Marshall, a posição de vocês, franceses, seria mais semelhante a nossa.*” (KEYNES, 1996, pp. 37-38). Como se vê, o auditório diferenciado exigiu alguma alteração no discurso de abertura da *Teoria Geral*. A falta de uma autoridade ortodoxa francesa teria contribuído para essa condição especial, menos apegada à visão Clássica de mundo.

Mas, o ponto que mais chamou nossa atenção nesse prefácio diz respeito à maneira como ele procurou se *identificar*, de alguma forma, com esse auditório [com

os franceses]. Como se sabe, ao longo da *Teoria Geral* [na verdade, desde o princípio], Keynes atacou diretamente a obra de um economista francês [J. B. Say]. Mas, nesse prefácio à edição francesa da *Teoria Geral*, as considerações aos equívocos a que a lei dos mercados de Say, inevitavelmente, levaria só apareceram depois de um resgate de uma outra autoridade francesa, a saber: Montesquieu, “*que foi o verdadeiro equivalente francês de Adam Smith, o maior de todos os economistas, muito acima dos fisiocratas em termos de inteligência penetrante, clareza de idéias e bom senso (que são qualidades que um economista deveria ter)*”. Surpreendentemente, depois de todo esse apreço inicial declarado à Montesquieu, é no mínimo curioso o fato de que ele não tenha mais sido lembrado na *Teoria Geral*. Talvez esse procedimento seja um exemplo do que PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA (1996, p. 73) escreveram com relação à argumentação perante o auditório.

Tanto o desenvolvimento como o ponto de partida da argumentação pressupõem acordo de auditório. Esse acordo tem por objetivo ora o conteúdo das premissas explícitas, ora as ligações particulares utilizadas, ora a forma de servir-se dessas ligações; do princípio ao fim, a análise da argumentação versa sobre o que é presumidamente admitido pelos ouvintes. Por outro lado, a própria escolha das premissas e sua formulação, com os arranjos que comportam, raramente estão isentas de valor argumentativo: trata-se de uma preparação para o raciocínio que, mais do que uma introdução dos elementos, já constitui um primeiro passo para a sua utilização persuasiva.

#### 4. 3. O DISCURSO PRINCIPAL: A TEORIA GERAL

É possível perceber a semelhança do arranjo de formatação da *T.G.* com as partes de um discurso persuasivo propostas por Aristóteles na sua obra *Arte Retórica*. A *T.G.* começou por um *exórdio*, primeira parte de um discurso persuasivo, de onde rapidamente se visualizava uma declaração de propósitos do seu autor. O ataque a “cidadela” (como Keynes certa vez se referiu à teoria Clássica) deu-se numa lógica bastante conhecida de discurso. Num primeiro momento, o autor procurou introduzir, de forma sucinta, a tese que viria a atacar “apresentando” os seus “fundamentos”, bem como o seu alcance, estabelecendo um

pacto inicial com o ouvinte acerca do que viria a se constituir no objeto que trataria e combateria em seu discurso.

Logo em seguida, Keynes dividiu a sua tese em partes que comporiam um todo, maior e mais complexo; apresentou também um conjunto “evidências” como se fossem “provas” da correção de sua análise do que se passava na economia. Utilizou-se também de argumentos de autoridades e metáforas diversas através das quais procurava validar seus procedimentos analíticos. Numa análise mais detalhada da *T.G.* pode-se encontrar também uma série de “fatos” que, muito embora se pretendessem “concretos”, quando expostos pelo seu autor, ora poderiam ser lidos de uma forma, ora de outra. Esse último ponto já deve ter ficado um pouco mais claro a partir das considerações sobre o já citado *prefácio* à edição inglesa da *Teoria Geral*. Os casos específicos de discordância sobre o predomínio da tradição Clássica, por exemplo, já não eram poucos.

Igualmente perceptível era o fato de que, ao pretender se dirigir primeiramente “*aos seus colegas economistas*”, os elementos “externos” à economia só poderiam tomar parte no discurso, como fatores que se aglutinariam em torno do conjunto de todas às demais “evidências” de caráter *objetivo* de que a Teoria Clássica já não seria válida e, portanto, estariam exilados do discurso principal. O que havia de *objetivo* na economia, segundo Keynes, era a teoria fundada por Smith e cristalizada por Ricardo. Assim sendo, como estratégia de discurso, Keynes atacaria aquilo que se chamou de visão tradicional, ou o paradigma tradicional da “ciência” econômica, a partir do seu próprio entendimento do que consistiria esse paradigma tradicional.<sup>77</sup>

A partir daí, KEYNES (1996) iniciou a *T.G.* estilizando aquilo que seriam os principais “pilares” da economia Clássica. Os *silogismos* aos quais Aristóteles se referiu na sua *Arte Retórica* já se apresentavam ali. A escolha das premissas do “modelo” Clássico por Keynes deu-se em conformidade com as velhas tradições do discurso persuasivo.

Dessa forma, segundo Keynes, a economia *Clássica* poderia ser entendida como aquela em que valeriam três princípios: “(1) *O salário real é igual à desutilidade marginal do trabalho existente*; (2) *Que não existe o que se chama de desemprego involuntário no seu*

---

<sup>77</sup> A não ser para os próprios keynesianos, essa delimitação do paradigma clássico realizada por Keynes, poderia, desde o princípio, ser questionada. Alguns problemas evidentes gerados por esse agrupamento realizado por Keynes sob o conceito de “Clássicos” e também pela afirmação de que as suas teorias dominavam o mundo, até aquele momento, podem ser verificados quando levamos em consideração que existem diferenças nada desprezíveis entre o núcleo de crenças dos economistas que seguiram Ricardo e os que consagraram a Revolução Marginalista. A escola austríaca também não poderia ser desprezada como campo distinto de pensamento, sobretudo naquela altura do desenvolvimento da economia, enquanto campo de estudos.

*sentido estrito; (3) Que a oferta cria a sua própria procura, no sentido de que o preço da procura agregada é igual ao preço da oferta agregada para todos os níveis de produção e emprego.*” (KEYNES, 1996, p.58). Numa nada estranha coincidência, suas proposições (contrárias ao modelo anterior) apresentavam as alternativas teóricas mais consistentes exatamente nesses pontos. Mas, o que aconteceria se os questionamentos fossem primeiramente dirigidos à maneira como Keynes sintetizou o pensamento Clássico? Nesse caso, como costumeiramente acontece, criar-se-ia um impasse que, via de regra, não poderia ser resolvido.

Independente do fato de ser “legítimo” o artifício de se agrupar sob o rótulo de “Clássicos” economistas e obras que muitas vezes versavam sob problemas tão diferentes, o empreendimento de Keynes mostrou-se bem sucedido. Aparentemente, isso se deveu ao fato de ter encontrado pontos comuns na base das crenças esposadas por esses economistas (o que originou a definição de *postulados* chaves da teoria Clássica, aos quais Keynes fez referências). É bem verdade que até mesmo nesse caso, caberiam ressalvas. Teriam *todos* os economistas *Clássicos* compartilhado desses pressupostos? Errando ou acertando nessa tarefa, os manuais da economia incorporaram a definição de Keynes.

Como de costume se observa, haverá divergência entre as opiniões dos mais diversos estudiosos acerca do que caracterizaria o paradigma Clássico. De fato, seria muito improvável conseguir delimitar um paradigma sem alguma contestação.<sup>78</sup> Uma saída usualmente encontrada na literatura sempre foi apontar a principal ou as principais suposições básicas de um modelo e foi o que Keynes fez.

---

<sup>78</sup> É justamente por isso que, ainda hoje, se observa a emergência de trabalhos destinados a delimitar paradigmas ou a refutar as teses críticas que se baseiam em conceitos como heterodoxia e ortodoxia ou ainda crítica heterodoxa e crítica da ortodoxia. Ver, por exemplo, DAVIS, J. B. *The nature of heterodox economics*. Post-autistic economics review, issue n.o 40, 1 december 2006, article 3, pp.23-30. <http://www.paecon.net/PAERreview/issue40/Davis40.pdf> e também: LISBOA, M. de B. (1998). "[A Miséria da Crítica Heterodoxa Primeira Parte: Sobre as Críticas](#)," [Economics Working Papers \(Ensaio Economicos da EPGE\)](#) 324, Graduate School of Economics, Getulio Vargas Foundation (Brazil).

Não existe um medidor capaz de apontar qual suposição isolada venha a ser o elemento *determinante* do modelo / paradigma. Unicamente, ressalta-se que foi contra esses pontos que Keynes direcionou a maioria de seus argumentos. Por conseguinte, é a partir deles que se deve analisar o poder de *persuasão* e/ou *convencimento* dos seus escritos.

Ainda que não exista um acordo geral acerca de todos os pressupostos do paradigma Clássico, de forma geral, para finalizar essa questão, a literatura econômica reconheceu claramente a sua existência. Essa questão pode ser observada no exagero de SOLOW (1971, pp. 43-48) quando afirmou que, no seu entender, a economia Clássica era o **único** paradigma kuhniano na história da economia.

#### 4. 3.1. Keynes reinventa uma tradição

No processo de destruição do paradigma Clássico, Keynes reconheceu claramente o poder do discurso lógico de Ricardo e da afinidade desse discurso com os interesses de grupos específicos [capitalistas] no processo de adesão e sustentação do paradigma clássico. Mas, as estratégias de Retórica utilizados por Keynes quando buscou estabelecer os acordos iniciais com o auditório, não se restringiram à escolha das premissas, nesses primeiros trechos do seu discurso.

O apelo à Malthus, por exemplo, já no começo de sua *T.G.*, um típico argumento de autoridade, utilizado por Keynes, quando se imaginou como um *continuador* da sua teoria da demanda (ao reconhecer a possibilidade da existência de uma falha no equilíbrio entre a oferta e a demanda agregada na economia capitalista) ilustra também o potencial da *caixa de ferramentas* que estava por se abrir.

O capítulo de abertura de sua *T. G.* foi reservado a explicação do porquê da denominação de “*Teoria Geral*” para a obra que estava por apresentar. Como já se disse aqui, Keynes argumentou que seria sua a teoria que valeria em todas as ocasiões e esse é um argumento retórico já bastante conhecido.<sup>79</sup>

Logo a seguir, no segundo capítulo, Keynes apresentou a teoria que pretendia atacar enfatizando as três hipóteses básicas que a sustentariam – a lei de

oferta de trabalho, a lei de demanda de trabalho e a lei de Say - às quais ele resumia toda a tradição anterior,<sup>80</sup> prevenindo o leitor de que “*essas três hipóteses, entretanto, equivalem-se entre si, no sentido de que subsistem ou desmoronam juntas, pois qualquer delas depende, logicamente, das outras duas*” (KEYNES, 1996, p. 58).

Uma vez feito isso, o caminho para a demolição do paradigma anterior estava traçado, partiria da tentativa de falsear uma ou todas essas hipóteses básicas às quais representariam, segundo ele, o núcleo do paradigma Clássico. Analisando a sistemática de apresentação dos “postulados” do mercado de trabalho, tem-se um convite a uma análise do tipo “superação positiva” em que Keynes estaria consertando um equívoco presente no esquema analítico anterior (até então aceito pela comunidade dos cientistas).

Outro estratagema evidente nessa empreitada é o que SCHOPENHAUER (1997) chamaria de “*ampliação indevida*”. Isto é, exagerar o alcance e a amplitude das teses que se pretende falsear, tornado-as válidas para um sem número de casos para os quais elas não foram inicialmente apresentadas como premissas ou que não dependam dela para serem verificados e que sirvam exclusivamente ao propósito de serem falsificadas por um confronto com uma “realidade” específica. Esse poderia ter sido o caso da lei de Say.

No capítulo terceiro da *T.G.*, Keynes atribuiu tanto à *lógica* característica das teses ricardianas como às suas afinidades com os interesses empresariais de sua época (*elementos arbitrários* e externos às teorias) grande parte do sucesso que elas alcançaram. Isto é, o sucesso ricardiano não se devia, segundo ele, a qualquer confronto entre suas teorias e o “mundo real” (esse último, o confronto entre a teoria e o “mundo real”, Keynes imaginava que sustentassem as suas próprias teorias).

Conclui-se daí que Keynes soubesse que a derrubada de uma teoria não se fizesse apenas com “evidências” empíricas que a negassem a todo o instante. Para

---

<sup>79</sup> Cf. ARIDA (2003)

<sup>80</sup> No original, “(1) O salário real é igual à desutilidade marginal do trabalho existente. (2) Não existe o que se chama de desemprego involuntário no seu sentido estrito. (3) A oferta cria a sua própria procura, no sentido de que o preço da procura agregada é igual ao preço da oferta agregada para todos os níveis de produção e emprego” (KEYNES, 1996, p. 58).

a execução dessa tarefa, seria necessário oferecer uma outra teoria que a substituísse a fim de se almejar algum êxito.

De igual forma, seria necessário que essa nova teoria encontrasse respaldo junto a comunidade de cientistas e diante da opinião pública esclarecida. Malthus (que já houvera reconhecido alguns desses “equivocos” ricardianos) não foi capaz de fazê-lo, segundo Keynes, e isso explicaria o seu fracasso no duelo travado com Ricardo. Esse ponto de vista é claramente alinhado com as proposições Retóricas acerca da necessidade de conquistar o auditório e, também, com as proposições de Thomas Kuhn, para o qual:

Uma teoria científica, após ter atingido o *status* de paradigma, somente é considerada inválida quando existe uma alternativa disponível para substituí-la. (...) o juízo que leva os cientistas a rejeitarem uma teoria previamente aceita, baseia-se sempre em algo mais do que essa comparação da teoria com o mundo. Decidir rejeitar um paradigma é sempre decidir simultaneamente aceitar outro e o juízo que conduz a essa decisão envolve a comparação de ambos os paradigmas com a natureza, bem como sua comparação mútua. (KUHN, 2000, p 108)

Enfaticamente, KEYNES (1996, p. 66) afirmava estar *convencido* de que a vitória ricardiana se devia a um complexo de afinidades entre a sua doutrina e o meio em que foi lançada. Ele acreditava que o fato de suas teorias terem chegado a conclusões inteiramente diversas das que poderia esperar um “homem comum” teria contribuído para o prestígio pessoal de Ricardo.

Deu-lhe virtude a circunstância de que seus ensinamentos, transportados para a prática, eram austeros e, por vezes, desagradáveis. Deu-lhe primor o poder sustentar uma superestrutura lógica, vasta e coerente. Deu-lhe autoridade o fato de poder explicar muitas injustiças sociais e crueldades aparentes como incidentes inevitáveis na marcha para o progresso, e de poder mostrar que a tentativa de modificar esse estado de coisas tinha, de modo geral, mais chances de causar danos do que benefícios. (KEYNES, 1996, p. 66)

Assim, como vimos, Keynes concluiu que a facilidade da aceitação das idéias de Ricardo pelos capitalistas e pelas forças sociais dominantes derivava-se do fato dela [a teoria de Ricardo] justificar a atuação dos capitalistas. Paralelamente, o esquema analítico que Keynes estava por apresentar teria essa mesma “virtude”, a de não propor reformas nas bases do modo de produção capitalista precisamente num momento em que no hemisfério ocidental o sistema econômico mergulhava em uma crise sem precedentes, ao passo em que, do outro lado do planeta, um modo de produção alternativo passava incólume pela crise dos anos 1930s.

A teoria que, de alguma forma, apareceu como descendente de uma tradição anterior, converteu-se assim também numa “causa justa” ao defender a possibilidade de preservar o sistema capitalista. *Retóricas*, para todos os gostos!

A *T. G.* tornou-se assim, numa peça fundamental para a conversão dos economistas - até então apegados ao paradigma anterior - ao novo paradigma. Propôs-se, teoricamente, alternativas de políticas capazes de recuperar a demanda agregada em queda, fazer subir o nível de lucros (ou os retornos esperados sobre o capital empregado), recuperar a *confiança* do empresariado e induzir os novos investimentos. Deu-se também suporte teórico para um conjunto de ações de governo destinadas a reduzir o desemprego, demonstrando o impacto do gasto desse agente econômico sobre as demais atividades econômicas, justificando assim a maior atuação desse agente dentro das economias capitalistas, num momento em que muitos estavam desejosos por isso.

Mas, não foi sempre baseado em teorias alternativas que Keynes removeu os pressupostos da teoria econômica tradicional com a qual rivalizava. No processo de contestação das leis Clássicas que regulavam o mercado de trabalho, podemos perceber o uso de estratégias típicas de um discurso dirigido. Segundo KEYNES (1996), para o ajuste no mercado de trabalho (com a redução do desemprego) haveria a necessidade de se levar em consideração os efeitos complicadores, advindos do “mundo real”, não resolvidos pelo *mecanismo Clássico*.

A redução dos salários reais, segundo Keynes, deveria ser realizada por meio de uma defasagem salarial, mantendo os salários nominais fixos enquanto os preços se aceleravam, ou, o que era o mesmo, reajustando os salários nominais em proporções menores do que o aumento dos preços. Mas isso não foi apresentado como quebra de um “postulado” já que a empresa estaria obtendo o mesmo resultado, isto é, experimentando uma redução de custos por trabalhador. A ruptura com a teoria tradicional estaria relacionada com a postura dos trabalhadores diante de uma queda no salário real, proporcionada pela defasagem salarial. Nesse caso, contrariando a tese Clássica, não se observaria aumento de desemprego voluntário, pois os trabalhadores aceitariam esse expediente alternativo.

Para sustentar seu ponto de vista, Keynes se referiu ao “fato” de que a “observação” da “vida real” forneceria “elementos empíricos” que dificultariam o funcionamento do sistema Clássico (como a rigidez dos contratos) e as



manifestações contrárias [greves dos trabalhadores] em resposta às políticas de redução de custos de produção- via cortes nominais de salários- faziam com que o argumento keynesiano em favor da defasagem parecesse ser bem mais plausível.

Apresentado como uma inovação, na *Teoria Geral*, o artifício de redução de salários reais de Keynes, empreendido através da defasagem salarial ao invés de um corte nominal de salários, não inviabilizou, falsificou ou contradisse o princípio básico que governava esse “postulado”, como ele pareceu desejar. Tratou-se precisamente do mesmo com relação aos propósitos. Era o corte de salários reais que iria trazer de volta o equilíbrio no mercado de trabalho, em última instância, e era apenas a forma de obtê-lo que mudava num caso em relação ao outro.

Mesmo assim, algumas considerações deveriam ter sido feitas para sustentar essa lógica. E é com bastante cuidado, por exemplo, que se deve analisar a maneira como Keynes aceitou rapidamente as resistências aos cortes nos salários nominais por parte dos trabalhadores como *empecilhos* quase que intransponíveis para a operação do ajuste Clássico, apelando para as observações da “prática” ou do “mundo real”. Tentar invalidar uma teoria a partir de afirmações de que só seriam válidas enquanto construtos, mas inaplicáveis “na prática” é outro dos estratagemas apresentados por SCHOPENHAUER (1997) já no século XIX.

A discussão sobre o ajuste via salários, por exemplo, poderia facilmente ir à outra direção e se voltar para a necessidade de se romper com o poder dos sindicatos ao contrário de aceitá-lo como Keynes o fez. Nesse caso, o mecanismo de ajuste nos salários, apregoado pela economia Clássica, poderia funcionar melhor, já que o mesmo se faria, nos planos teóricos e “práticos”, numa atmosfera de plena flexibilidade de mercado e esse tipo de rigidez, derivada da organização sindical e, principalmente, de leis e regulamentações governamentais, é que poderia, por sua vez, ser a causa da ineficácia do mecanismo de ajuste. Temos aqui um exemplo típico da dificuldade inerente da análise de teorias circunscritas na esfera das “ciências” não-naturais e pela hipótese *Duhem-Quine*<sup>81</sup> e nada podemos afirmar em definitivo sobre o acerto ou a incorreção dessa análise.

#### 4. 3. 2. A “Cidadela” sitiada: os principais argumentos da *Teoria Geral*.

O ataque a “Cidadela” (como Keynes, certa vez, se referiu à teoria *Clássica*) se deu numa ordem bastante conhecida de discurso. Num primeiro momento, o autor procurou introduzir de forma sucinta a tese a qual viria a atacar, “apresentando” os seus “fundamentos”, bem como o seu alcance, estabelecendo um pacto inicial com o ouvinte acerca do que se constituiria no objeto de que trataria e combateria em seu discurso.

Para essa finalidade, Keynes “esclareceu” também os motivos que levaram o paradigma *Clássico* a atingir a condição de *mainstream* da economia, enaltecendo todo o conjunto de fatores internos e externos circunscritos à atmosfera em que se verificava esse “modelo”. Tem-se aí a clara abordagem inicial orador para com o auditório, onde o mesmo procura parecer digno de crédito, entrosar-se com os “ouvintes”, “preparar os espíritos”.

Apesar das inúmeras críticas quanto à organização de sua proposta teórica [confusão e obscuridade na exposição de algumas idéias, por exemplo] é possível perceber a lógica inicial da *T. G.*<sup>82</sup> Num primeiro momento – no capítulo de abertura - Keynes explicou o porquê da denominação de “*Teoria Geral*”<sup>83</sup> para a obra que estava por apresentar, afirmando que seria dele a teoria que explicaria o funcionamento da economia, na maior parte do tempo (de onde se derivaria o termo “*Geral*”) e que a teoria *Clássica* se aplicaria somente a um *caso especial* [o pleno emprego].

Como já se disse aqui, esse é um recurso retórico bastante conhecido, tornar a teoria que se ataca num *caso particular* da nova tese que se apresenta.<sup>84</sup> Logo a seguir, no segundo capítulo, Keynes apresentou a teoria que pretendia

---

<sup>81</sup> Que garante que as observações empíricas não estão colocadas, de forma alguma, como que independentes da ação de hipóteses de algum arcabouço teórico

<sup>82</sup> Diga-se, de passagem, que se acredita aqui que muitos desses “pontos obscuros” o são deliberadamente. McCloskey (1998, p. 11) já havia afirmado que esse comportamento é bastante comum entre os economistas modernos. Isto é, a obscuridade de certos argumentos exerce um papel importante para o bom recebimento de suas teses (de onde nossas discussões dos capítulos 12 e 23 serão os melhores exemplos da utilidade da confusão no discurso).

<sup>83</sup> E, se os neoclássicos são “acusados” de tomar por empréstimo alguns termos da Física, Keynes não ficou atrás: quem ainda não se perguntou se ele teria se inspirado na Teoria Geral da Relatividade quando deu nome ao seu livro?

<sup>84</sup> Cf. ARIDA (2003)

atacar enfatizando as três hipóteses básicas que a sustentariam – a lei de oferta de trabalho, a lei de demanda de trabalho e a lei de Say - às quais resumiu toda a tradição anterior, prevenindo o leitor de que “*essas três hipóteses, entretanto, equivalem-se entre si, no sentido de que subsistem ou desmoronam juntas, pois qualquer delas depende, logicamente, das outras duas*” (KEYNES, 1996, p. 58). O caminho para a demolição do paradigma anterior estava traçado, partiria da tentativa de falsear uma ou todas essas hipóteses básicas, os acordos principais do paradigma *Clássico*.

Mas, não se pode deixar de notar que, ao resumir a teoria *Clássica* a esses poucos acordos, Keynes intencionalmente criou um alvo para suas críticas “esquecendo” ou deixando para um segundo plano outras hipóteses da teoria tradicional, passando a se dedicar à tarefa de persuadir o público de que esses “pilares” estavam ruindo e, com eles, toda a tradição anterior.

Outro estratagema retórico que ficara evidente nessa empreitada seria o que Schopenhauer (1997) chamou de “*ampliação indevida*”. A técnica da amplificação consistia em exagerar o alcance e a amplitude da tese que se pretendia falsear. Tratava-se de tornar uma teoria válida para um sem número de casos, para os quais ela não foi inicialmente apresentada como premissa. Isto é, para casos que não dependessem dela para serem verificados e que, servissem exclusivamente ao propósito de falseá-la por meio de um confronto com uma “realidade” específica. Esse poderia ser o caso da lei de Say (criticá-la, por exemplo, dentro da dinâmica de uma economia monetária ou de uma economia não monetária, não seria indiferente).

#### 4.3.3. A discussão dos “pressupostos da economia clássica” e a abordagem da deficiência de demanda: considerações específicas

É provável que não se devesse ao acaso a ordem dos termos no título da: “*Teoria Geral do emprego, do juro e do dinheiro*”. Isso porque a ênfase desse trabalho para com esses três assuntos também parece ter a mesma escala de preferências, onde as preocupações com o emprego e a renda assumiram os

primeiros lugares. Dessa forma, na ordem dos problemas de pesquisa propostos por Keynes, a questão do pleno emprego dos fatores, com o equilíbrio no mercado de trabalho e as oscilações nos níveis de utilização desses fatores de produção se tornaram os problemas principais.

Uma característica predominante e evidente do paradigma *Clássico*, alvo dos ataques de Keynes, era a ausência de uma teoria que explicasse as “depressões econômicas”. Isso, obviamente, não chegava a ser surpreendente, pois as causas relevantes para a ocorrência de uma depressão estavam, por sua vez, excluídas pela própria natureza desse sistema.

As relações e os desenvolvimentos do sistema de ajuste *Clássico* - cuja base se encontrava no mercado de trabalho e na auto-regulação do mecanismo de oferta e procura, operacionalizados pelo *sistema de preços* - conduziam a economia ao equilíbrio, mas não a qualquer ponto de equilíbrio ! O equilíbrio ao qual a economia se encontraria (e para o qual sempre voltaria depois de qualquer perturbação) era um equilíbrio de pleno emprego, o fim ao qual as oscilações/ajustes de preços e salários inevitavelmente conduziriam. Nesse caso, apenas um componente *friccional* e outro *voluntário* deveriam ser levados em consideração no cômputo do desemprego. Isso porque a oferta, ao gerar um fluxo contínuo de renda canalizado para o consumo ou para a poupança (então se convertendo em investimento) criaria a sua própria procura, já que não faria sentido que a sociedade como um todo entesourasse dinheiro (encarado como meio de troca).

Para Keynes, o mercado de trabalho Clássico operava segundo dois “postulados”: 1) O salário real é igual à produtividade marginal do trabalho, de onde se derivava a curva de demanda por trabalho. 2) A utilidade do salário real é igual a desutilidade marginal do trabalho de onde se derivava a curva de oferta de trabalho e, do ponto de intersecção entre as curvas, derivadas desses postulados, estabelecia-se o *locus* do equilíbrio do mercado de trabalho, na posição de pleno emprego dos fatores de produção.

Na seção 4.3.1, sustentou-se aqui que boa parte do “sucesso” em termos de persuasão do público pelo discurso keynesiano acerca das incorreções das análises clássicas, no que se refere à análise do que se passava no mercado de trabalho, se

deu com base na sua retórica. Tem-se agora uma oportunidade de detalhar o porquê:

Observando as interações no mercado de trabalho, os *Clássicos* sugeriam que, a partir do momento em que o nível de preços caísse – o que normalmente ocorria numa recessão - os salários reais tornar-se-iam altos o suficiente para desestimular a demanda de trabalho. Uma solução para o retorno ao mesmo nível de demanda de trabalho estaria na queda dos salários reais até o ponto em que esses permitissem a contratação da mesma quantidade de mão de obra utilizada no período anterior à essa recessão.

Na visão Clássica, essa queda nos salários reais dar-se-ia através do corte nos salários nominais dos trabalhadores, como já se discutiu aqui. Com respeito ao mercado de trabalho, foi somente essa última idéia que acabou sendo totalmente rejeitada por Keynes. Analisando a sistemática de apresentação dos “postulados” do mercado de trabalho, muitos se viram convidados para uma análise do tipo da “superação positiva” de teorias, em que Keynes estaria consertando um equívoco presente no esquema analítico anterior (aceito pela comunidade científica). Mas isso não é verdade.

A alegação de Keynes de que os trabalhadores não iriam comparar os salários reais com a desutilidade do trabalho, mas sim os salários nominais ou ainda com o nível de salário *relativo* que percebiam com relação ao demais trabalhadores, estava embasada apenas em evidências discutíveis - ou observações práticas, “emanadas da experiência” como ele se referiu no capítulo segundo da sua *TG*. Não havia, portanto, nenhuma teoria formal que explicasse o comportamento dual dos trabalhadores diante das duas formas alternativas de lhe reduzirem os salários reais. Se analisássemos esse *fundamento*, nos dias de hoje, os “fatos” ou a observação prática, certamente apontariam em direção oposta (dificultariam muito a argumentação keynesiana).

Retirando esse argumento de seu contexto (transpondo-o para as últimas décadas do século XX até os dias de hoje, por exemplo) – e esse procedimento não poderia ser questionado nos testes de *teorias gerais* - percebe-se que os trabalhadores, ao renegociarem salários, vêm buscando a recomposição dos mesmos em termos *reais*, mirando explicitamente a recondução de seus

vencimentos aos níveis de poder aquisitivo anteriores à corrosão inflacionária ou acima deles. O “segundo ‘postulado’ da economia Clássica” não caiu na *T.G.* devido ao seu respaldo teórico, mas por suposições sobre a psicologia dos trabalhadores, embasadas em “fatos” e “evidências” fornecidas ou retiradas por Keynes do “mundo real” nos anos 1930 por, - ao que parece - estarem convenientemente alinhadas com o novo paradigma.

Se hoje, nossa crítica quanto à dualidade do comportamento dos trabalhadores diante desses dois diferentes meios de reduzir seus salários residiria no fato de que, provavelmente, houvesse um levante a qualquer um deles, ou seja, que não seria possível iludi-los, como afirmou Keynes, ficaria difícil acreditar num comportamento passivo dos mesmos diante do método da defasagem.

Assim, Keynes pareceu tomar essa rigidez de contratos e a postura contrária dos trabalhadores aos cortes nos salários nominais como *dadas* e passou, então, a erigir uma teoria capaz de lidar com o problema do ajuste no mercado de trabalho na presença dessa rigidez. Tratou-se, portanto, de uma *escolha*, que fique bem claro.

A esse respeito, chama-se à atenção o excessivo apelo às *observações práticas* quando o autor dizia que os trabalhadores aceitariam muito mais facilmente um corte nos salários reais via aumento do nível geral de preços. Isso porque o poder dos sindicatos (outrora “evidente” pelo sucesso na deflagração das greves), nesse caso, já não era lembrado por Keynes, uma vez que, por lógica, seria do interesse dos que o representassem manter o poder aquisitivo dos salários. Justamente por isso, os sindicatos deveriam exigir, mesmo que *ex-post facto*, recomposições salariais, na presença de pressões inflacionárias, o que anularia os efeitos dos cortes salariais, no longo prazo, sobre o equilíbrio do mercado de trabalho. Nenhuma dessas conseqüências foi abordada por Keynes na *T. G.* O autor preferiu analisar a natureza e o comportamento “psicológico” dos trabalhadores isoladamente (isto é, fora do âmbito de organizações sindicais). A única menção ao possível limite de sua teoria se resumiu a uma frase de advertência de que o mecanismo de redução salarial (via aumento do nível de preços) não poderia atingir “*níveis excessivos*” (Keynes, 1996, cap. 2)

O segundo capítulo da *T. G.* se constituiu, além de tudo, numa estratégia de diálogo com o auditório específico dos economistas profissionais e que teve por

princípio assumir premissas aceitas pelo público para conduzi-lo a constatar as contradições do paradigma desposado por essa comunidade.<sup>85</sup>

No entanto, foi no terceiro capítulo da *T. G.* que começaram a se apresentar as principais inovações teóricas. Nessa ocasião, o estudo dos problemas econômicos passou a ser visto sob a ótica da “*demanda efetiva*”, uma legítima inversão de problemas de pesquisas, onde Keynes defendeu ser perfeitamente plausível a hipótese até então desprezada de equilíbrio de baixo emprego, como ele definiu. Isto é, que o ponto de equilíbrio entre a oferta agregada e a demanda agregada fosse possível num nível de produção inferior ao de pleno emprego. Na verdade, essa seria a regra na economia e o modelo *Clássico* aplicar-se-ia apenas ao *caso especial* de pleno emprego, segundo esse autor.

A possibilidade de insuficiência de demanda - e das implicações que ela exerceria sobre todo o funcionamento e a dinâmica da economia capitalista - foi explorada, em vários capítulos de sua obra, no sentido de se alertar para as dificuldades de se verificar um retorno automático à posição de pleno emprego na economia, após uma crise. O investimento autônomo foi considerado o elemento chave para a compreensão dos ciclos da economia capitalista. O comportamento do empresário diante de um cenário de incertezas, no longo prazo [e o que isso geraria nas suas decisões atuais de investimento] poderia acelerar e/ou aprofundar um movimento de baixa no ciclo econômico até o ponto em que viesse a se configurar uma depressão.

Na retórica keynesiana, um ponto que parece ter passado despercebido quando o autor tratou da “*demanda efetiva*” foi a ausência de referências às teses marxistas (ou marxiana) quanto aos problemas oriundos da “superprodução”, os quais seriam plenamente cabíveis já no capítulo terceiro e que, por muitas vezes, levariam às mesmas conclusões de Keynes; isto é, que o capitalismo liberal (governado pela filosofia do *Laissez-faire*) estaria condenado a entrar em crise.

---

<sup>85</sup> Fato que também foi reconhecido por CROCCO, M. “Probabilidade, Incerteza e Tomada de Decisão em Keynes”. Palestra. In: **Seminário Comemorativo: 70 anos da Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. Curitiba: UFPR, 25/05/2006. Na ocasião, CROCCO afirmou ainda que manuscritos encontrados após a morte de Keynes apresentavam reformulações consideráveis no primeiro e segundo capítulos da Teoria Geral o que, segundo CROCCO, refletiria o “arrepentimento” de Keynes em tê-los escrito. Entretanto, na opinião do autor do presente trabalho, acredita-se que se tal fato tivesse acontecido - já na ocasião da primeira publicação da TG - haveria prejuízo considerável na argumentação keynesiana, prejudicando a recepção do trabalho.

Não se pode duvidar do fato de que Keynes tivesse conhecimentos sobre a teoria marxista. Implícita e explicitamente, isso ficou claro em vários momentos da sua *T. G.* A própria definição de “economistas Clássicos” foi tomada por empréstimo de Marx - como Keynes advertiu, em nota de rodapé, já no primeiro capítulo de sua obra. Muitos pontos de vista apresentados na T.G. também encontrariam respaldo em teses apresentadas no *Capital* de Marx, como por exemplo, a tendência a uma queda na eficiência marginal do capital [ainda que tratada por outro nome] <sup>86</sup> em longo prazo, a constituição de fundos de reserva para a depreciação do capital desgastado etc.

A ausência dessas referências à Marx, numa obra que viria propor a intervenção do governo na esfera de produção, parece ser muito menos acidental do que se imagina. Esse cuidado, principalmente nas primeiras páginas da obra de Keynes, teve o objetivo de afastar do público qualquer tentativa de filiá-lo a um *grupo* tão heterodoxo e combatido pelo auditório dos economistas profissionais da época ao qual se dirigia, como o era o *grupo* marxista. O apelo à “autoridade” de Malthus foi muito mais útil para esse fim.

O deslocamento da análise econômica da ótica da oferta para a demanda efetiva, realizado por Keynes se deu, em grande medida, a partir da negativa da validade da lei de Say, outro dos alegados “postulados” da economia *Clássica* que, em conjunto - ou mesmo em separado - uma vez invalidados, levariam ao chão toda a construção teórica em que se baseava a tradição anterior.

A lei de Say, também conhecida como “lei dos mercados”, como se sabe, garantia que o fluxo de renda gerado pela produção, a partir dos pagamentos dos seus custos, fosse suficiente para a compra de toda essa mesma produção. A fluidez dos mercados, nela atestada, foi assumida sem hesitação por Ricardo e Mill e, segundo Keynes, foi isso que deu a essa lei a condição de incontestável entre os seguidores da teoria *Clássica*. O ponto chave na contestação keynesiana da lei de Say residia na relação entre seus ensinamentos e a dinâmica de alguns

---

<sup>86</sup> Ainda que os marxistas mais aficionados possam considerar tal analogia como um *crime*, a tendência de queda da EMgK é similar e tem praticamente os mesmos efeitos “danosos” para a economia capitalista que a tendência de baixa na taxa de lucro em longo prazo apregoada por Marx. Podemos, por outro lado, tratá-las como quase que equivalentes se observarmos a finalidade a que ambas estão sujeitas: ampliar o capital.



componentes da demanda – em especial, com o que dizia respeito ao montante de investimentos da economia.

Mostrou-se curiosa, no entanto, a postura adotada por Keynes com relação aos fatos que impediriam o funcionamento da lei de Say e a aceitação das supostas contra –“evidências” empíricas de seus “fundamentos”. Tanto no capítulo terceiro, como mais aprofundadamente nos capítulos oitavo e nono da *TG*, Keynes apresentou argumentos que demonstravam a possibilidade de que a variável consumo lograsse obter um desempenho inferior ao desejado, fazendo com que parte da renda gerada pela produção não fosse destinada à sua própria aquisição.

Alegando existirem fatores *objetivos* e *subjetivos* (alguns, novamente, de natureza “*psicológica*”), Keynes afirmou que o consumo poderia ser adiado indefinidamente, causando distúrbios significativos para a dinâmica capitalista. A contradição com a teoria *Clássica*, vale dizer, não estaria nesse adiamento, pois isso poderia ser resolvido se, como respondeu Ricardo à Malthus, esses recursos fossem canalizados da esfera do consumo para a esfera do investimento, como decorrência óbvia daquilo que viria ser conhecido como a teoria dos fundos emprestáveis, de origem *Clássica*.

O problema estaria nesse segundo momento, quando o montante de poupanças criado pelo adiamento do consumo não encontrasse, necessariamente, correspondência com o montante desejado para investimentos, devido a uma série de fatores. Mesmo assim, o primeiro ataque keynesiano à lei de Say se deu na esfera do consumo. Aqui cabe dizer que para serem válidas essas preocupações, Keynes deveria ter derrubado outra premissa *Clássica*, com a qual não se preocupou, a saber: que os trabalhadores receberiam um **salário de subsistência** e, por isso, não teriam condições de adiar o consumo.

Esse detalhe não foi lembrado pelos keynesianos quando fazem referência aos inconvenientes da postergação do consumo. No entanto, devido à proporção da remuneração do fator trabalho na economia capitalista, isso se constituiria sim, num elemento suficientemente importante e não poderia deixar de ser analisado. Se ainda valesse a constatação de que os salários tenderiam para o nível de subsistência, toda a discussão sobre o adiamento do consumo seria irrelevante, se

comparada com as possibilidades de uma baixa dos investimentos e, por isso, nem precisaria ser abordada.

É claro que, mesmo se os salários tendessem ao nível de subsistência, outras classes ainda teriam condições de poupar. Os trabalhadores mais qualificados, os *rentistas* e os *capitalistas* forneceria os montantes de recursos ociosos que comporiam as poupanças. Isto é, a baixa ou o adiamento do consumo dessas classes é que seria um motivo de preocupação válido. Mesmo nesse caso, Keynes pareceu ter deixado de lado algumas questões que complicariam a sua análise.

No processo de contestação da lei de Say, Keynes reconheceu que ela poderia se justificar numa economia primitiva, assumindo, portanto, alguma lógica na argumentação aceita pelos economistas *Clássicos* (e pelo seu auditório). Atribuiu o equívoco da mesma lei a uma “*generalização grosseira*” de uma economia *a lá* Robinson Crusóé (sem trocas), que não encontraria validade na *moderna* economia monetária em que se encontrava.

O motivo da lei de Say falhar estaria na possibilidade de se adiar o consumo, por um lado, e no fato de que os investimentos poderiam não absorver todo o montante das poupanças, por outro.

Pela ótica do consumo, a possibilidade da *demanda efetiva* sofrer grandes flutuações seria irrelevante, sendo dadas as condições normais da economia e a estabilidade da renda, já que a propensão a consumir seria relativamente estável.<sup>87</sup> Se, pela ótica do consumo, já colocamos alguns inconvenientes, cuidadosamente deixados de lado por Keynes, no que se referia aos investimentos, a questão ficou ainda mais complexa.

Voltemos antes à questão da poupança agregada, já que se relaciona diretamente ao investimento. Tanto os consumidores quanto os investidores, poderiam então, segundo Keynes, adiar consumo e investimento. O

---

<sup>87</sup> Sobre a definição da propensão a consumir, aliás, pode-se dizer que se trata de mais um exemplo de como Keynes se utiliza de argumentos baseados em ““evidências” empíricas” como técnica de validação dos mesmos. No capítulo oito, ele assim define o conceito de PMgC.: “A *lei psicológica fundamental* em que podemos basear-nos *com inteira confiança, tanto a priori, partindo do nosso conhecimento da natureza humana, como a partir dos detalhes dos ensinamentos da experiência, consiste em que os homens estão*

“entesouramento” de dinheiro seria o fator que impediria a fluidez garantida pela teoria *Clássica* e sua lei de Say.

É certo que se o “entesouramento” fosse realizado da forma pré-capitalista, com os agentes econômicos guardando o dinheiro em suas próprias casas, as preocupações de Keynes teriam muito mais importância do que no caso em que os mesmos se utilizassem dos bancos, e do sistema financeiro como um todo para executarem tal tarefa. Isso porque o impacto que o montante acrescido de fundos emprestáveis exerceria sobre a taxa de juros resultaria num aumento da quantidade de dinheiro barato para novos investimentos. O problema da oferta de recursos para investimento estaria removido. Justamente por isso, a questão da *incerteza* sobre o futuro da economia passaria a exercer papel tão importante na análise keynesiana do investimento, já que atuaria sobre a demanda desses recursos.

O “entesouramento” de dinheiro teria ainda mais de uma fonte, segundo Keynes: o adiamento do consumo, o aumento dos fundos para a reposição do capital desgastado (fundos para depreciação), e a incerteza quanto aos retornos futuros do investimento presente são as principais fontes.

Com respeito a essas fontes de *entesouramento*, cabe ressaltar que a constituição de fundos para a depreciação do capital desgastado, mencionada por Keynes no capítulo oitavo da *T.G.*, já tinha sido abordada extensivamente por Marx em *O Capital*. Nessa obra, Marx, seguindo a tradição *Clássica* das interações de mercado, não viu qualquer dificuldade, para a manutenção da demanda agregada, derivada da constituição dos fundos de depreciação numa economia monetária, com um sistema de crédito já desenvolvido. Isso porque, segundo esse último, enquanto alguns capitalistas estariam poupando em determinado instante do tempo, constituindo um fundo para a reposição do capital desgastado no futuro, outros capitalistas, que já se encontrassem no momento de repor o seu equipamento de capital, se utilizariam dessas poupanças, evitando assim os efeitos negativos do “entesouramento”. É surpreendente como Keynes não fez qualquer referência à essa discussão contida naquela que foi a maior obra de Marx, um tema que ocupou várias páginas tanto da *T.G.* de Keynes como do *Capital* de Marx.

---

*dispostos, de modo geral e em média, a aumentar o consumo à medida que a sua renda cresce, embora não em quantia igual ao aumento de sua renda*”. (KEYNES, 1996, p. 118) [grifos nossos].

Marx foi, assim, outra vez deixado de lado. Talvez, nesse caso, porque a explicação da dinâmica do capital, com os capitalistas situados em diferentes estágios do circuito de produção e com observações quanto às necessidades de modernização do equipamento de capital, decorrentes da concorrência entre os capitais pudessem explicar o porquê de haver investimento novo mesmo que o ambiente macroeconômico não se afigurasse propício.<sup>88</sup>

Mas o mérito da *TG* sempre se sobressaiu nos textos acadêmicos quando a análise da queda na demanda agregada foi explicada pela redução nos níveis de investimento. A explicação final para o enfraquecimento da demanda efetiva foi dada a partir dos capítulos onze e doze da *T. G.*

Nesses dois capítulos, Keynes desautorizou a ortodoxia de então, ao propor que as decisões de investimento não fossem guiadas exclusivamente pela taxa de juros, como pregavam os *Clássicos*, mas primordialmente, por um confronto entre a taxa de juros e a *eficiência marginal do capital* - espécie de taxa de retorno esperada dos investimentos em capital fixo. Assim, Keynes acrescentou uma variável que, se por um lado guardava alguma correspondência com os retornos do capital em termos de produtividade, por outro, não poderia ser obtida a partir de um “cálculo frio” definitivo, ou mesmo totalmente *objetivo*.

Essa nova variável apareceu então com força somente a partir do momento em que o discurso keynesiano já havia avançado o suficiente para desarmar os corações e mentes do auditório. A incerteza, segundo Keynes, deveria ser considerada no momento da tomada de decisão capitalista por abalar a eficiência marginal do capital, a qual poderia variar com uma série de outras questões - como os humores do mercado (que poderiam afligir o “*animal spirit*” dos empresários, por exemplo).

Em termos de argumentação, é válido observar a maneira como Keynes redirecionou a atenção do público para uma variável que buscou apontar como a mais relevante no processo de tomada de decisão de investimento. Primeiramente, o autor acrescentou a eficiência marginal do capital (*Emgk*) no conjunto relevante das

---

<sup>88</sup> Em Marx, a concorrência capitalista explicaria, por exemplo, porque haveria investimento, mesmo diante de incerteza. A concorrência capitalista forçaria o novo investimento para assegurar a participação de mercado. Isso, com certeza, prejudicaria a argumentação de Keynes.

variáveis a serem consideradas, fazendo com que ela viesse a constituir um “par” com a já aceita taxa de juros e, depois, superdimensionou o papel da EmgK para, só então, reduzir o papel e a relevância dos juros sobre o investimento.

A introdução da incerteza no cálculo da eficiência marginal do capital encerrou também elementos subjetivos, superpostos a elementos objetivos que, em conjunto, tornavam difícil a análise das explicações sobre o futuro – e mesmo sobre as condições do presente – do nível de investimentos.

Se, por um lado Keynes advertiu que o empresário investiria quando resultasse positiva a comparação entre o retorno esperado do investimento (a eficiência marginal do capital, portanto) descontando dela a taxa de juros, por outro, Keynes cobriu com uma névoa todas as técnicas capazes de nos informar como calcular a eficiência marginal do capital. Talvez tenha se devido a esse mistério com relação ao roteiro completo a ser seguido para se calcular a Emgk que Hicks a tenha ignorado no seu clássico trabalho de 1937, quando pretendeu sintetizar o trabalho de Keynes. Na “*interpretação sugerida*” de Hicks, o investimento era uma função da taxa de juros, apenas.

Ao falar sobre *o estado da expectativa em longo prazo*, Keynes usou e abusou de *metáforas* (esses já bem sucedidos estratagemas retóricos). Via-de-regra, as metáforas que o autor utilizou descreveram o investidor como um animal arisco, excessivamente preocupado com a rentabilidade futura do seu investimento e que, por isso, teria, a todo o instante, a possibilidade de decidir adiar os investimentos, diante de “maus presságios” quanto ao futuro dos negócios.

A questão da necessidade de se realizar investimentos para manter competitividade, incorporando as novas tecnologias redutoras de custos (ou de não ficar para trás, como se diz coloquialmente) parece não ter tido relevância na *T.G.* Não fosse Keynes ter sublimado essa questão, o empresário teria muito menos liberdade para tomar esse tipo de decisão (de adiar investimentos).

Após minimizar a relevância dos juros, no capítulo doze da *TG*. Keynes fez a decisão de investimento empresarial depender do confronto da eficiência marginal do capital com a taxa de juros, deixando claro que era a primeira variável que se constituiria na mais importante. Esse ponto foi muito importante na sua

argumentação sobre a possibilidade de haver uma deficiência de demanda, visto que explicaria a falha da teoria dos fundos emprestáveis e a conseqüente possibilidade de um excesso de poupança sobre o montante desejado de investimentos.

Para Keynes, vários eram os motivos capazes de levar a uma queda na eficiência marginal do capital. Alguns desses seriam bastante objetivos, como por exemplo, a dificuldade de se encontrar novas oportunidades de investimentos numa economia capitalista que rumasse para um estágio em que os desejos e as necessidades de consumo passassem a ser totalmente atendidos. Nesse caso, o argumento pouco se diferencia de uma análise da produtividade marginal decrescente do capital *Clássica*. Os argumentos subjetivos, por outro lado, se mostraram como argumentos novos e difíceis de serem medidos. O estado da expectativa a longo prazo, motivação desse capítulo da TG completaria a análise das decisões de investimento, mas sua contribuição para essa tarefa se deu no sentido de complicá-la ao invés de elucidá-la.

Isto é, no capítulo doze, Keynes afirmou que além do prognóstico provável sobre a EMgK, os investidores levariam em conta o *grau de confiança* sobre esse prognóstico e, como as decisões se dariam num ambiente cercado por incertezas, o qual não poderia encontrar nenhum respaldo em cálculos de *probabilidades*, como forma de aproximação, a determinação da EMgK seria uma tarefa muito difícil de se empreender, dependendo da “psicologia dos negócios”.

Para “resolver” esse problema ele se utilizou de uma hipótese completamente *ad hoc*, apelando para uma *convenção*, a de que os empresários se embasariam, de alguma forma, no estado dos negócios no presente e, na ausência de elementos objetivos que os fizessem supor que as condições mudariam, tomariam o futuro como um extensão dessas condições presentes.

O caminho racional que levaria o empresário a tomar determinadas decisões sobre os investimentos, descrito por Keynes, não deixa de ser curioso e, ao mesmo tempo, conflitante. Isso porque, se a eficiência marginal do capital fosse encarada como uma antecipação dos resultados esperados de atividades econômicas futuras, a partir de percepções do presente, partindo-se de uma condição de equilíbrio de pleno emprego (como no mundo *Clássico*), essa extensão do presente como forma

de antever o futuro, levaria os empresários a anteciparem (ora vejam) o Pleno Emprego! Que razões haveriam para a baixa nas expectativas, nesse caso?

Mas Keynes (1996, p. 164) novamente “*resolveu*” mais uma questão controvertida a seu favor, alegando que “*mesmo que não existam motivos concretos para prever determinada mudança, o mercado estará sujeito a ondas de sentimentos otimistas ou pessimistas, que são pouco razoáveis e ainda assim legítimos na ausência de uma base sólida para cálculos satisfatórios*”. Nesse caso, viu-se claramente que, naquela altura, não havia ainda um arcabouço teórico consolidado que explicasse, em definitivo, os fenômenos que afetariam a eficiência marginal do capital.

Talvez, se apercebendo disso, ou seja, de que, nesse caso, as bases para a sustentação de seus argumentos sobre a excessiva flutuação da eficiência marginal repousassem em bases por demais *subjetivas*, Keynes escreveu pouco mais adiante:

Não devemos concluir daí que tudo depende de ondas de psicologia irracional. Pelo contrário, o estado de expectativa a longo prazo é, no mais das vezes, estável e, mesmo quando não o seja, os outros fatores exercem seus efeitos compensatórios. O que desejamos lembrar é que as decisões humanas que envolvem o futuro sejam elas pessoais, políticas ou econômicas, não podem depender da estrita expectativa matemática, uma vez que as bases para realizar semelhantes cálculos não existem e que o nosso impulso inato para a atividade é que faz girar as engrenagens, sendo que a nossa inteligência faz o melhor possível para escolher o melhor que pode haver entre as diversas alternativas, calculando sempre que se pode, mas retraindo-se, muitas vezes, diante do capricho, do sentimento ou do azar. (KEYNES, 1996, pp. 170-171)

Um ponto ainda relevante na argumentação de Keynes, no capítulo doze, foi a forma como ele apresentou o especulador. Keynes dividiu os investimentos em dois tipos: os “**produtivos**” (que seriam aqueles em que o capital investido seria convertido em máquinas e equipamentos destinados à produção) e os investimentos “**especulativos**” (ligados aos empreendimentos, na sua maioria, de curto prazo em que os investidores buscariam ganhos a partir de variações na valoração de seus ativos).

Embora, em outros momentos da sua *TG*, Keynes tenha definido o investimento em títulos públicos como de natureza “especulativa”, no capítulo doze, a essência da discussão sobre o capital especulativo se deu no âmbito das bolsas

de valores. Keynes foi ambíguo ao definir o papel do especulador na economia, uma vez que, para ele, ao mesmo tempo em que os especuladores forneceriam liquidez para o sistema, eles também se constituiriam nos elementos determinantes da incerteza capitalista e das excessivas flutuações na eficiência marginal do capital.

Aproveitando-se da ignorância de parte do público e da dinâmica do “*jogo*” em que se converteria a atividade das bolsas de valores, apresentou o capital especulativo como danoso ao sistema capitalista e prejudicial ao crescimento do investimento produtivo, quando a especulação atingisse *certos limites*. Não restam dúvidas que, mesmo sem deixar uma impressão final explícita, Keynes afirmou que os especuladores poderiam principiar e/ou acelerarem as crises econômicas até o ponto em que elas se convertessem em depressões econômicas.

Ora, qual era o objetivo dessa discussão? Parece óbvio, mesmo que isso não tenha se constituído em um acordo completo entre os economistas (Friedman, por exemplo, não concordaria) que a crise de 1929 teve como marco histórico inicial a quebra da bolsa de valores de Nova York. Assim, tanto o público geral como boa parte da academia, estariam pré-dispostos a aceitar argumentos que colocassem a especulação excessiva como a **causa** da crise. Ao apresentar o especulador como um elemento que gerava ou acentuava a instabilidade e a incerteza sobre o futuro da economia, Keynes estaria dizendo o que muitos gostariam de ouvir, apontando culpados entre os *rentistas*, aproveitadores improdutos.<sup>89</sup>

Outro ponto relevante que permite atestar o caráter de discurso persuasivo na exposição de Keynes reside na abordagem do papel do dinheiro, ou o que é o mesmo, na abordagem da economia monetária na *T.G. CORAZZA* (2006) apontou para essa questão mostrando-se surpreso com o fato de Keynes ter deixado de lado discussões anteriores, presentes em outros de seus trabalhos – sobretudo no *Tratado do Dinheiro* - e, inclusive, nos rascunhos da *T.G.*

---

<sup>89</sup> Pode parecer que tenha sido exagerada a denominação “improdutos” utilizada aqui. Note, no entanto, que Keynes dividiu, como se disse, o investimento entre “produtivo” e “especulativo” a sutileza da sugestão de que investimento em capital fixo fosse “produtivo” já nos condicionaria a avaliar o especulativo como outra coisa que não produtivo. Esses rótulos são muito menos acidentais do que se imagina. Mas, as metáforas utilizadas no capítulo doze, quando ele equipara a atividade das bolsas de valores ao jogo dos anéis (que se passam adiante) ou à cabra-cega (que dá voltas a esmo) ou, o melhor de todos: ao jogo das cadeiras musicais (onde, quando a música pára, alguém fica sem assento) demonstram que a atividade especulativa se converte em simples transferências de valores entre os participantes dos *jogos*. Nada de novo é produzido na



Para CORAZZA, *ibid*, não ficou claro o motivo que levou Keynes a abandonar a discussão do papel do dinheiro como “um fim em si mesmo”, um ativo especial na economia capitalista em favor de uma nova posição, onde o dinheiro se constituiria num ativo entre tantos outros, ao mesmo tempo em que seria uma forma alternativa de guardar a riqueza e que, por isso, teria também características diferentes das demais. Nesse estudo, CORAZZA (2006) citou CARVALHO (1989) que apontu entre as razões para tal empobrecimento da discussão o fato de que:

Keynes pretendia que essa discussão abrisse a *TG* ... Mas esta forma de organização, porém, parecia destinada a mostrar de forma radical a ruptura de Keynes com o quadro ortodoxo ... Na versão final, esta ruptura é, de certo modo, atenuada, talvez para facilitar a aceitação do novo modelo. É apenas em 1937, em resposta a seus críticos, que Keynes parece ter-se decidido a finalmente radicalizar o debate, recolocando-o nos caminhos propostos nas primeiras versões da *TG*” (CARVALHO, 1989, p. 181 *apud* CORAZZA, 2006, p. 6)

Concorda-se aqui com CARVALHO (1989), trata-se de mais um exemplo de como, em qualquer trabalho, as *escolhas* são importantes para o sucesso de uma argumentação.

Exemplo idêntico de estratégia argumentativa pode ser extraído a partir da abordagem de Keynes da *Teoria Geral da Taxa de Juros*, no capítulo treze, e a *Teoria Clássica da Taxa de Juros*, no capítulo quatorze. Nesses capítulos, o autor apresentou a sua própria visão do que determinaria a taxa de juros e, em seguida, ao que se resumiria a *Teoria Clássica da taxa de juros*.

Um dos argumentos utilizados para derrubar a teoria dos fundos emprestáveis (Clássica) constituiu-se num típico “*argumento de hierarquia*” que, conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), muitas vezes se mostra como uma ferramenta útil para arrebatat o auditório.

As hierarquias, assim como os valores, fazem parte dos acordos que servem de premissas ao discurso; mas pode-se também argumentar a propósito delas, perguntar-se se uma hierarquia é fundamentada, onde situar um de seus termos, mostrar que tal termo deveria ocupar tal lugar de preferência a outro. (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1996, p. 384)

O argumento keynesiano de que a Teoria Clássica da Taxa de Juros “desmoronaria por completo” porque a poupança não seria determinada pela taxa de

---

esfera desses jogos, ainda que os seus desdobramentos sobre a economia real não sejam desprezados: atrapalham

juros, e sim pela renda foi, claramente, um argumento desse tipo. Fazendo com que a renda passasse a exercer o papel principal nesse sistema *lógico*, Keynes apontou para uma fragilidade nos *links* auto-reguladores *Clássicos* da demanda agregada. Isso só foi possível porque o autor já havia elevado a renda à condição de variável determinante da poupança, anteriormente.

Concluindo essa seção do presente trabalho, parece sobressair que a argumentação keynesiana, muito mais do que meramente apresentar teorias alternativas ao paradigma *Clássico*, que buscava substituir, encontrou espaço na academia a partir de estratégias claramente retóricas. Em primeiro lugar, Keynes delineou o que seria o núcleo da tradição anterior, tomando o cuidado de remover toda espécie de supostos para os quais não teria melhores explicações. Reivindicou uma tradição anterior sobre a qual erigiu um arcabouço teórico *mais completo* e, mesmo que tenha se utilizado também de muitas suposições não falseáveis, com a ajuda de “evidências” amalhadas aqui e ali, fez delas verificadoras de várias de suas teorias.

Não fossem essas “evidências”, aliás, muitas das teses keynesianas poderiam ter encontrado maior dificuldade de aceitação. Keynes soube também, se utilizar do “manto ensanguentado de César” - numa analogia feita aqui a Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996). Isto é, de apresentar uma “prova” cabal, muito claramente, quando apelou para o aumento do desemprego como o derradeiro desfecho de políticas guiadas pela tradição econômica ortodoxa anterior, sem ter o cuidado de analisar todos os fatores complicadores na tarefa de derrubar uma teoria.<sup>90</sup>

Por fim, Keynes recontou a história de acordo com seus interesses argumentativos, eliminando o que não lhe convinha. Inventou tradições, apresentou um modelo e um contra-modelo, dialogou consigo mesmo no processo de defesa e de acusação da coerência do modelo que atacou, fez parecer que a *Teoria Clássica* (como ele chamou toda a tradição anterior) fosse, por vezes, mergulhada no ridículo através do discurso, apresentou-a como se tivesse o mesmo conjunto de problemas de estudo dos que apresentavam na sua *Teoria Geral*, e ainda a acusou de ter falhado na tarefa de compreendê-los.

---

a produção.

#### 4. 4. AS PRINCIPAIS “EVIDÊNCIAS” DA UTILIDADE DA CONFUSÃO NA *TEORIA GERAL*

À parte as consagradas idiosincrasias de Keynes, que abordou de forma desordenada determinados temas e variáveis analíticas em capítulos que precediam as suas definições conceituais (onde as proposições sobre os efeitos da *propensão a consumir*, no capítulo terceiro da *T. G.*, só ficariam claras para o leitor que já tivesse lido o oitavo capítulo da mesma obra, se constituem num desses casos) e, excluindo-se também, as constantes “*digressões*” que permearam o texto da *Teoria Geral*, em conjunto com as nada usuais referências a *apêndices* distantes das discussões em foco, em determinados pontos do livro – o que, a nosso ver, justificaria as acusações de confusão excessiva, na organização da sua obra - há também outro tipo de *obscuridade* na mensagem de Keynes, muito menos *accidental*, quando da exposição de certas idéias.

Voltando a atenção para os capítulos onze e doze, quando Keynes discutiu de maneira aprofundada os motivos que levavam o empresário a investir, nota-se que havia um objetivo persuasivo nessa confusão - apontada por CROCCO (2006) - na sistemática da utilização de dois métodos por Keynes: o de analisar as decisões empresariais de investir no *âmbito microeconômico*, no capítulo onze, como resultado da comparação de cálculos entre a magnitude da eficiência marginal do capital e da taxa de juros, apontando para um resultado *objetivo*, com fundamentos microeconômicos, na esfera de decisões individuais (deixando transparecer que haveria a possibilidade do empresário agir como se soubesse ou que fosse possível antever os resultados esperados em termos de lucros gerados pelo investimento) e a análise dos desdobramentos do *macroambiente*, governados pela incerteza do capítulo doze (que seria incompatível com qualquer aproximação de resultados futuros, com inteira confiança, mesmo que se utilizando da teoria das probabilidades como *proxy* analítica). Por que Keynes teria apresentado sua teoria do investimento dessa maneira?

---

<sup>90</sup> como a de se certificar de que as hipóteses em que ela se assentava não tivessem sido violadas como - pode ser o caso - quando o governo interfere na dinâmica do ajustamento via mercado

Há que se salientar que as propostas teóricas keynesianas eram revolucionárias, também, devido à guinada analítica simbolizada pelo método da agregação. Assim sendo, diante do observado por CROCCO, *ibid*, poder-se-ia ainda inquirir se essa teria sido uma tentativa de microfundamentar as suas macroteorias.

Para tentar elucidar os motivos que levaram Keynes a se utilizar desses dois métodos, torna-se válido remeter-se à sistemática da argumentação do capítulo dois, que partiu de elementos aceitos pelo público como tática para a melhor aceitação do discurso. Assim sendo, poder-se-ia imaginar que o capítulo onze tivesse cumprido o mesmo papel e, a partir daí, poder-se-ia ler os dois capítulos (onze e dois) com os mesmos óculos. Mas, ao se fazer isso, logo surgiria outra questão: Teria Keynes imaginado que uma argumentação - que partisse do indivíduo - pudesse obter maior sucesso?

Se a resposta para essa pergunta fosse um “sim”, a técnica teria sido utilizada para, uma vez que aceita e introduzida a nova variável relevante no âmbito das decisões microeconômicas, ficasse mais fácil voltar a atenção do público para essa variável. Isto porque, como se percebeu da leitura de toda a *T.G.*, a eficiência marginal do capital foi extensivamente alardeada como a variável mais importante na tomada de decisão de investimento (fundamental para manter a coesão de seus argumentos e, portanto, merecedora de todos os argumentos possíveis). Foi, principalmente, após essa discussão que a eficiência marginal do capital, variável que deu nome ao capítulo onze, assumiu a posição de destaque e deixou para segundo plano a sua contraparte, a taxa de juros, reconhecidamente a variável mais relevante para a determinação do investimento no paradigma anterior.

Após atacar nas duas frentes, Keynes havia aberto o caminho para a análise da incerteza sobre as decisões de investimento, algo que seria discutido profundamente no capítulo doze e, esse elemento analítico passaria a exercer uma força perturbadora na eficiência marginal do capital, de sorte que poderia explicar as flutuações excessivas no investimento e, conseqüentemente, na demanda agregada.

A tentativa de fazer a eficiência marginal do capital depender também das observações das variações no consumo, no entanto, resgatada no capítulo dezesseis – entre outras coisas, só poderia obter sucesso se relaxássemos a

hipótese Clássica de que os trabalhadores recebiam um salário de subsistência, como já dissemos. Talvez seja exatamente por isso que Keynes tenha evitado discutir o assunto, novamente. No referido capítulo, o autor se utilizou de argumentos metafóricos relativos ao cotidiano para desautorizar a idéia *Clássica* de que as abstenções de consumo exerceriam efeitos positivos sobre a economia, dada a destinação do montante de recursos não consumidos (poupados) para fazer girar produção. Keynes era contra essa idéia, e para iniciar a discussão. Disse:

Um ato de poupança individual significa – por assim dizer- uma decisão de não jantar hoje, mas não implica, necessariamente, a decisão de jantar ou de comprar um par de sapatos daqui a uma semana ou um ano, ou de consumir uma coisa específica numa data especificada. Assim sendo, produz um efeito depressivo sobre as atividades econômicas aplicadas na preparação do jantar de hoje, sem estimular as que preparam algum ato futuro de consumo. (Keynes, 1996, p. 209)

Deriva-se daí que, a decisão de se abster de consumo exerceria efeitos negativos na eficiência marginal do capital porque estes geravam expectativas negativas quanto ao futuro dos negócios, uma vez que no processo de formação de expectativas de longo prazo (abordado no capítulo doze) o estado de confiança nos negócios seria abalado pelos prejuízos no presente. Generalizando, a decisão de “não jantar hoje” - algo que parece possível para qualquer ser humano - e que difere fundamentalmente de “não consumir hoje”, pode-se imaginar que os consumidores pudessem optar por se abster do consumo sistematicamente. Essa seria uma hipótese bastante forte se a eles fosse possível adquirir apenas o volume de bens necessários para sobreviver. Uma discussão mais aprofundada acerca da possibilidade de tal fato ocorrer, seria bem vinda [ou não, como nesse caso].<sup>91</sup>

Surpreendentemente, essa inconsistência de argumento foi deixada de lado pela maioria dos estudiosos, inclusive dos críticos, que tiveram as suas atenções desviadas para a teoria dos investimentos.

Para dar mais um exemplo do quão útil pode ser um pouco de confusão, em especial, chama ainda atenção a organização do capítulo vinte e três da *T.G.*, onde Keynes fez uso, literalmente, de **dezenas** de citações diretas, na maioria das vezes, antecedendo a abordagem de assuntos polêmicos - num claro contraste com o seu estilo de argumentação nos demais capítulos da obra.

Pouco discutido pelos seguidores da tradição keynesiana na economia e, menos ainda pelos seus críticos, o referido capítulo intitulado “*Notas sobre o Mercantilismo, as Leis contra a Usura, o Dinheiro Carimbado e as Teorias do Subconsumo*” versou sobre uma série de temas controversos na economia e via-de-regra apontou ou fez alusão à determinadas ações do Estado que seriam justificadas (em termos de controles normativos e positivos) em certas ocasiões.

A começar pela discussão das idéias, até então amplamente difundidas, dos ganhos econômicos advindos da divisão internacional do trabalho e da lei das vantagens comparativas de comércio internacional, Keynes demonstrou que a vitória da economia *Clássica* jogou por terra muitos *ensinamentos importantes* originários do pensamento mercantilista. [Corrente que pregava, entre outras coisas, o protecionismo comercial como indutor da riqueza nacional]

Mas, a argumentação favorável a esses ensinamentos mercantilistas não principiou de forma a tentar invalidar a teoria das vantagens comparativas de Ricardo ou as vantagens da divisão do trabalho em escala internacional. Keynes, aliás, admitiu que certas tentativas de fechamento da economia poderiam resultar em perdas de eficiência econômica – conclusão perfeitamente alinhada com o paradigma *Clássico*, o qual atacava – bem como impactos sobre custos de produção e outros atritos. Assim sendo, não atacou a lógica aparente da validade dos argumentos *Clássicos* que as subsidiavam.

Seus argumentos partiram de outro ponto, presente nas obras mercantilistas: a constatação de que a acumulação de saldos comerciais positivos [derivada do protecionismo, não nos esqueçamos] gerava saldos, em dinheiro, como reflexo e esses saldos impactariam numa redução na taxa de juros no mercado interno. Isso, aliado ainda com uma significativa redução do estoque de mercadorias disponíveis aos nacionais afetaria positivamente a eficiência marginal do capital e desestimularia a preferência pela liquidez - favorecendo os negócios locais. Keynes assim, sutilmente, resgatou o protecionismo alegando que ele traria benefícios a economia interna através do link com a taxa de juros (um argumento novo para uma velha prática). Ainda a respeito do nível da taxa de juros, o autor ainda fez uma

---

<sup>91</sup> A discussão sobre os efeitos do adiamento de consumo seria muito menos controversa se fosse restrita ao consumo de bens de luxo.

longa digressão sobre algumas batalhas suscitadas em seu nome analisando-a sob a luz de debates precedentes com relação aos “perversos” efeitos da usura em tempos remotos.<sup>92</sup>

A abordagem desses temas, excessivamente referenciados por autores consagrados, abriu passagem para outras observações difusas, de autoria do próprio Keynes, no mesmo capítulo vinte e três. Essas considerações apontaram para os benefícios de uma economia protegida onde, em complemento, o Estado praticaria ainda uma política de controles no nível da taxa de juros, inclusive, justificando ações de cunho bastante heterodoxo.

Outro ponto que merece destaque, na discussão do capítulo vinte e três, seria a visão positiva de Keynes sobre as ações que corrigissem as disparidades de renda. Nesse quesito, o autor apontou para a necessidade de se promover uma melhor distribuição de renda e para a urgência em corrigir os equívocos de políticas voltadas à estimulação da poupança nas economias. O propósito dessa discussão que Keynes empreendeu era resgatar a importância das flutuações no consumo para a explicação da Demanda Efetiva.

Cumprido ressaltar que, à primeira vista, se Keynes tivesse concentrado sua discussão sobre o consumo em dois ou três capítulos, a economia teria dado muito mais atenção às suas preocupações com relação às flutuações nessa variável.<sup>93</sup> O fato que mais se destaca, nessa discussão, é que uma melhor distribuição de renda exerceria um impacto “positivo” na propensão a consumir da comunidade como um todo, aumentando-a. Por conseguinte, o multiplicador keynesiano também aumentaria, potencializando os efeitos das políticas econômicas de recuperação da renda e do emprego.

Assim, Keynes se dedicou, ao longo de aproximadamente dez páginas, a defender a necessidade de que a sociedade abandonasse a idéia de frugalidade e que se desestimulasse a poupança, de alguma forma. Sem se olvidar do público ao

---

<sup>92</sup> “O juro elevado arruína o Comércio. As vantagens do juro são maiores que o lucro do comércio, o que leva os comerciantes ricos a retirar-se colocando os seus haveres a juros, e os comerciantes menores à falência”. LOCKE (1621) *A letter to a friend concernig usury*. *Apud* KEYNES (1996, p. 317)

<sup>93</sup> Fernando Ferrari Filho, professor de economia do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRGS, afirmou, por exemplo, que, para Keynes, a discussão da necessidade de uma melhor distribuição de renda para um aumento na PMgC é “marginal” haja vista que a PMgC é “relativamente estável”. FERRARI

qual se dirigia, foi notável o seu zelo ao abordar tais temas, nas últimas páginas de seu livro.

Utilizando-se de analogias e até mesmo do conto de uma fábula (a fábula das abelhas, de Bernard Mandeville)<sup>94</sup> o autor tentou passar a idéia de que uma sociedade que fosse governada pelo princípio da prudência, com relação ao consumo, tenderia a ficar em piores condições do que se tivesse um comportamento perdulário. A idéia por traz dessas considerações era, obviamente, reforçar a necessidade de repensar a importância da formação de poupanças na economia.

A abordagem de questões polêmicas foi sempre um momento crítico num discurso persuasivo. É exatamente por isso que, nessas ocasiões pode-se perceber o uso de diversos artifícios simultâneos por parte do orador. Justamente por isso, foi com relação à distribuição de renda que Keynes se mostrou ainda mais comedido, nesse capítulo vinte e três. Os primeiros argumentos que relacionaram a má-distribuição de renda com o excesso de poupança apareceram na *T. G* nas palavras de outro autor, Malthus [a quem Keynes já tinha dado o crédito pela percepção de que a demanda efetiva poderia se apresentar deficiente, no capítulo três].<sup>95</sup> Tratava-se do mesmo Malthus que ele se imaginou continuando com relação à abordagem da deficiência de demanda outrora. A sua linha de raciocínio pretendia demonstrar que, numa sociedade caracterizada pela excessiva concentração de renda, uma redistribuição da riqueza em favor dos pobres tendia a aumentar a propensão média a consumir, aumentando assim o multiplicador do investimento. Keynes era certamente favorável a uma redistribuição da renda, via tributação das grandes fortunas e das heranças pelo Estado, mas esse assunto era por demais polêmico para o seu público. Talvez tenha sido por isso que, no capítulo vinte e quatro, ele

---

FILHO, F. “Keynes e o sistema monetário internacional”. Palestra.In: **Seminário Comemorativo: 70 anos da Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. Curitiba: UFPR, 25/05/2006.

<sup>94</sup> Sobre o uso das *fábulas* como “exemplos”, escreveu Aristóteles (2005, p.144) “*As fábulas convêm ao discurso e têm a vantagem de que, sendo difícil encontrar no passado acontecimentos inteiramente semelhantes, é muito mais fácil inventar fábulas. Para imaginá-las, assim como as parábolas, basta reparar nas analogias, tarefa esta facilitada pela Filosofia. É, pois, mais fácil encontrar argumentos pelas fábulas, se bem que os argumentos que derivam dos próprios fatos sejam mais eficazes, nas deliberações públicas*”.

<sup>95</sup> “Vemos, em quase todas as partes do mundo, imensas forças produtivas que não entram em ação, e explico este fenômeno dizendo que por falta de uma boa distribuição dos produtos existentes não há motivos adequados para continuar a produzir(...) Sustento, firmemente, que o esforço de acumular muito depressa implica uma diminuição considerável do consumo improdutivo e deve, enfraquecendo muito os motivos habituais da produção, levar a uma prematura estagnação o progresso da riqueza” Carta de Malthus a Ricardo. 07/07/1821 (KEYNES, 1996, p. 332)



tenha percebido a necessidade de contrabalançar sua argumentação levando em conta também os inconvenientes de um exagero de tal política.

Keynes percebeu, desde o princípio, que a acolhida desse tema poderia não ser tão favorável por parte do público ao qual se dirigia e, justamente por isso, após apresentá-la, sugeriu limites para esse tipo de política (os quais deveriam levar em conta o fato de que um excesso de tributação poderia conduzir à evasão fiscal e ao desestímulo à produtividade no plano individual).

No mesmo capítulo, Keynes ainda apresentou outras justificativas - fora de sua teoria - para as disparidades de renda. Afirmando que as mesmas seriam “naturais” (e, pode-se inferir a princípio que aquilo que é “natural” não precisa ser corrigido) salientou, no entanto, que elas se encontravam **exageradas** em sua época o que o levou a desferir, numa frase nada sutil, que, em determinados momentos, seria “*preferível que alguém tire o seu saldo no banco, do que seus concidadãos*”, referindo-se ao papel que o Estado poderia desempenhar na redução dessas desigualdades. Mas, pouco se encontra de forma explícita, em termos de sugestões de práticas de atuação.

Isso porque, tais observações quanto à necessidade de corrigir a má-distribuição de renda poderiam soar como uma “Revolução” significativa para a economia capitalista e, por isso, Keynes tratou de não dar espaço para conclusões *perigosas* daí derivadas, qual sejam: que ele estivesse propondo mudanças na base do sistema de classes capitalistas.

É importante que se observe que uma característica facilitadora da difusão da proposta keynesiana foi o fato de esta não ir contra o sistema capitalista. Foi exatamente por oferecer uma estrutura teórica alinhada com a manutenção dos interesses da classe capitalista que se tornou até certo ponto comum encontrar na literatura econômica referências a Keynes como sendo “*a salvação do capitalismo*”.

<sup>96</sup> Nessa linha de raciocínio, as propostas keynesianas poderiam ser vistas como *um mal menor*, uma concessão para evitar uma “catástrofe”, entendida como o desmantelamento da economia capitalista (com o seu provável abandono em favor de outro sistema). Nas últimas páginas da *Teoria Geral*, Keynes, aliás, tomou o

---

<sup>96</sup> Cita-se, como exemplo, HOBSBAWM (1992) e BLEANEY (1985).

cuidado de deixar claro aquilo que pretendia romper e aquilo que pretendia conservar:

As implicações da teoria exposta nas páginas precedentes são, a outros respeito, razoavelmente conservadoras. Embora essa teoria indique ser de importância vital o estabelecimento de certos controles sobre atividades que hoje são confiadas, em sua maioria, à iniciativa privada, há muitas outras áreas que permanecem sem interferência. O Estado deverá exercer uma influência orientadora sobre a propensão a consumir, em parte através de seu sistema de tributação, em parte por meio da fixação da taxa de juros e, em parte talvez, recorrendo a outras medidas. Por outro lado parece improvável que a influência da política bancária sobre a taxa de juros seja suficiente por si mesma para determinar um volume de investimento ótimo. Eu entendo, portanto, que uma socialização algo ampla dos investimentos será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego, embora isso não implique a necessidade de excluir ajustes e fórmulas de toda a espécie que permitam ao Estado cooperar com a iniciativa privada. Mas, fora disso, não se vê nenhuma razão evidente que justifique um socialismo de Estado abrangendo a maior parte da vida econômica da nação. (KEYNES, 1996, p.345).

#### 4.5. AFINAL, É TUDO RETÓRICA?

Embora os estudos empreendidos por partidários do “projeto retórico” contribuam, em grande medida, para a explicação de como se deu e ainda se dá o processo de evolução da economia, não é de nossa opinião que seus trabalhos e ensinamentos sejam suficientes para a realização dessa tarefa. A sucessão de paradigmas ao longo história da economia encerra ainda outros mistérios. Também não se pretendeu aqui defender que a Retórica pudesse ter se constituído no elemento mais importante para o sucesso na consolidação de um paradigma. Como se disse anteriormente, a Retórica faz parte dos “elementos arbitrários” aos quais Thomas Kuhn se referiu.

Assim sendo, nem a Revolução Keynesiana, nem qualquer outro episódio de superação de paradigmas na economia poderiam ser explicados puramente através da análise Retórica. Nossas proposições são a esse respeito, aliás, significativamente conservadoras. A partir das afirmações de Kuhn, imagina-se que uma teoria precisa ser efetivamente melhor do que outra para superá-la e substituí-la na condição de corrente principal de uma ciência.

Embora se tenha afirmado aqui e em outros trabalhos que não existem elementos definitivos capazes de atestar a condição de teoria que mais se corresponde com a natureza a um determinado arcabouço teórico, em qualquer ocasião, a história aponta para os questionáveis “fatos da experiência” como balizadores dessa prática entre os cientistas. E é assim que se reconhece a “Revolução” keynesiana como uma ruptura kuhniana, **facilitada** pelos diversos artifícios da Retórica utilizados por esse autor para a conquista do auditório, mas que essencialmente apresenta uma nova leitura da “realidade” (em seu contexto, bem entendido) a partir dos seguintes pontos:

A) O papel da moeda e as motivações dos indivíduos para demandá-la foram completamente revistos, sendo introduzida a noção de demanda por moeda por um motivo claramente ignorado pelos Clássicos, que era o da especulação. Além disso, a política monetária expansionista exerceria efeito positivo sobre a renda através de uma baixa na taxa de juros a qual favoreceria o investimento a partir do momento em que ela atingisse um nível suficientemente baixo para torná-lo compensável. Isso se devia ao fato de que a decisão de investir estaria centrada na comparação entre **a taxa de juros e** o fluxo de renda futuro esperado, descontado até o valor que o representasse no presente ou **a Eficiência Marginal do Capital**.

b) Na análise monetária empreendida por Keynes, rompeu-se com a dicotomia clássica (ou seja, variável nominal [moeda] interferia em variável real [renda]). Assim, Keynes ressaltou o papel da política monetária ativa para restabelecer o nível de renda da economia, embora o autor tenha reconhecido que haveria certa limitação desse expediente. A fonte dessa limitação residiria no fato de que, em determinadas ocasiões, o público poderia deixar de acreditar que a taxa de juros pudesse se reduzir ainda mais e, a partir daí, o público passasse a demandar toda a quantidade de moeda ofertada isto é, na “*Armadilha da liquidez*”.

c) O mecanismo de correção automática do mercado não funcionaria. Essa noção estaria intrinsecamente relacionada com a proposição de preços rígidos sugerida por Keynes. Apontamos outrora que a argumentação de Keynes em favor do corte no salário real, através de um não repasse da inflação para os salários, consistiria na mesma coisa, em essência, que o corte nominal de salários. De fato,

em tese, trata-se do mesmo, mas pode ser considerado um elemento revolucionário se o auditório acreditar que as “evidências” do mundo real atestavam a correção das proposições de Keynes em detrimento do mecanismo Clássico. Assim, Keynes teria dado uma explicação melhor para os motivos que faziam com que os ajustes não se verificassem na prática.

d) Uma outra questão revolucionária em Keynes (que apareceu a partir do momento em que este desacreditou o mecanismo do sistema de preços como garantidor do ajuste de mercado) foi quanto ao papel do governo como propulsor da procura efetiva e, conseqüentemente, do emprego. Keynes demonstrou haver importância significativa na análise do *estado de expectativa* do investidor quanto ao futuro dos negócios para a explicação da flutuação da atividade econômica. Assim, em situação de baixa no ciclo de negócios, novos investimentos ficariam prejudicados pelo efeito da crise sobre a eficiência marginal do capital.

Além disso, o desemprego causado pelos salários reais aumentados acabaria por exercer pressão direta sobre a procura. Isso devido a diminuição do poder de compra dos trabalhadores - desempregados - bem como no efeito psicológico sobre o restante da população que, mesmo empregada, tenderia a reduzir o consumo de bens diante das incertezas sobre a capacidade de obter renda no longo prazo.

e) A ruptura com a crença de que a melhor forma de gerir a política pública fosse buscar o equilíbrio orçamentário foi nitidamente um elemento revolucionário. A receptividade desse ponto particular da teoria keynesiana sofreu toda série de ataques e tardou a haver aceitação, fato comum em teorias revolucionárias. Cabe aqui uma ressalva! Pode-se argumentar que Keynes não tenha recomendado, explicitamente, uma recuperação da economia por meio de déficits governamentais sistemáticos. É bem verdade que houve alguns exageros por parte de alguns de seus seguidores, mas na Teoria Geral, o autor afirma explicitamente que se eles fossem necessários, dever-se-ia aceitá-los.

f) O papel da acumulação de poupanças como promotor do crescimento econômico foi amplamente contestado na *Teoria Geral*. Keynes inverteu a causalidade entre poupança e investimento, dizendo que era o aumento nessa última variável que causava a elevação da primeira, devido ao aumento da renda

que se derivaria das flutuações no investimento. O acúmulo de poupança e a frugalidade causariam, por outro lado, efeitos depressivos sobre a renda da economia. Isso foi, certamente, uma ruptura com a ideologia Clássica. A taxa de juros não equilibraria a oferta de recursos em poupanças à demanda de recursos para investimentos.

Contudo, nem os artifícios oriundos de sua Retórica, nem os novos axiomas teóricos desenvolvidos e apresentados por Keynes na *T. G.*, foram suficientes, em conjunto, para lhe proporcionar uma caminhada tranqüila em direção à conquista da academia.

Keynes não foi bem aceito inicialmente no circuito político. GALBRAITH (1986) fez um extenso relato sobre as dificuldades de aceitação da teoria do gasto de Keynes. Nessa e em outras obras, Galbraith desmistificou a idéia de que Roosevelt tivesse sido guiado por qualquer conselho e/ou convicção embasada nas idéias de Keynes para promover o seu *New Deal*.

De fato, GALBRAITH, *ibid*, relatou inclusive os discursos de campanha de Roosevelt para a presidência dos Estados Unidos da América e enfatizou o fato de que este prometeu austeridade na condução da política econômica. Foram circunstâncias, até certo ponto, casuais (como o volume agigantado de gastos com a Segunda Guerra Mundial) que forneceram a “evidência” empírica do sucesso da análise keynesiana aos Estados Unidos e para o mundo capitalista. Mas, antes disso, Keynes já havia conquistado o meio acadêmico, como observou GALBRAITH (1986).

Ao levar em consideração as condições sócio-econômicas que se apresentavam na década de 1930, pôde-se investigar a influência que “elementos exteriores” exerceram sobre a rapidez com que se processou a ruptura do paradigma ideológico no mundo. A importância de uma discussão que levasse em consideração tais elementos só poderia ser compreendida a partir do momento no qual se entendesse que sempre foi e sempre será preciso tratar as questões pertinentes ao processo de evolução da ciência econômica como pertencentes a um universo interdisciplinar. Isso caso se pretenda captar o maior número de fatores determinantes (causais) da ruptura de modelos. Mas essa não é e nem será uma tarefa fácil.

Sem um novo modelo teórico que se proponha a modificar as situações adversas e a responder de forma eficaz, de maneira a prover a solução “adequada” para uma crise, não haverá ruptura de modelos. Pelo contrário, a tendência é buscar-se uma solução dentro do modelo (paradigma decadente) e aprofundar-se ainda mais na crise (caso esse paradigma não consiga mais responder ou, sair dela) através de reformulações feitas pelos teóricos no corpo desse paradigma. Aqui o papel ideológico deve ser ressaltado: sem o móvel ideológico contrário à corrente dominante, não haverá a possibilidade de mudanças.

A maneira como se deu o aparecimento da teoria keynesiana pode, e muito bem, simbolizar a questão da dificuldade inicial de se propor uma visão alternativa ao paradigma corrente encontrada *dentro da academia*, no interior do ramo da ciência em que se processam as mudanças. E é precisamente por isso que os elementos “exteriores” são importantes para se compreender o processo de ruptura de paradigmas.

Isso porque, no caso do paradigma keynesiano, a situação conjuntural econômica adversa acabou legitimando a teoria alternativa por esta proposta, num ambiente de inquietação social. Foi devido à piora nos indicadores econômicos e ao agravamento da crise iniciada em 1929 que se criou a ocasião (política e social) para a “percepção” por parte do público que o paradigma clássico não mais se justificava e, entre as propostas alternativas, Keynes oferecia menos perigo.

A ameaça comunista, por exemplo, no horizonte do capitalismo em crise, criou um ambiente favorável ao recebimento de teorias capazes de apresentar resultados rápidos e reverter indicadores econômicos desfavoráveis, a curto prazo. *“O velho liberalismo estava morto, ou parecia estar condenado. Três opções competiam agora pela hegemonia intelectual-política. O comunismo marxista era uma. Afinal, as previsões do próprio Marx pareciam estar concretizando-se, como a Associação Econômica Americana ouviu em 1938, e, de maneira ainda mais impressionante, a URSS parecia imune à catástrofe”* (HOBSEBAWM, 1992, p. 111). Keynes era uma outra e por se afigurar entre os que, em outras palavras, na luta de classes, estariam nas trincheiras da burguesia pode-se aceitar, nesse momento, a “perda dos anéis” para garantir a “preservação dos dedos”.

#### 4.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo demonstrar que o sucesso da “Revolução” Keynesiana em atingir a condição de *mainstream* na economia não se deveu estritamente a elementos próprios do arcabouço teórico apresentado por Keynes na *Teoria Geral*.

A pesar de ser tratada aqui como uma típica “Revolução Científica” a *l*á Kuhn (por ter rapidamente subvertido o paradigma anterior e conquistado a academia na sua quase totalidade) muitas das teses keynesianas se apresentaram tão passíveis de contestação, pelo confronto com a natureza, quanto algumas das teses Clássicas, como se viu.

A partir da análise da forma como Keynes apresentou e articulou seus argumentos, ora contando verdades parciais, ora eliminando o *corpus* da prova em contrário (apelando também para proposições *ad hoc*, estabelecendo convenções etc.) é possível perceber que uma justificativa de parte do sucesso obtido pela *Teoria Geral*, no arrebatamento de seguidores, se deveu à Retórica de Keynes.

É possível perceber a confecção de um texto com todas as partes de um *discurso persuasivo* apontadas por Aristóteles em sua “*Arte Retórica*”. Keynes confeccionou a *T.G.* principiando por um **Exórdio**, uma introdução do discurso que chamava a atenção para o que se pretendia dizer, induzindo o leitor a fazer concessões e conjecturas em favor de teses que pretendia introduzir e também a se afastar de outras. Apresentou “**Provas**” demonstrativas, utilizando-se de alguns elementos do passado para aconselhar sobre o futuro. Percebe-se também a **Peroração** que é a parte final do discurso, o epílogo. Nessa fase do discurso, o orador traz o ouvinte para o seu lado, amplia ou atenua o que foi dito. Posteriormente, mexe com as paixões do ouvinte para, depois, recapitular, retomar a idéia principal.

Não se defendeu, todavia, que esses elementos do discurso tivessem desempenhado papel predominante na aceitação das teorias ali descritas, nem que se constituíram nos **principais elementos exteriores** que contribuiram para o bem sucedido processo de conversão dos membros da comunidade dos cientistas profissionais.

Não resta dúvida, também, que a eleição do *hardcore* Clássico realizada por Keynes se deu com o intuito deliberado de confrontar a natureza com os pontos mais frágeis desse arcabouço teórico. A escolha de *cânones* do pensamento econômico para principiar partes importantes de seu discurso, como foi o caso de Malthus e suas afirmações sobre a possibilidade da existência de falhas na demanda efetiva, também foi útil para o sucesso de sua argumentação. Por outro lado, o esquecimento de Marx teve igual valia em muitos aspectos, sobretudo no que diz respeito a desfiliação de Keynes desse *grupo* tão “incômodo”.

O uso das metáforas por Keynes lhe serviu aos mais diversos fins. Em determinados momentos, ridicularizou-se muitas das afirmações da teoria atacada e, em outros, aproximou, através de elementos da linguagem, algumas de suas teorias aos fenômenos da natureza aos olhos do auditório.

A linguagem metafórica de Keynes foi ainda auxiliada pelo uso de diversas técnicas de abordagens indiretas de determinados assuntos, ora recorrendo a digressões que chamavam alguma autoridade para o debate, ora diluindo assuntos controversos, por diversos capítulos, de forma a criar certa confusão. Essa característica do texto keynesiano, a princípio, poderia ser imaginada como desnecessária por algum leitor desavisado (fruto do estilo do autor), mas, na realidade, revelou-se de grande valia.

Foi devido a essa confusão que não se conseguiu observar, num primeiro momento, quão ousada era a sua visão a respeito de outros assuntos polêmicos, marginalmente inseridos no seu discurso. Como exemplo, pode-se citar o alcance das políticas distributivas nos capítulos vinte e três e vinte e quatro da *T.G.* (o qual era bem maior do que muitos imaginam).

No decorrer do processo de difusão das teorias keynesianas ao longo dos tempos, também não se observou alguns espaços vazios existentes em muitas de suas teses (alguns preenchidos com argumentos totalmente *ad hoc*). Como exemplo, sua teoria do investimento, com especial ênfase na discussão da incerteza. Talvez seja por isso que se abriu espaço para trabalhos de outros autores num esforço por “interpretar” a mensagem principal da *Teoria Geral*. Parece, todavia, que os trabalhos que se guiaram por esse objetivo encontraram resistências maiores que a própria obra que os originou, segmentando assim parte de sua platéia sob diversos programas derivados (fala-se em pós-keynesianismo, novo keynesianismo,



keynesianos “bastardos” etc.), mas, no caso da *Teoria Geral*, isso em nada reduziu o caráter científico dos seus ensinamentos.

## REFERÊNCIAS

ANUATTI NETO, F. Persuasão racional em Keynes: uma aplicação de Retórica das idéias econômicas. **Tese de Doutorado**, São Paulo: FEA-USP, 1994.

ARIDA, P. A história do pensamento econômico como teoria e Retórica In: GALA e REGO (2003).

ARISTÓTELES. **Arte Retórica e arte poética**. 17a ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

BIVEN, W. C. **Quem matou John Maynard Keynes?** São Paulo: McGraw-Hill, 1990.

BLAUG, M. **Metodologia da economia**: ou, como os economistas a explicam. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

BLEANEY, M. ***The rise and fall of keynesian economics: an investigation of its contribution to capitalist development.*** London: Macmillan, 1985

CARVALHO, F. C. Fundamentos da Escola Pós-Keynesiana: teoria de uma economia monetária. In: AMADEO, E. (org.) (1989). **Ensaio sobre Economia Política Moderna: teoria e história do pensamento econômico**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

CORAZZA, G. Keynes e o nosso tempo: Estado, Moeda e Liberalismo. **Anais do IX Encontro Regional de Economia da Anpec – Anpec Sul**. Florianópolis: UFSC, 2006.

CROCCO, M. “Probabilidade, Incerteza e Tomada de Decisão em Keynes”. Palestra. In: **Seminário Comemorativo: 70 anos da Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. Curitiba: UFPR, 25/05/2006

DEANE, P. ***The evolution of economics ideas***. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

FERRARI FILHO, F. “Keynes e o sistema monetário internacional”. Palestra. In: **Seminário Comemorativo: 70 anos da Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. Curitiba: UFPR, 25/05/2006.

GALBRAITH, J. K. **A era da incerteza**. São Paulo: Pioneira, 1986.

HOBBSAWM, E. Adeus a tudo aquilo. In: BLACKBURN, R. (org.) **Depois da queda**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992, pp. 93-106.

KUHN, T. S. Reflexões sobre meus críticos. In: LAKATOS (1979).

\_\_\_\_\_. **A estrutura das revoluções científicas**. 3.<sup>a</sup> edição. São Paulo: Perspectiva, 2000.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1996.

MARSHALL, A. Princípios de economia. **Os Economistas**. São Paulo: Abril cultural, 1982.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. 15. Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro II. 8. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro II. Vol. III. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1991.

McCLOSKEY, D. **The rhetoric of economics**. Madison: The University Wisconsin Press, 1998.

PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA L. **Tratado da argumentação**: a nova Retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SCHOPENHAUER, A. **Como vencer um debate sem precisar ter razão**: em 38 estratégias. Rio de Janeiro: Topbooks editora, 1997.

SOLOW, R (1971). *The state of economics*. **American Economic Review**, v. LXIX, 43-68.

## SÍNTESE DAS CONCLUSÕES

Ao iniciarmos o presente trabalho, afirmamos que a tarefa de analisar a maneira como se faz ciência e como esta progride e evolui ao longo do tempo, não seria uma tarefa simples. Ao longo dos quatro ensaios que compõem a presente tese, apresentamos muitas das dificuldades que, costumeiramente, se apresentam aos que enveredam por esse caminho. Isso porque a busca para demonstrar as bases em que se fundam as crenças - sobre as quais se erguem os ramos de estudos específicos que governam os empreendimentos acadêmicos e práticos - numa determinada época, exige cuidados.

O estudo da maneira como os economistas fazem a sua ciência revelou-se bastante frutífero. Não resta dúvida que o *modernismo* estendeu seus domínios pela academia, nessa área do conhecimento, a qual, aos poucos, pretendeu tomar emprestado das ciências naturais – numa antropofágica absorção de seus métodos – o *status* científico que muitos lhes atribuem.

Assim é que na economia ainda predomina a crença de que existe uma forma “correta” de se pensar e proceder. Esse caminho passaria pela sua “purificação”, excluindo-se das suas análises os elementos estranhos ao mundo dos  **fatos** matemática ou estatisticamente prováveis. Assim sendo, deixou-se de lado muitas das características sociais, estruturais, históricas e culturais que fizeram parte de vários dos principais estudos da velha economia política. Em nossa opinião, os excessos cometidos no caminho da purificação têm contribuído para o empobrecimento da economia.

Dessa forma, muitos pesquisadores que se dedicaram ao estudo da economia, assim como a maioria dos estudantes dessa “ciência”, passaram a acreditar que a melhor forma de se obter certo reconhecimento intelectual, alavancar suas carreiras, atingir a notoriedade acadêmica, obter o respeito de seus colegas enquanto cientistas e pesquisadores, fosse seguir as regras vigentes (dos mundos idealizados a partir de certos axiomas centrais, marcadamente a-históricos) que vêm servindo de base para um vasto número de aplicações ora factíveis ora questionáveis. Dentre essas regras, a formalização matemática, a modelagem econométrica e o uso e abuso da estatística foram apresentados como ferramentas *indispensáveis* para se chegar à verdade sobre alguma questão pela corrente que agora domina essa “ciência”.

Concordamos com alguns pesquisadores como Blaug (1998), Woo (1986), Mayer (1993) e McCloskey (1991) quando estes questionaram o *abuso* dessas ferramentas quando estas parecem ter se constituído nos objetos últimos das pesquisas. As ferramentas fazem e devem fazer parte da conversa dos economistas, mas não devem ser colocadas em primeiro plano.

É flagrante que as discussões acerca da ética, dos valores do ser humano e do seu comportamento, bem como sobre os acordos todos os quais definiram a sua evolução como social - produtor e disseminador do saber científico - desaparecem do elenco de objetos *legítimos* e fizeram parecer com que as discussões, como as que foram empreendidas na presente tese, pertencessem a outros ramos de estudos, a outras ciências que não a economia.

Assim, como critério de demarcação do que é “ciência” e do que não é “ciência” econômica, toda argumentação teórica que não pudesse ser formalizada (que não pudesse ser *provada*) não

seria considerada como pertencente a esse ramo da “ciência”. Seria metafísica, para os puristas. Todavia, mostramos que experimentos e provas formais não se apresentam isentos de influências metafísicas como parecem querer esses mesmos puristas. Um fato concreto é uma observação à luz de uma teoria que o precede e, por isso, não é outra coisa senão uma manifestação desta em algum grau.

Por meio da seleção de textos que serviram ao propósito de realizar a presente tese e, esperamos, também devido aos nossos argumentos, é de se salientar que é crescente o número de estudiosos os quais observam que o pensamento único – característico das ciências duras – não se constitui num começo e nem no fim da história.

A união em torno de um método específico deve ser vista como a cristalização de uma visão de mundo a qual determina os rumos da prática científica numa determinada época. Deve ser entendida, pois, como uma fase do desenvolvimento científico derivada de inúmeras interações entre os grupos de cientistas mais “respeitados” (seguidos) em determinada “ciência”.

Quando, como decorrência da purificação da economia, colocou-se em segundo plano a análise dos trabalhos clássicos (os quais apresentam a maioria dos conjuntos de fundamentos que constituem a base da evolução dessa ciência) perdeu-se uma parcela da riqueza da mesma. Parte dos empreendimentos científicos, da criatividade dos fundadores e mesmo dos esforços empregados em suas pesquisas foi sendo perdida, pouco a pouco, sobrevivendo desgastada, agonizando em pequenos grupos de “excêntricos” relegados a guetos específicos, com pouca expressão.

Por imaginarmos que seria fundamental a condução de pesquisas mais pluralistas no caminho para as descobertas científicas, e que a história do pensamento econômico oferece inúmeras oportunidades de analisar a maneira como se faz economia, pretendeu-se investigar, nesse trabalho, um episódio específico da evolução da economia, à luz de duas linhas de pesquisas metodológicas cuja plena compatibilidade se defendeu aqui.

Tratou-se, por assim dizer, de um esforço analítico o qual buscou na Retórica uma possível explicação para a constituição e expansão da comunidade científica que domina no nosso campo de estudos e que dirige a prática do que Kuhn denominou como “a pesquisa *normal*”. Poder-se-ia dizer, talvez, apresentar duas maneiras de se contar uma Revolução Científica.

A abordagem Retórica, tratada como um elemento relevante para o progresso de um “paradigma”, não se mostrou conflitante com a exposição kuhniana da “evolução” das ciências. Juntamos-nos a Pereira (1996) quando este sustentou que o surgimento do *projeto retórico* foi apenas uma decorrência das conclusões de Kuhn.

Colocamos-nos ao lado de Bianchi e Nunes (2003) quando sustentaram que foi graças à leitura de *The Structure of Scientific Revolutions* (1970) e *The Essential Tension* (1977) que aprendemos a completar reconstruções intelectuais das idéias econômicas com os elementos da história econômica, da política econômica, das instituições que organizam a profissão, e das “redes de comunicação entre especialistas e entre especialistas e leigos”.

Mas, se por um lado, a técnica que utilizamos já tenha sido sugerida pelos referidos autores - como sendo válida para contar a história do pensamento econômico - por outro, não parecer que

tenha sido esgotada na análise de episódios específicos a ponto de por em risco alguma nova contribuição como a que defendemos no presente trabalho.

Assim é que, a partir das contribuições de Arida (1984) e McCloskey (1983), que resgataram o papel da Retórica na economia, encontramos uma nova oportunidade de explicar o sucesso dos empreendimentos científicos na economia.

A Revolução Keynesiana foi um desses casos de “sucesso” a que nos referimos. É possível perceber nossa correção na escolha desse episódio específico a partir da análise do processo de conquista do público acadêmico porque esse arcabouço teórico - que veio para reger praticamente todas as práticas da economia - formou uma comunidade acadêmica bastante coesa em torno de si e, mais precisamente, ascendeu como a corrente dominante na “ciência” econômica até fins dos anos 1960.

Acreditamos que as contribuições e realizações científicas não se encontrem fora do âmbito das regras de conversação e do discurso, tão presentes em outras práticas do ser humano. Assim, compreender e aprender em que medida elas interferem no processo de pesquisa e na evolução da “ciência” deve ser fundamental para o entendimento das diversas realidades que se apresentam.

O presente trabalho se propôs a investigar o papel da Retórica para o sucesso daquela que a evidência apontou ser a maior Revolução Científica já experimentada na economia: a queda do assim chamado “modelo Clássico” em favor da ascensão do paradigma keynesiano. Acreditamos que nossa tarefa tenha se mostrado bem sucedida em demonstrar que existem elementos claros de uma “revolução” nesse episódio da história do pensamento econômico. Isso pôde ser observado a partir de negações dos axiomas e pressupostos básicos da visão de mundo anterior a Keynes, numa forma típica de derrubada de paradigmas científicos em uma retrospectiva kuhiana, existe espaço para se explorar outros elementos causais menos discutidos, dentre os quais se destacou a Retórica.

Apresentamos a evolução da economia a partir de uma perspectiva metodológica pluralista, com ênfase dada a dois métodos de se contar a história da Ciência: o modelo de sucessão de paradigmas de Thomas Kuhn e a análise Retórica. Defendemos a correção da utilização da Retórica como um meio de completar a análise kuhiana de evolução das “ciências”, de maneira geral. Isso se deveu ao fato de acreditarmos que a Retórica tivesse um papel importante a desempenhar tanto nas fases pré-paradigmáticas (quando atuaria na *persuasão* dos cientistas isolados para a sua adesão ao *grupo* dos que defendem o candidato a paradigma) quanto nas fases pós-paradigmáticas (quando atuaria na preservação e disseminação das crenças desposadas pela comunidade científica).

Nas “ciências” sociais, como dissemos, raramente se atingiu a unanimidade dos cientistas em torno de um paradigma. Ali, pois, o papel destinado à Retórica deve ter assumido maior importância, tanto com relação aos críticos ao *mainstream*, como com relação aos membros da comunidade científica dominante. Conforme se evidenciou a partir dos estudos de McCloskey, inúmeros exemplos puderam ser fornecidos com relação à utilização da Retórica em diferentes *fronts* na economia. Mas no caso dessa ciência, em especial, tornou-se inegável que, apesar das opiniões diversificadas do público, a *Sprachethik* nunca esteve garantida.

Reafirmamos aqui que o clamor dos defensores do *projeto retórico* por um resgate da “Economia Política” e tudo o que se circunscreve ao seu redor, tem sido quase que ignorado pelos economistas *hard science* de Arida. Mas isso não invalida essa tentativa de resgate. Pode se tratar de um começo, de um empreendimento que só no futuro se poderá julgar.

Em que pesem as considerações em contrário, não se viu qualquer incorreção na fusão dos dois métodos de se contar a história da Ciência, utilizados nesse trabalho. Um método completou o outro. Na revisão de sua teoria, empreendida por Kuhn mais recentemente, na década de 1990, o autor chamou a atenção para os exageros cometidos a partir da interpretação de sua obra mais importante. Mas, com isso, tentou dizer que muitos estudiosos do método estavam *extrapolando* a idéia que seus estudos dos paradigmas buscavam transmitir, ao renegarem as “evidências” fornecidas pela natureza para contar a sua própria história, e jogá-las para o segundo plano. Não se contradisse, portanto, com relação à possibilidade de haver elementos “externos” capazes de interferir, em algum grau, no processo de constituição e evolução dos empreendimentos científicos desde os seus começos.

Os recursos retóricos estiveram presentes em toda parte do processo de evolução das ciências e na economia não foi diferente, como se viu. Nos discursos, nas palestras, nos manuais que introduzem a “ciência” etc., aparecem por toda a parte. Ao que parece, nas “ciências” sociais, a força do argumento esteve mais evidente nos momentos em que os paradigmas se formaram do que quando já constituídos, mas não se fez ausente em outros estágios.

Imaginamos ter sido claros em apontar que o sucesso da “Revolução” Keynesiana em atingir a condição de *mainstream* na economia não se deveu estritamente a elementos próprios do arcabouço teórico apresentado por Keynes na *Teoria Geral*.

A partir da análise da forma como Keynes apresentou e articulou seus argumentos, ora contando verdades parciais, ora eliminando o *corpus* da prova em contrário (apelando também para proposições *ad hoc*, estabelecendo convenções etc.) é possível perceber que uma justificativa de parte do sucesso obtido pela *Teoria Geral*, no arrebatamento de seguidores, se deveu à Retórica de Keynes. Não se defendeu, todavia, que esses elementos do discurso tivessem desempenhado papel predominante na aceitação das teorias ali descritas, nem que se constituíram nos **principais elementos exteriores** que contribuíram para o bem sucedido processo de conversão dos membros da comunidade dos cientistas profissionais.

Não resta dúvida, também, que a eleição do *hardcore* Clássico realizada por Keynes se deu com o intuito deliberado de confrontar a natureza com os pontos mais frágeis desse arcabouço teórico. A escolha de *cânones* do pensamento econômico para principiar trechos importantes de seu discurso, como foi o caso de Malthus e suas afirmações sobre a possibilidade da existência de falhas na demanda efetiva, também foi útil para o sucesso de sua argumentação. Por outro lado, o esquecimento de Marx teve igual valia em muitos aspectos, sobretudo no que diz respeito a desfiliação de Keynes desse *grupo* tão “incômodo”.

O uso das metáforas por Keynes lhe serviu aos mais diversos fins. Em determinados momentos, ridicularizou-se muitas das afirmações da teoria atacada e, em outros, aproximou, através

de elementos da linguagem, algumas de suas teorias aos fenômenos da natureza aos olhos do auditório.

A linguagem metafórica de Keynes foi ainda auxiliada pelo uso de diversas técnicas de abordagens indiretas de determinados assuntos, ora recorrendo a digressões que chamavam alguma autoridade para o debate, ora diluindo assuntos controversos, por diversos capítulos, de forma a criar certa confusão. Essa característica do texto keynesiano, a princípio, poderia ser imaginada como desnecessária por algum leitor desavisado (fruto do estilo do autor), mas, na realidade, revelou-se de grande valia.

Foi devido a essa confusão que não se conseguiu observar, num primeiro momento, quão ousada era a sua visão a respeito de outros assuntos polêmicos, marginalmente inseridos no seu discurso. Como exemplo, pode-se citar o alcance das políticas distributivas nos capítulos vinte e três e vinte e quatro da **T.G.** (o qual era bem maior do que muitos imaginam).

No decorrer do processo de difusão das teorias keynesianas ao longo dos tempos, também não se observou alguns espaços vazios existentes em muitas de suas teses (alguns preenchidos com argumentos totalmente *ad hoc*). Como exemplo, sua teoria do investimento, com especial ênfase na discussão da incerteza. Talvez seja por isso que se abriu espaço para trabalhos de outros autores num esforço por “interpretar” a mensagem principal da *Teoria Geral*. Parece, todavia, que os trabalhos que se guiaram por esse objetivo encontraram resistências maiores que a própria obra que os originou, segmentando assim parte de sua platéia sob diversos programas derivados (fala-se em pós-keynesianismo, novo keynesianismo, keynesianos “bastardos” etc) mas, no caso da *Teoria Geral*, isso em nada reduziu o caráter científico dos seus ensinamentos.

## REFERÊNCIAS

ARIDA, P. (1991). **A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica**. IN: REGO

BIANCHI, A. M (1992). Muitos métodos é o método: a respeito do pluralismo. **Revista de Economia Política**. 12(2): 135-142.

BIANCHI, A. M; NUNES, R. (2003). Ainda sobre os conceitos de paradigma e cânon como instrumentos de reconstrução da História do Pensamento Econômico. **Econômica**, v. 4. n.2. p. 153-176.

BLAUG, M. (1998). *Disturbing Currents in Modern Economics*. **Challenge**, Vol. 41, No. 3, p.11-34,

CALDWELL, B. J. (1984) **Beyond Positivism – economic methodology in the twentieth century**. Londres: George Allen & Unwin

FERNÁNDEZ, R. G.(1999) Retórica y Economía: Argumentos a favor del pluralismo y de la Conversación Civilizada. In: SCARANO, E. (ed.) **Metodología de las ciencias sociales**: Lógica, Language y Racionalidad. Buenos Aires: Macchi, p. 283-301.

MAYER, T. (1993). **Truth versus Precision in Economics**. Aldershot: Edward Elgar.

McCLOSKEY, D. (1983) **The Rhetoric of Economics**. Journal of Economic Literature, 21.

McCLOSKEY, D. (1991). **Economics Science**: a Search Through the Hyperspace of Assumptions?. *Methodus*, 3 (1): 6-16.

PEREIRA, L. C. B. (1996). Entrevista com Luiz Carlos Bresser Pereira. In: BIDERMAN, C; COZAC, L. F. L; REGO, J. M. **Conversas com economistas brasileiros**. São Paulo: Editora 34.

REGO, J. M. (org) (1991) **Revisão da crise**: Metodologia e Retórica na História do Pensamento Econômico. São Paulo: Editora Bial.

WOO, H. K. H. (1986) **What's Wrong with Formalization in Economics? An Epistemological Critique**. Neward: Victoria Press.